ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 304
15 de Novembro de 1979

Preço: 10$00
Angola e Moçambique: 9$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

A APU na Rádio e na TV

RTP

5.ª feira, *15 de Novembro, às 20 h 32 m (10 m)*
6.ª feira, *16 de Novembro, às 20 h 43 m (10 m)*
Sábado, *24 de Novembro, às 20 h 32 m (10 m)*
Domingo, *25 de Novembro, às 20 h e 32 m (20 m)*
5.ª feira, *29 de Novembro, às 20 h 45 m (5 m)*

RDP

Sábado, *17 de Novembro, às 19 h 45 m (15 m)*
Domingo, *18 de Novembro, às 19 h 30 m (15 m)*
2.ª feira, *19 de Novembro, às 19 h 15 m e às 20 h 15 (15m + 15 m)*
5.ª feira, *22 de Novembro, às 19 h 15 m (45 m)*
Domingo, *de Novembro, às 20 h 00 m (15 m)*
3.ª feira, *27 de Novembro, às 19 h 30 m e às 20 h 00 m (15 m + 15 m)*
4.ª feira, *28 de Novembro, às 20 h 30 m*
6.ª feira, *30 de Novembro, às 20 h 00 m (10 m)*

PROGRAMA ELEITORAL DO PCP

Um programa para o Portugal de Abril

Pág.9

POVO UNIDO

Álvaro Cunhal no Norte

Álvaro Cunhal estará presente em **Coimbra** amanhã, numa sessão de esclarecimento às 21 e 30, e no sábado visitará **Ereira** e **Vila Verde,** participará num comício no **Porto,** às 15 e 30, e numa sessão de esclarecimento, às 21 horas, em **Viana do Castelo.** O secretário-geral do PCP visitará no domingo **Caxinas** (9 e 30), **Freamunde** (11 e 30), **Vila das Aves** (12 e 45) e **Vila Nova de Famalicão** (14 e 30), participará às 16 horas num comício em **Guimarães,** às 17 horas num comício em **Braga** e, às 21 horas, numa sessão de esclarecimento em **Aveiro.**

Em Lisboa, Álvaro Cunhal participa **hoje,** às 21 e 30, numa sessão de esclarecimento na Escola Marquês de Pombal, à Junqueira.

POVO UNIDO

Comício em Lisboa

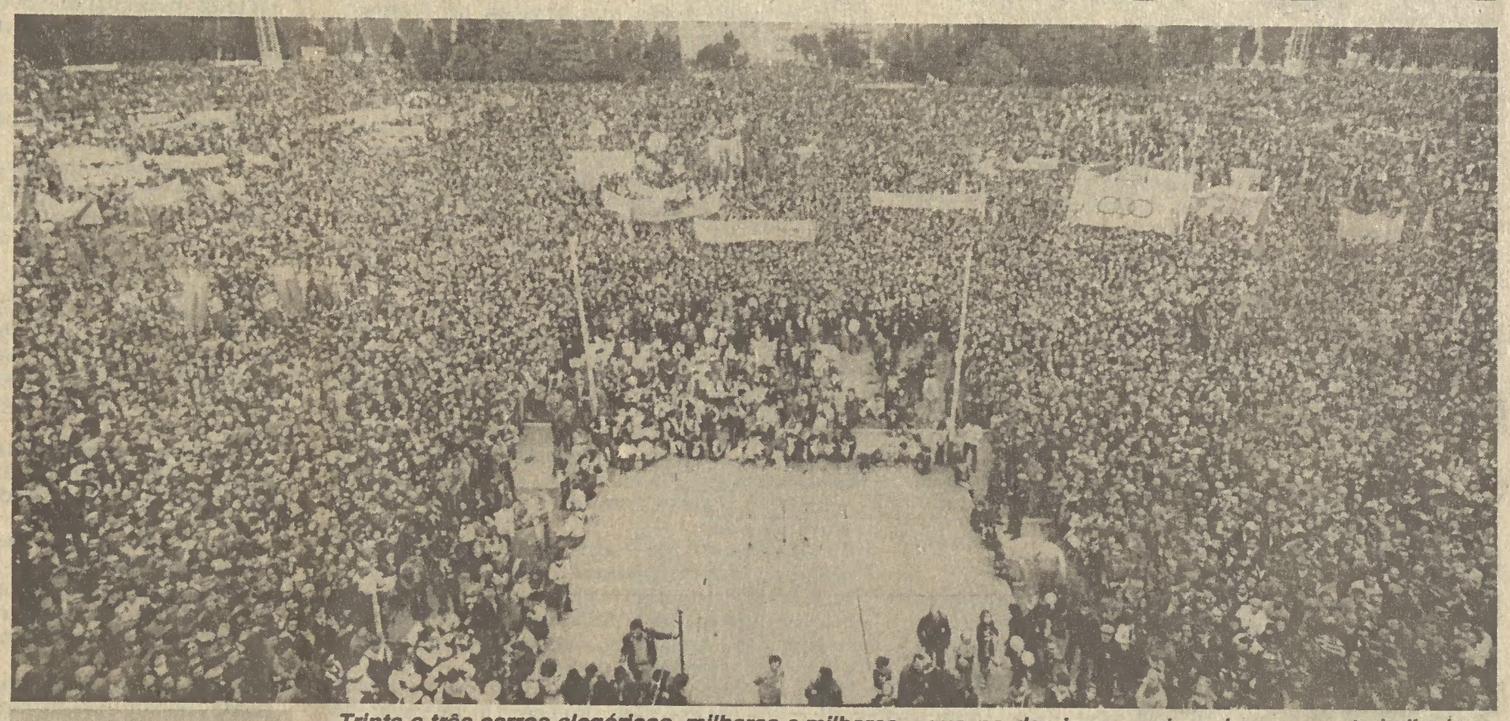
Amanhã, às 21 e 30, no **Pavilhão dos Desportos,** realiza-se um comício-festa com intervenções de **Octávio Pato** e **Silva Graça** e a participação de **Carlos Paredes, Carlos do Carmo, Carlos Mendes** e **José Barata Moura.**

4.º Aniversário da Proclamação da independência de Angola

Pág.2

O POVO UNIDO EM LISBOA E EM TODO O PAÍS

UMA CAMPANHA PARA A VITÓRIA



Trinta e três carros alegóricos, milhares e milhares de pessoas iniciaram a campanha eleitoral do PCP e Lisboa, enchendo por completo o Estádio 1.º de Maio que no domingo recebeu de novo os trabalhadores e o povo de Lisboa.

Pág.3

No Porto como em todo o País, o povo desceu à rua assinalando festiva e combativamente o início da campanha eleitoral do PCP e da APU, garantindo o dinamismo e o entusiasmo com que avançamos rumo à vitória democrática.

Pág.12

JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

O Encontro Nacional de Delegados da UJC e da UEC reunido no passado sábado no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, concretizou um passo decisivo para o futuro do Portugal de Abril: a fusão das duas organizações de jovens comunistas na Juventude Comunista Portuguesa.

Pág.4

Editorial **PODEROSOS TESTEMUNHOS DA INFLUÊNCIA POLÍTICA DO PCP**

Editorial

PODEROSOS TESTEMUNHOS DA INFLUÊNCIA POLÍTICA DO PCP

No conjunto impressionante das iniciativas da Aliança Povo Unido (APU) no plano nacional, viradas para os actos eleitorais de Dezembro, a jornada organizada pelo PCP no domingo último em Lisboa, a qual terminou em apoteose no Estádio 1.º de Maio, vale simultaneamente como símbolo de resistência e luta e como poderosa afirmação popular de massas.

Resistência, unidade e luta que ultrapassam o quadro restrito da situação actual e mergulham directamente nas ricas tradições do Abril revolucionário, na sua radiosa mensagem de liberdade donde jorra uma potente luz sobre os difíceis dias que vivemos.

A campanha eleitoral para as eleições intercalares de 2 de Dezembro, oficialmente aberta às zero horas de domingo, desenvolve-se em pleno por todo o território nacional do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Uma importante batalha pela democracia e a liberdade, por uma vida melhor, mais digna e feliz para o Povo português está em curso e mobiliza muitos milhares de democratas e patriotas.

O nosso povo, há cerca de seis anos liberto do flagelo do fascismo, está de novo submetido a uma grande prova de civismo e de madurez política.

Por iniciativa do PCP o povo trabalhador da região de Lisboa em força regressou ao Estádio 1.º de Maio, donde o governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS pretendera arredá-lo para sempre – muitos e muitos milhares de lisboetas das mais diversas condições sociais, numa portentosa torrente de massas, reafirmaram nas ruas da capital a firme confiança no Portugal democrático, a inquebrantável vontade de defender as conquistas alcançadas numa clara adesão às propostas políticas do PCP.

O importante conjunto de acções múltiplas desenvolvidas no plano nacional de que sobressai a grande jornada de Lisboa, é um vivo testemunho da influência política do PCP, da sua forte vinculação às massas populares, da sua seriedade política.

Trata-se de um dado fundamental para uma correcta apreciação da campanha eleitoral em curso e para a determinação das opções de voto nos actos eleitorais que se avizinham.

☆ ☆ ☆

Ao mesmo tempo, todos os democratas e patriotas se dão conta da envergadura do combate que temos de travar. Inimigos poderosos entendem-se e conspiram contra a democracia portuguesa.

Somos um todo nacional num espaço territorial continental e insular mas apesar disso indivisível e uno. Estes factores de coesão não anulam, contudo, a realidade social e política portuguesa marcada por alguns profundos antagonismos e por diametrais diferenças de opinião.

Os primeiros dias da campanha eleitoral evidenciaram com certa nitidez a natureza das forças em presença, a diferença das suas propostas ao País, dos seus métodos de acção e ainda factores de desestabilização e de perigosidade que perturbam a tranquilidade dos portugueses e ameaçam comprometer a livre expressão da sua vontade.

E dizemos "certa nitidez" porque a clareza não é positivamente uma qualidade das forças reaccionárias da AD e do próprio PS que é uma força democrática. Os principais inimigos e o principal adversário da APU nas eleições de Dezembro procuram mascarar sob um palavreado falso, de mentira, diversão e calúnia, objectivos reais e acções cujo carácter nada tem a ver com um comportamento democrático, com o chamado "jogo democrático".

Sá Carneiro e Freitas do Amaral e os pigmeus do PPM e do grupinho "reformador" depois de terem proferido os maiores impropérios contra órgãos de soberania como o Presidente da República e o Conselho da Revolução, cuja continuidade e vigência não estão em causa na presente pugna eleitoral; depois de uma intensa e aberta actividade desestabilizadora que mantêm ainda sob disfarces, enchem a boca de altissonantes palavrões "democráticos" e de propósitos "pacificadores" que não convencem ninguém e que os factos desmentem dia-a-dia. Os chefes reaccionários metem o pé na argola e procuram depois abafar os dislates em acrobacias verbais.

A extrema-direita põe bombas no Alentejo, comete crimes, acirra a violência da repressão contra os heróicos trabalhadores da Reforma Agrária, apela à intervenção das Forças Armadas, como provocadoramente fez Sousa Tavares no domingo em Évora. Na mais populosa cidade do Alentejo, ante a serenidade e o elevado civismo da população eborense, os carros de som da Aliança Reaccionária, em consonância com a imprensa fascista e fascizante, que pedem a ilegalização do PCP, percorrem as ruas citadinas vociferando provocadoramente contra a "ditadura comunista" no Alentejo.

E, entretanto, nos Açores – um feudo do PPD – arruaceiros separatistas ligados à AD e à FLA, contra os profundos sentimentos de patriotismo da população açoreana, impedem, com petardos, bombas de fumo e arruaças, uma sessão de esclarecimento do PCP com a participação do presidente do grupo parlamentar comunista na Assembleia da República e, simultaneamente, tentam assaltar o Centro de Trabalho do PCP em Ponta Delgada.

No domingo, no Porto, depois dos estafados chavões "democráticos" dos chefes reaccionários no comício da AD, grupos de provocadores da "Aliança" tentam assaltar a sede da Juventude Comunista Portuguesa e destruir uma viatura do PS.

Aos iniludíveis testemunhos da poderosa influência política de massas e de respeito inflexível pela legalidade democrática do PCP contrapõe-se a acção provocatória e diversionista da Aliança Reaccionária.

Comparando com objectividade os programas e a prática política, as palavras e as acções, os portugueses democratas irão colhendo dados significativos para as suas opções de voto. Deste necessário confronto uma grande conclusão ressalta: votar democracia, votar liberdade, votar 25 de Abril é votar APU – votar contra a reacção, votar contra o regresso ao passado, votar contra o domínio imperialista é votar APU!

☆ ☆ ☆

Como o equilibrista no arame, fazendo demagogia à esquerda e acenos e concessões reais à direita, deformando a História, entreabrindo verdades comprometedoras, o PS iniciou também a sua campanha eleitoral.

Salta aos olhos a linguagem acomodatícia de alguns dos mais destacados dirigentes socialistas para com Sá Carneiro e a Aliança Reaccionária em contraste com a agressividade anticomunista relativamente ao PCP.

A frase bombástica de "quem ganhar deve governar", atirada por Mário Soares para a campanha eleitoral do PS, envolve propósitos e perigos cuja gravidade não é demais salientar.

Nesta perspectiva Mário Soares abordava no "Diário de Notícias" de 9 de Dezembro, último, a hipótese da vitória da "Aliança Reaccionária".

Em tal hipótese, o PS, nas palavras de Mário Soares, passará à oposição. "Uma oposição que seria muito firme – intransigente mesmo – mas que não seria obstrução" (o sublinhado é nosso).

Mas também, no entender de Mário Soares, "uma eventual vitória da AD não levaria a uma simples mudança de governo... mas à destruição do regime, subvertendo o 25 de Abril e o sistema institucional vigente».

Como é isso? Então a um governo que levaria "à destruição do regime subvertendo o 25 de Abril e o sistema institucional vigente" não faria o PS obstrução?

É para esta perspectiva de "queda no abismo" que o PS defende a sua teoria do "voto útil na esquerda e na democracia", é para isto que pede o voto dos portugueses democratas?

Significativamente, Mário Soares na sua primeira intervenção radio-televisiva da campanha eleitoral do PS reedita as suas velhas calúnias contra os comunistas como a da estafada "questão República" e do "Rádio Renascença" que ele sabe muito bem serem totalmente alheias a qualquer participação dos comunistas.

Não será melhor para o PS acabar de vez com as insinuações sem base sobre as "tentativas de instauração de uma ditadura comunista em 1974 e 1975»?

Na mesma intervenção radio-televisiva o secretário-geral do PS fala estranhamente das causas que conduziram "à perda das nossas colónias" que atribui à falta de visão de Marcelo Caetano (o sublinhado é nosso). Que quer isto dizer?

Seria muito interessante que o dr. Mário Soares esclarecesse melhor esta questão para os eleitores eventuais do PS e para o Povo português em geral.

Lá ouvimos a velha história de um PS com mais de 100 anos!

Que tradições, que linha de continuidade liga o velho Partido Socialista Português ao actual PS?

Depois, aquela grosseira falsificação da história do "partido que mais resistiu ao fascismo" é de um cómico irresistível. Onde estaria metido o PS, entre a indigna conciliação com o fascismo de Ramada Curto no início dos anos 30 e o período de 1945? Nestes tempos as prisões fascistas estavam abarrotadas de comunistas, dezenas de membros do PCP foram assassinados no Tarrafal ou sucumbiram às torturas da polícia de Salazar, centenas de outros arrostaram com as provações da clandestinidade.

Onde diabo se meteu o PS neste período que ninguém deu por ele?

Na apresentação dos candidatos da APU no Pavilhão dos Desportos, Álvaro Cunhal disse: "Se falar verdade nos custasse perder votos melhor seria falar verdade perdendo votos do que mentir para ganhá-los". Esta é uma grande força de intervenção dos comunistas portugueses no combate pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo em Portugal.

Comparando as palavras e os actos, aferindo a verdade e a mentira, os portugueses obterão importantes dados para as suas opções de voto nas eleições de Dezembro.

Votar pela defesa do regime democrático e pelo "sistema institucional vigente", votar pela consequência e pela verdade política e histórica, é votar APU – votar contra a subversão do 25 de Abril, contra as conciliações com a direita, contra as falsificações da História, é votar APU!

☆ ☆ ☆

Agudos problemas sociais coincidem com a campanha eleitoral em curso e com as eleições. A subida em flecha do custo de vida, o desemprego, o atraso na revisão de situações salariais injustas, questões laborais a reclamarem urgente solução, exigem a participação activa e dirigente dos comunistas nesta decisiva frente de luta.

Milhares de trabalhadores recorrem justamente à greve, várias situações explosivas têm sido despoletadas pela via das negociações e do diálogo com os trabalhadores mas a uma maior abertura dos círculos governamentais arrancada pela luta não corresponde igual atitude do patronato politicamente integrado na Aliança Reaccionária.

Os mentores da AD jogam na desestabilização política social e económica, esforçam-se por criar e acirrar focos artificiais de perturbação. A par da justa luta dos trabalhadores pela solução dos seus agudos problemas, em alguns sectores núcleos minoritários colocados em pontos estratégicos da produção impõem contra a maioria soluções irrealistas e formas de luta irresponsáveis.

Também nesta frente tem importância decisiva a batalha eleitoral. Também aqui os comunistas estarão, como sempre, na primeira fila do combate.

Comparando as palavras e o comportamento político das diversas forças, os trabalhadores tirarão conclusões úteis à sua opção de voto. Votar na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, votar pela solução dos problemas que mais preocupam a população laboriosa, é votar APU – votar contra a exploração capitalista, contra o desemprego, contra a resistência e a repressão patronais, contra as obstruções a nível do governo, é votar APU!

Firme reprovação pelo atentado contra o Embaixador de Israel

Poucas horas depois de ter sido conhecido o atentado contra o embaixador de Israel no nosso país, ocorrido na manhã da passada segunda-feira, o PCP tomou posição através de uma nota da SIP na qual se expressa "a mais firme reprovação".

A nota acrescenta:

São de condenar vivamente actividades terroristas que ofendem os sentimentos pacíficos do Povo português, constituem um factor de perturbação do clima político nacional e são incompatíveis com as tradições, os interesses e a imagem de Portugal de Abril no Mundo.

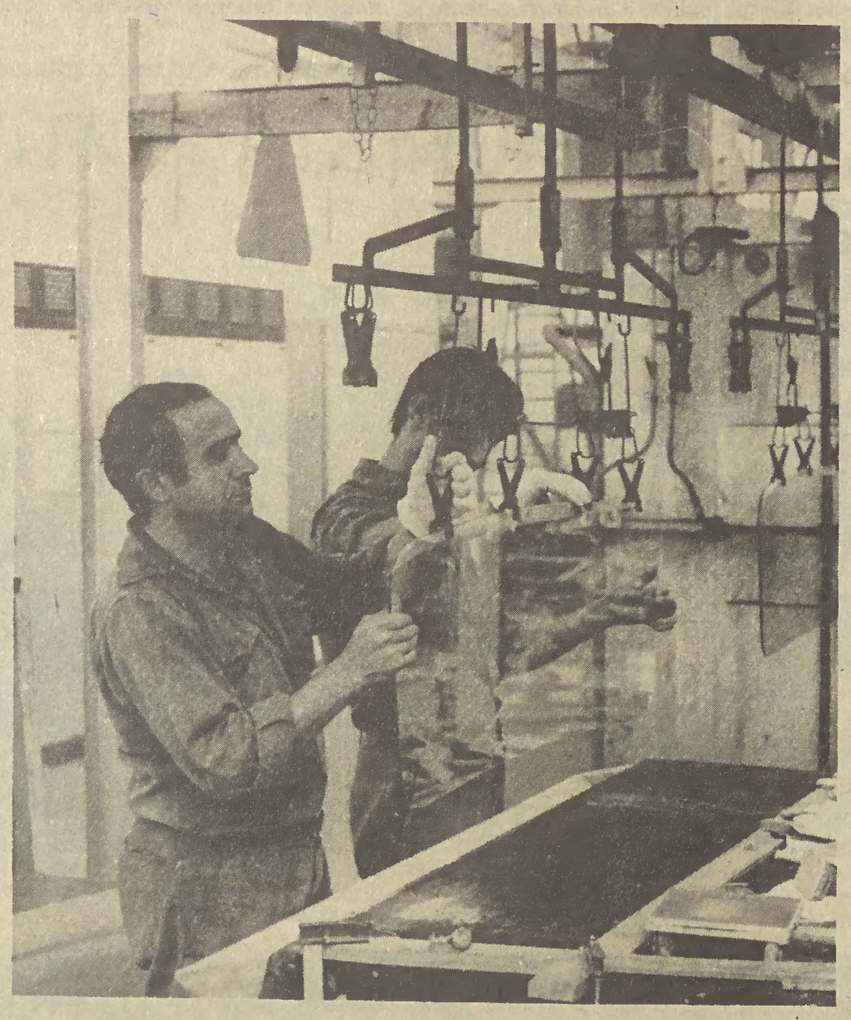
Em semelhantes actos terroristas só podem estar interessadas as forças nacionais e internacionais que procuram por todas as formas ofuscar e deturpar o significado e o êxito da recente Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a sua causa central — a Palestina, na tentativa de travar a crescente simpatia e activa solidariedade que a opinião pública nacional manifesta pela justa luta do Povo Árabe e da resistência palestiniana.

Advertindo contra as habituais manipulações e especulações reaccionárias, reafirma-se que a tranquilidade pública, a segurança dos cidadãos, a garantia de um clima de liberdade e serenidade durante a campanha eleitoral em curso constituem um interesse vital da democracia portuguesa e um importante objectivo da luta dos democratas portugueses no presente momento.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na **Heska Portuguesa** R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Outubro: 71 600



4.º Aniversário da Proclamação da independência de Angola

No quarto aniversário da proclamação da sua independência Angola reafirma a sua vitalidade, a sua capacidade de defrontar os ataques e provocações de que continua a ser alvo, a fidelidade ao caminho traçado pela MPLA o caminho da construção do socialismo.

No discurso pronunciado em Luanda o presidente Jose Eduardo dos Santos reafirmou a necessidade e a capacidade de defender a integridade territorial

Nos quatro anos de independência, importantes transformações socioeconómicas se concretizaram Os sectores-chave da economia foram colocados sob controlo do Estado. A principal riqueza do país — os minerios, o petróleo, os diamantes —, foram nacionalizados, tendo sido entretanto determinado o controlo do Estado sobre todos os trabalhos de prospecção geológica No campo, onde vive a maioria da população, as explorações privadas passaram para o Estado e é incentivado o movimento cooperativo Medidas sociais em sectores decisivos, como o da alfabetização e da saúde, provocaram uma melhoria radical da situação das massas trabalhadoras.

Em Portugal

Também em Portugal o aniversário da independência de Angola foi comemorado com uma cerimónia evocativa realizada na Fundação Gulbenkian, cujo auditório foi pequeno para o público que acorreu. Um dos pontos dominantes da sessão foi a intervenção de Luzia Sebastião, directora do Secretariado para a Cultura e Desportos do CC do MPLA, que denunciou os ataques sul-africanos ao sul de Angola e destacou os passos seguros para a destruição das antigas bases de exploração e para a construção de uma sociedade socialista

É necessário lançar-se um combate ferreo a reacção onde quer que ela se manifeste, acrescentou Luzia Sebastião frisando. "Aqui apelamos às forças progressistas portuguesas para lançarem um combate cerrado as forças reaccionarias angolanas que aqui ainda se manifestam sob guarida dos seus aliados naturais

As centenas de pessoas que se dirigiram a Avenida de Berna para participarem nas comemorações não couberam todas no anfiteatro dois da Fundação Gulbenkian Muitas ficaram no átrio apreciando e comentando uma exposição fotografica sobre os funerais de Agostinho Neto

Na grande concentração popular no Estádio 1.º de Maio, que marcou o início da campanha eleitoral da APU, a coincidência da sua realização com o aniversário da independência de Angola foi calorosamente saudada pela multidão presente Na sua intervenção, o camarada Álvaro Cunhal destacou "Daqui, do Estádio 1.º de Maio de Lisboa, com a aprovação de milhares e milhares de participantes, envio ao MPLA, ao camarada Presidente Eduardo dos Santos, ao Povo de Angola, as calorosas e fraternais saudações e felicitações, e a expressão da activa solidariedade do Partido Comunista Português Um voto que exprime os profundos sentimentos de solidariedade do Povo português para com o Povo angolano

Saudação ao MPLA-Partido do Trabalho

Queridos Camaradas,

Na passagem do 4.º Aniversário da Independência da República Popular de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, bem assim como a todos os seus militantes e o heróico Povo angolano.

A construção da nova Angola orientada para o socialismo tem uma grande repercursão que ultrapassa as fronteiras do continente africano e constitui um poderoso incentivo à luta de libertação dos povos, designadamente da Namíbia, do Zimbabwe e da África do Sul respectivamente dirigida pela SWAPO, Frente Patriótica e ANC.

Na gigantesca obra já realizada pelo Povo angolano sob a direcção do MPLA — Partido do Trabalho, surge a marca inapagável do querido e saudoso camarada Agostinho Neto, revolucionário eminente, diante da memória do qual se inclinam as bandeiras do PCP.

Os comunistas portugueses repudiam e condenam uma vez mais as provocações da África do Sul contra o território soberano da RPA, bem como desmascaram e combatem as forças colonialistas e neocolonialistas portuguesas que dão cobertura a grupos traidores angolanos a soldo do imperialismo estrangeiro para continuarem as suas conspirações contra a RPA

O PCP assegura ao Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, dirigido pelo camarada José Eduardo dos Santos, a todos os seus militantes e ao Povo angolano a sua solidariedade activa na construção da nova sociedade angolana liberta da exploração do homem pelo homem.

Os comunistas portugueses continuarão a actuar para que se reforcem cada vez mais os múltiplos laços de solidariedade, amizade e cooperação fraterna existentes entre o PCP e o MPLA — Partido do Trabalho na base dos inquebrantáveis princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, certos de que esse reforço contribuirá para aprofundar as relações de amizade e cooperação existentes entre os nossos dois povos e países, para bem da causa comum da Paz, do Progresso Social e do Socialismo.

O Comité Central do Partido Comunista Português

Delegação do PCP na Argélia

Uma delegação do Partido Comunista Português, constituida pelos camaradas Aboim Inglês e Americo Leal, do CC do PCP esteve presente nas comemorações do 25.º aniversário do começo da luta armada de libertação na Argélia, de 30 de Outubro a 2 de Novembro.

A presença de uma delegação do PCP nestas comemorações — pela primeira vez — contribuiu para um estreitamento de relações entre o PCP e a FLN.

Domingo, em Lisboa: jornada memorável

A abertura da campanha eleitoral da APU em Lisboa, no passado domingo, constituiu uma jornada memorável. Memorável pela participação popular, pela grandiosa manifestação de força demonstrada, pela adesão entusiástica ao Partido e à campanha da APU. Memorável também pela imaginação e riqueza do desfile que antecedeu o comício no Estádio 1.º de Maio – novamente nas mãos dos trabalhadores –, desfile que teve como particular aliciante a manifestação de um incomparável espírito criador, traduzido na decoração dos cargos alegóricos, na sua ligação ao trabalho, à vida e à luta, na surpreendente e imaginativa demonstração de «desporto em movimento». Memorável ainda pelo que simboliza no presente de esperança para o futuro. Como diria Álvaro Cunhal: «O dia de hoje somado a tudo quanto se tem feito, mais aumenta a nossa confiança de que vamos por bom caminho – vamos no caminho da vitória democrática, no caminho de uma grande vitória do PCP, de uma grande vitória da Aliança Povo Unido».

Na tarde de domingo, a multidão que vota APU encheu Lisboa. Concentrados em diversos pontos da periferia da cidade, os carros alegóricos convergiram para o Martim Moniz, espalhando pelas ruas da capital a alegria e a confiança daqueles para quem «a vitória é difícil mas é nossa». Formado o cortejo, este subiu a Almirante Reis e desaguou na Alameda, onde milhares de pessoas, enquanto esperavam a oportunidade para engrossar o desfile, assistiam a diversos espectáculos montados num palco e escutavam e aplaudiam curtas intervenções de candidatos da APU. Depois, entre filas compactas, foi o percurso até ao Estádio, onde dezenas de milhares de pessoas já se concentravam. E foram então os aplausos sem fim aos carros, às delegações de empresas, bairros e localidades, aos jovens atletas em contínua actividade. No palco principal e noutros locais do recinto houve canções, poesia, danças, demonstrações desportivas. Um mar de gente, de cor, de punhos erguidos, de palavras firmes e confiantes na certeza de vencer.

Nos carros alegóricos, os objectivos de luta, as reivindicações populares, as propostas para o futuro, a certeza e a confiança na viragem democrática

Uma pausa de sossego às duas e meia da tarde. Rara nesse domingo de sol. Vinhamos da multidão que crescia na Alameda, preparando o desfile para o Estádio. Uns minutos para uma volta vagorosa pela zona verde do recinto com a bancada central já repleta na expectativa da festa que anteceu o comício. Antes de voltarmos à rua animada de tantas vozes, dois passos sossegados para ver o S. Martinho da APU. Nos relvados, perto da vedação que dá para a 31 de Janeiro, umas tábuas serviam de mesa, as camionetas de armazém. Três quadrados de relva mostravam ao meio, dois nus, um sob a folhagem, nas placas de ferro com uma grade, um mostruário apetitoso, as castanhas da festa popular. Nas tábuas, à altura da barriga, a água-pé avermelhava ainda um copo à espera do segundo, do terceiro, talvez. O magusto, ainda pouco seguro de encontrar espaço entre a digestão do almoço, era já lugar de peregrinação.

São Martinho, um tanto ventoso ao princípio da tarde, manteve o seu brio de Verão tardio e aqueceu. Havia que «sacrificar» ao padroeiro, na hora que fugia, até entrar no recinto a cabeça do desfile.

A imensa multidão desfilava a caminho do Estádio 1.º de Maio rodeando os mais de 30 carros alegóricos, simbolizando Abril e as suas conquistas, desmascarando a aliança reaccionária, fazendo valer os direitos ameaçados, os interesses vilipendiados dos trabalhadores.

Curta, afinal, foi a pausa do sossego. O desfile aproximava-se do Estádio 1.º de Maio, novamente restituído ao povo. A pequena pausa da festa terminava com a multidão tornando pequeno o enorme recinto, invadindo o magusto, dispersado a mastigar ainda uma castanha, dirigindo para a tribuna a atenção e o fôlego.

O comício chamava os que, ainda dispersos, se iam juntando à mole humana que desaguava da Alameda e que expandia, sob um crepúsculo colorido de Verão sem data, os corações vindos da rua, unia os ombros e as vozes que respondiam à chamada popular, os braços que se erguiam com a força de vencer.

Mais de uma hora bem contada demorou o desfile a entrar no Estádio. Á frente, candidatos do nosso Partido, candidatos da APU, — entre eles o camarada Álvaro Cunhal — unindo os braços, participando da alegria e da determinação popular. O comício não tardaria. O tempo passava a correr. Quem seguisse a vaga humana, mas parasse por momentos ao cimo das bancadas laterais, podia ver um ou outro camarada mastigando ainda uma última castanha, dando o último retoque ao S. Martinho, como em despedida a um prazer popular, antes da atenção solicitada por inteiro, mas sem perder em nada a alegria da festa, dentro do **tom maior** que sempre abrilhanta os sítios onde os trabalhadores marcam encontro com o seu Partido.

E o Estádio 1.º de Maio foi, como sempre, um bom sítio. Horas antes do comício, com as amplas zonas verdes já cheias de gente, o belo recinto era já, ele todo, domínio popular. Via-se que famílias inteiras, por certo vindas de longe, sairam cedo de suas casas e fizeram do comício (também) um pretexto para comer e descansar um pouco ao ar livre da cidade. Cadeiras de piquenique, a presença numerosa das crianças, uma toalha na relva, o «passa-me a cerveja», o «senta-te aqui que está limpo» criavam aqui e ali a atmosfera saudável do domingo de festa com música, espectáculo, cantigas e ranchos populares.

Sob um pôr-de-sol em tons cinza e vermelho, que um grandioso largar de balões acentuava, S. Martinho disse adeus ao Estádio. Mas voltou para casa satisfeito. Preparados pelo Povo com aquilo que lhe agrada, a festa, o magusto, o desfile e o comício estiveram ali sempre como em casa, com a satisfação que é muito nossa, muito dos trabalhadores e dos comunistas, para quem, como se sabe, nos comícios, nas festas, em todos os locais de encontro onde se luta e prepara o futuro, nunca há desconhecidos, nunca há caras estranhas, mas gente que se senta à mesma mesa, que faz do seu prazer coisa colectiva, viva e fraterna.

Curto afinal foi, como dissemos, o sossego anterior ao comício. Esta tarde de S. Martinho não era para confidências. Era a voz popular na rua e nos corações. Era a voz popular de quem luta, apontando certo e seguro para uma vitória que torne possível e duradoura uma vida nova, aquele futuro que sempre desponta nos comícios e nas festas organizadas pelo Partido, com a força e a segurança de avançar e vencer.

Candidatos da APU por Lisboa integraram-se no desfile

Nos panos, nos cartazes, na decoração dos carros, o humor não faltou

Pioneiros de Portugal: no Ano Internacional da Criança, uma presença activa

O direito ao ensino e à cultura: quem pode estar contra?

Andebol em movimento (na foto), ginástica rítmica, ginástica desportiva (em cima de um camião), halterofilismo: um lugar de destaque para a luta pelo Desporto, Direito do Povo

Extractos da intervenção de Álvaro Cunhal

É necessário derrotar a Aliança Reaccionária

O maior perigo que ameaça a democracia portuguesa é constituído pelas forças reaccionárias, designadamente pelo PPD e pelo CDS, expressão política dos interesses dos grandes capitalistas, dos latifundiários, dos senhorios ricos.

Uma maioria absoluta da Aliança Reaccionária auto-intitulada «Aliança Democrática» faria pesar sobre Portugal o perigo da instauração a curto prazo de uma nova ditadura.

O sr. Amaro da Costa, do CDS, considera caluniosa esta afirmação.

Mas não, não é caluniosa nem uma afirmação gratuita.

São os próprios objectivos definidos pelo PPD e pelo CDS, é a própria actuação concreta desses partidos e dos seus homens, que tiram quaisquer dúvidas: PPD e CDS querem destruir o regime democrático e instaurar uma nova ditadura.

Ainda está bem fresca na memória dos portugueses a ofensiva global lançada pelas forças reaccionárias contra o regime democrático nos primeiros meses do ano corrente.

Está fresca na memória a actuação do governo Mota Pinto-PPD-CDS.

Estão presentes na memória os planos do PPD e do CDS de revisão inconstitucional da Constituição, com uma nova lei eleitoral que tornaria as eleições uma verdadeira mascarada ao serviço da reacção, com a utilização do referendo como forma de manipulação do sufrágio universal.

A realização do plano das forças reaccionárias para liquidarem o regime democrático sofreu em 1979 uma pesada derrota. Mas esse plano mantém-se.

A derrota da Aliança Reaccionária nas próximas eleições é uma condição essencial para que o plano de liquidação da democracia caia definitivamente por terra.

Não. Afirmar que o PPD, o CDS e as forças reaccionárias no seu conjunto querem liquidar a democracia e instaurar uma nova ditadura não é uma afirmação caluniosa.

Não há dia nenhum em que o PPD, o CDS e os seus homens não revelem, pelos seus actos, os propósitos e a mentalidade fascista e fascizante.

Quando as Câmaras Municipais PPD/CDS mudam os nomes das ruas 25 de Abril para Rua Salazar e Rua Trigo de Negreiros, antigo ministro do Interior de Salazar, co-responsável da repressão e dos crimes da PIDE, que mostram estes factos?

Que o PPD e o CDS defendem a democracia ou que estão ansiosos pela restauração do fascismo?

O exemplo dos Açores e da Madeira, onde existem governos regionais PPD, mostra bem o que o PPD e o CDS pretendem para todo o povo português.

Quando há dias, na Madeira, o PPD, pelo simples facto de a APU impugnar junto dos tribunais a elegibilidade do cabeça de lista PPD por esse senhor ter feito parte dos Serviços de Censura fascista, logo ameaçou (embora ridiculamente) de actuar para a ilegalização do PCP, que mostra esse facto?

Que o PPD é inspirado por sentimentos democráticos, como afirmam os dirigentes da Aliança Reaccionária, ou que são bem claras as suas intenções de liquidar as liberdades e a democracia?

Quando há dois dias, protegidos de facto por uma polícia que, prevenida, não actuou, arruaceiros apedrejaram e tentaram assaltar a sede da APU em Ponta Delgada e invadiram a sessão de esclarecimento conduzida pelo camarada Carlos Brito em Angra do Heroísmo, lançando bombas de fumo e de foguete e procurando boicotar a sessão, fica ou não claro que nos Açores o governo regional PPD não assegura o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos e impede que se criem condições democráticas para a realização das eleições?

O que se passa nos Açores e na Madeira, dominados pelo PPD, exemplifica o que a Aliança Reaccionária reservaria a todo o povo português no caso de vir a ter maioria absoluta e vir a constituir governo.

Mas nem é preciso ir aos Açores e Madeira. Quase não há iniciativa da Aliança Reaccionária que não dê logo lugar a actos de violência e vandalismo, como sábado, no Porto, depois do comício da cimeira reaccionária, a tentativa de assalto à sede da UJC por grupos de arruaceiros e os actos de vandalismo contra uma carrinha do PS.

Para impedir que as liberdades dos cidadãos sejam espezinhadas e liquidadas pelas forças reaccionárias, para defender e continuar o regime democrático e o Portugal de Abril, o povo tem de infligir uma pesada derrota à Aliança Reaccionária, mantendo o PPD e o CDS em minoria na Assembleia da República.

A própria Aliança Reaccionária tem consciência de que, se forem asseguradas condições democráticas em todo o território nacional, sofrerá severa derrota.

Tem também consciência de que este sentimento de derrota pode levar ao abstencionismo ou ao abandono por boa parte do seu eleitorado.

Tem consciência de que diminui a olhos vistos a sua capacidade de mobilização e que em muitas terras onde dominam caciques e tiranetes locais é cada vez mais difícil, à maneira antiga, arrastar os povos às concentrações reaccionárias a troco da passeata nas camionetas.

Tem consciência do sério perigo que representam os fracassos das suas iniciativas de massas, como a concentração do PPD com Sá Carneiro, do CDS com Freitas do Amaral, dos ppmzinhos, em Vila Real de Trás-os-Montes, marcada para o mesmo dia e à mesma hora em que se realizou um comício do PCP.

Julgavam ter a certeza de que a grandeza da concentração da Aliança Reaccionária com os seus chefes, a mobilização regional, as majoretes para-americanas, os cortejos folclóricos, esmagariam a iniciativa do PCP por força da comparação. E, afinal, na própria capital de Trás-os-Montes, no mesmo dia e à mesma hora, o comício do PCP teve, pelo menos, duas vezes mais participantes do que a grande demonstração de força do PPD, CDS e C.ª.

É para reagir contra os factos através de golpes psicológicos que a reacção lançou a operação «sondagens de opinião». Encomendou a sondagem. Montou o sistema de violar a Lei Eleitoral, que não permite a publicação de tais sondagens. Organizou a publicação dos resultados num jornal espanhol, para depois serem transcritos na imprensa portuguesa. Mas eis que os cálculos saíram furados. Segundo o próprio PPD, a sondagem encomendada prevê a derrota da Aliança Reaccionária.

É porque já está convencida da própria derrota que a reacção leva a cabo novas tentativas de desestabilização da situação política, social e militar. É por isso que multiplica os actos de provocação ideológica e terrorista, com as campanhas caluniosas mais infames através dos seus escribas e com atentados bombistas que depois atribui aos trabalhadores, aos comunistas, às forças democráticas. É por isso que, dissolvida como está a Assembleia da República, a reacção exige histericamente a demissão do Governo e reactiva a sua campanha contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução, para criar um vazio de poder nas vésperas das eleições. É por isso que, tal como sucedeu nos Açores, começam a registar-se tentativas reaccionárias para impedir o normal desenvolvimento da campanha democrática.

PPD e CDS insistem numa política que visa conduzir ao golpe de Estado. Não sabem nem querem viver no quadro dos princípios democráticos. Querem restaurar o poder económico e político dos monopólios e dos latifundiários. Querem liquidar o regime. Querem uma nova ditadura.

O povo português está-lhes, porém, dando resposta. Vai continuar a dá-la nas próximas eleições.

O PPD, o CDS e outras forças reaccionárias não conseguirão levar por diante os seus tenebrosos planos de liquidação da democracia porque o povo português a derrotará nas próximas eleições, mantendo-os em minoria.

Não o conseguirão porque o povo português, continuando firmemente a luta, saberá defender o Portugal de Abril.

O voto no PS o voto incerto na democracia

Um dos objectivos fundamentais a alcançar nas próximas eleições é manter na Assembleia da República uma maioria democrática, da qual farão parte os deputados eleitos do MDP, mas na qual comunistas e socialistas são, nas condições presentes, as duas forças essenciais.

Entretanto, para que essa maioria numérica de comunistas e socialistas se torne uma maioria democrática efectiva, é necessário que, dentro dessa maioria numérica, aumente de forma significativa o peso relativo do PCP.

Sem essa alteração na correlação das forças democráticas será muito difícil que o PS deixe de fazer a política de aliança com a direita que tem feito nos últimos anos.

O povo não esquece que o PS é o partido que, no Governo, faltando ao próprio programa e à palavra dada ao eleitorado, lançou a ofensiva de recuperação capitalista, latifundista e imperialista; que fez aprovar na Assembleia da República a contra-revolução legislativa; que iniciou a política dos pacotes e da alta do custo de vida; que no Governo, sem qualquer consideração pelas situações criadas, começou a entregar empresas intervencionadas ao patronato sabotador; que desencadeou a brutal ofensiva contra a reforma agrária, começando as reservas ilegais, os roubos de terras, máquinas, gados, instalações, as cargas da GNR contra os trabalhadores, ofensivas que mancham para sempre um partido que se afirma dos trabalhadores e socialista.

O PS é o partido que se deixou enredar e enrolar pelo PPD e pelo CDS, que quando pensaram ter chegado a hora H romperam acordos, acabaram por ultrapassá-lo, destituí-lo e tentar marginalizá-lo.

Onde estão os indícios de que o PS reconhece os erros monumentais da sua política? Mostra o PS capacidade para aprender a lição dos factos? Mostra-se disposto a romper de vez alianças com partidos reaccionários e a procurar finalmente um entendimento com o PCP? Esclareceu o PS, porventura, o que vai fazer depois das eleições, ficando (como é absolutamente certo) com pouco mais de um terço de deputados?

Os dirigentes do PS recusam-se a esclarecer estes pontos. E tudo quanto dizem, mais faz aumentar a falta de confiança em votar PS.

Os dirigentes do PS insistem, por um lado, que uma aliança com o PCP é impossível em virtude do «antagonismo» que dizem existir entre os programas dos dois partidos e dizem, por outro lado, que poderão vir a considerar um acordo governamental com o PPD.

Vão ainda mais longe. Admitem que a Aliança Reaccionária, embora continuando a ser minoria, poderá legitimamente formar governo desde que tenha mais deputados que o PS.

O que significa isto?

Significa que, segundo o PS, a Aliança Reaccionária será forçosamente encarregada de formar governo, porque é quase certo que, tal como na Assembleia da República dissolvida, tendo menos deputados do que comunistas e socialistas somados, terão certamente mais do que os deputados do PS.

A verdade é que, ao contrário do que dizem os dirigentes do PS, **o PPD e o CDS, ficando em minoria, não têm qualquer direito, nem possibilidades de constituir governo, desde que nenhum outro partido lhes dê apoio e lhes rejeite o programa na Assembleia da República.**

Sendo assim, camaradas, na previsão de que a Aliança Reaccionária fique em minoria, qual o dever das forças democráticas? A nosso ver, é cortar desde já o passo à reacção, **colocar desde já o PPD e o CDS em posição de vencidos e derrotados.**

A posição do PCP é completamente clara. **O PCP opor-se-á firmemente, sem quaisquer hesitações nem condescendências, à formação de um governo PPD/CDS.**

Bastaria que o PS tomasse desde já atitude semelhante para excluir qualquer tentativa, sequer, para que (ficando em minoria como confiamos que ficará) a Aliança Reaccionária pensasse sequer **tentar** formar governo.

Mas o PS faz precisamente o contrário como que procurando evitar que no dia seguinte às eleições, quando se verificar que a Aliança Reaccionária ficou em minoria, se tenha por definitiva, sem apelo nem agravo, a derrota do PPD e do CDS.

A posição do PS nesta questão fundamental mostra que **o voto no PS não é um voto útil, nem seguro, nem certo.**

O que é extraordinário é que os dirigentes do PS, sem darem qualquer garantia de uma futura política democrática e mostrando-se inclinados a novos conluios e alianças com os partidos reaccionários, façam ao mesmo tempo uma campanha contra o voto no PCP, o voto na APU, defendendo que o «voto útil» na democracia é o voto no PS.

Parece anedota mas não é, camaradas. Se nuns lados dizem que o voto no PS é o voto útil na democracia, noutros lados dizem que o voto no PS é o voto útil no anticomunismo.

De facto, nas regiões de grande influência reaccionária, dizem ao PCP e à esquerda em geral que o voto no PS é o voto útil na esquerda para fazer frente à reacção.

Nas regiões de grande influência do PCP dizem à direita que o voto no PS é o voto útil na direita para fazer frente ao PCP.

O que se vê por este procedimento é que no fim de contas os dirigentes do PS, numa política sem princípios, procuram de facto um «voto útil», não na democracia, mas um voto útil apenas ao próprio PS.

Por isso afirmamos com sólidos fundamentos que **o voto no PS é um voto inseguro e incerto. Que votando no PS ninguém sabe em que política está a votar. Votando PS, os eleitores correm o risco de julgar estar votando na democracia e no fim de contas estarem votando para a formação de um governo reaccionário.**

Quanto aos **esquerdistas**, ainda mais enfraquecidos pelos seus conflitos internos e divisões constantes, aparecem fundamentalmente para tentar desorientar o eleitorado e levar à divisão de votos dos trabalhadores. Não tendo nem força nem influência para fazer eleger deputados, votos nos esquerdistas não são só votos numa política de exaltação verbal pseudo-revolucionária a que correspondem muitas vezes objectivos coincidentes com os da direita. Votos nos esquerdistas são votos inúteis e perdidos.

Semana

7 Quarta-feira

1656 – Morre, com 52 anos de idade, D. João IV.

Sorteados «tempos de antena»

O Secretariado da CGTP-IN divulga um "Manifesto aos Trabalhadores sobre as Eleições" onde se sublinha que o voto dos trabalhadores deve ser dado a quem dê garantias da sua utilização na defesa dos seus interesses de classe, da Constituição, do Portugal de Abril ■ São sorteados os tempos de antena para a campanha eleitoral na Rádio e Televisão ■ Portugeses cooperantes e residentes na República Popular de Angola elaboram um abaixo assinado onde apelam ao PR, ao CR e ao Governo para que sejam condenadas as agressões dos racistas sul-africanos à RPA ■ Em conferência de imprensa, o PCP divulga que o Governo atendeu à reclamação apresentada pelos comunistas da recusa inexplicável, pela Comissão Administrativa do Inatel, da cedência do Estádio 1.° de Maio para o desfile do próximo dia 11.

8 Quinta-feira

1819 – Nasce em Lisboa o estadista e parlamentarista Fontes Pereira de Melo.

Um grupo de 60 a 70 indivíduos, chefiados por conhecidos separatistas açoreanos, tenta boicotar, em Angra do Heroísmo, uma sessão da APU onde participava Carlos Brito ■ Representantes das Federações dos Sindicatos Químicos e dos Escritórios prosseguem as negociações com o conselho de gerência da Petroquímica e Gás de Portugal, com vistas a ultrapassarem o impasse a que chegou o processo de revisão do acordo colectivo de trabalho ■ As Comissões de Trabalhadores da Rodoviária Nacional decidem propor aos trabalhadores deste empresa pública uma lista de candidatos dos órgãos sociais da empresa, designadamente ao conselho de gerência e ao conselho geral, lista que será votada no próximo dia 15 ■ O Partido Socialista divulga o seu "manifesto eleitoral" e as linhas gerais de actuação de um novo governo PS, em caso de vitória nas eleições intercalares para a AR, sem contudo dizer, à partida, o que fará depois das eleições ■ A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública desmente a notícia segundo a qual os guardas prisionais de todo o país estão dispostos a desencadear uma greve de zelo ■ O Dia Mundial do Urbanismo é comemorado em Lisboa com uma sessão no Laboratório Nacional de Engenharia Civil a que estiveram presentes o ministro da Habitação e os secretários de Estado do Urbanismo e Ambiente e das Obras Públicas e Habitação.

9 Sexta-feira

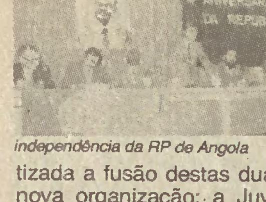
1732 – São restabelecidas as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé.

Trabalhadores da Corame no MIT

Começa no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, um seminário sobre Formação de Professores, uma das mais importantes iniciativas que se realizaram este ano no sector docente e que é organizado pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa ■ O Presidente da República promulga a Lei da Amnistia ■ Trabalhadores da Corame concentram-se junto ao Ministério da Indústria e Tecnologia exigindo a nomeação pelo Estado de um gestor para a empresa e a defesa dos postos de trabalho ■ Em proposta aprovada em plenário, os trabalhadores da Gelmar exigem que o Governo solucione a crise da empresa e do sector de transformação e comercialização de pescado até ao próximo dia 15 de Dezembro ■ Uma comunicação da Presidência da República informa das razões que levaram o PR a receber, nos últimos dias, delegações dos partidos e coligações que concorrem às eleições legislativas intercalares do próximo dia 2 de Dezembro ■ Reaparece o órgão central do MDP/CDE, "Unidade".

10 Sábado

1961 – Um grupo de portugueses exilados por motivos políticos, dirigidos pelo capitão Henrique Galvão, obriga o avião da carreira do norte de África a sobrevoar Lisboa, lançando panfletos anti-salazaristas.



independência da RP de Angola

A Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola promove, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, a realização de uma sessão comemorativa do 4.° aniversário da independência da RPA ■ Em Encontro Nacional da UJC e da UEC é concretizada a fusão destas duas organizações juvenis do PCP numa nova organização: a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) ■ O ministro da Administração Interna, Costa Brás, fala na TV sobre os próximos actos eleitorais, chamando a atenção, nomeadamente, para a Comissão Nacional de Eleições, "órgão autónomo e pluripartidário" que, designadamente, "assegura, segundo a Lei, a igualdade de possibilidades e tratamento das forças políticas concorrentes" ■ O ministro da Comunicação Social dá posse aos novos membros do Conselho de Gerência da Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital (EPNC) ■ Realiza-se o Congresso dos Sindicatos de Telecomunicações e Comunicações, em Lisboa, tendo sido decidida a constituição da Federação Nacional dos Sindicatos do sector, eleito o secretariado da nova estrutura sindical e aprovados, na generalidade, os estatutos federativos ■ Organizado pela CGTP-IN, decorre em Lisboa um Encontro Nacional sobre Direito Processual do Trabalho, onde participam juristas e funcionários dos serviços de contencioso dos Sindicatos, magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados, docentes das Faculdades de Direito e outros juristas.

11 Domingo

1935 – É preso Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP, na sequência de uma violenta vaga repressiva em que são presos destacados dirigentes do PCP e de outras organizações antifascistas.

São desconvocadas as greves anunciadas para amanhã na Petroquímica e na CP ■ A campanha eleitoral do PCP para o voto na Aliança Povo Unido abre, em Lisboa, com um grandioso desfile, que incluia carros alegóricos, a partir da Alameda D. Afonso Henriques para o Estádio 1.° de Maio, onde se realizou um gigantesco Comício, tendo usado da palavra o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal ■ O Primeiro-Ministro Maria de Lourdes Pintasilgo desloca-se, para uma visita oficial de dois dias ao distrito de Viana do Castelo ■ Encerra em Lisboa, nas instalações da FIL, a Filagro/Vinil-fil-79 – 3.° Salão Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação e 2.° Salão Internacional da Vinha e do Vinho ■ Termina o 1.° Congresso da Federação dos Sindicatos das indústrias de cerâmica, cimento e vidro, que decorreu durante o fim-de-semana.

12 Segunda-feira

1662 – Em Évora são sentenciados em auto-de-fé 120 condenados pela Inquisição.

O ministro da Justiça empossa o novo director-adjunto militar da Polícia Judiciária ■ É nomeado um novo presidente do Fundo de Fomento de Habitação (FFH) por indicação do actual ministro da Habitação e Obras Públicas ■ O Instituto Nacional de Estatística (INE) revela que a produção global da uva ultrapassará em 69% os resultados verificados em 1978 e em 16% a média dos últimos 10 anos ■ O Conselho de Imprensa decide sugerir ao Governo algumas alterações ao projecto de regulamento da carteira profissional dos jornalistas.

13 Terça-feira

1908 – É inaugurado na Avenida da Liberdade, em Lisboa, um monumento ao romancista, historiador e dramaturgo Pinheiro Chagas.

Criminosos desconhecidos atacam, à metralhadora e à granada, o carro onde seguia o embaixador de Israel em Portugal, causando ferimentos naquele diplomata, a morte dum elemento da sua segurança e ferindo três pessoas ■ É publicado no "Diário da República", I Série, o Estatuto da Carreira Docente ■ É noticiado na imprensa que Duarte Vaz Pinto foi nomeado novo embaixador de Portugal na República de Cabo Verde.

Agenda

Dia 15, Quinta-feira

DORP: Porto, 18 h, Fábrica do Cobre, sessão com os candidatos Vítor Ranita e Oliveira Dias • **Porto,** 18 h, na UTIC, sessão com o candidato Alberto Jorge • **DORL: Lisboa,** refeitório da TAP, 17.30 h, sessão de esclarecimento com **Carlos Brito,** da Comissão Política do CC • **Lisboa,** 21 e 30, escola Marquês de Pombal, sesão de esclarecimento com **Álvaro Cunhal,** secretário-geral do PCP • **DORA,** sessão às 20 e 30 • **Ribeira do Seisal,** sessão às 20 e 30 • **Faro do Alentejo,** sessão às 20 e 30 • **Santa Margarida do Sado,** sessão às 20 e 30 • **Giraldos,** sessão às 20 e 30 • **Namorados,** sessão às 20 e 30 • **Vila Boim,** sessão às 20 e 30 • **Marvão,** sessão às 20 e 30 • **Santo Aleixo,** sessão às 20 e 30 • **DORAL: Luz** (Tavira), sessão às 21 horas, com Margarida Tengarrinha, do CC, na Casa do Povo • **Alto Rodes** (Faro), 21 horas, sessão no Clube Vitória • **Barrocal de Messines,** sessão às 20 e 30 • **DORAM: Camacha,** Casa do Povo, sessão de esclarecimento às 19 h • **Imaculado Coração de Maria,** na Escola dos Louros, sessão às 20 h. • **Alamos,** no Largo da Igreja, sessão de esclarecimento às 20 horas • **Santa Maria Maior,** na Escola dos Louros, sessão de esclarecimento às 20 horas • **DORBI:** Sessões de esclarecimento em **Toulões** • **Aldeia de Santa Margarida** • e **Monsanto** (todos no concelho de Idanha-a-Nova) • **Aldeia do Souto** (Covilhã) • **Sobreira Formosa** (Proença-a-Nova) • **S. Vicente da Beira** (Castelo Branco) • **Santo André das Tojeiras** (Castelo Branco) • **DORSA: Lavradio,** às 21 e 30, sessão na SFAL • **Barreiro,** 16 horas, no Leças sessão para domésticas e reformados • **Grândola,** sessão às 20 horas • **Melides,** às 20 horas, Casa do Povo, sessão com Sousa Marques • **Moita,** às 21 e 30, na Sociedade Capricho, sessão com Luísa Araújo • **Águas de Moura,** às 21 horas, sessão nos Bombeiros • **Setúbal,** às 21 horas, sessão na Escola do Alto da Guerra • **Almada,** às 21 e 30, sessão de esclarecimento no Estrela das Torcatas • **Ermidas-Aldeia,** às 21 e 30, sessão na Escola • **S. Domingos** (Santiago), 21.30, sessão na Casa Nova • **DORLEI:** Chameca (Pombal), sessão às 21 e 30, na Escola Primária **Chão de Parada,** 21 horas, sessão na Escola Primária • **Casais Brancos,** às 21.30. sessão na Escola Primária com candidatos • **Trutas** (Marinha Grande), 21 horas, sessão na colectividade.

Dia 16, Sexta-feira

DORT: Macedo de Cavaleiros, 21 e 30, na Casa do Povo, sessão com Aurélio Santos, do CC • **DORP: Guilhabréu,** 21 e 30, sessão na Escola de Parada • **Labruge,** 21 e 30, sessão na Escola do Pinhal • **Alfena,** 21 e 30, sessão na Escola Primária do Cabedo • **Ermesinde,** 21 e 30, salão dos Bombeiros Voluntários sessão com Lino Lima e Faria Sampaio, candidatos • **Valongo,** 21 e 30, sessão na Escola Primária de Suzão • **Sobrado** (Valongo), 21 e 30, sessão de esclarecimento com Hernâni Silva, na Escola Primária do Campelo • **Campo** (Valongo), 21 e 30, sessão na Escola Primária da Retorta • **Póvoa de Varzim,** sessão com os candidatos César Príncipe e Leonor Monteiro, na Escola Primária de Nova Sintra • **Porto,** 18 horas, sessão de esclarecimento com o candidato Alberto Jorge • **DORBL: Coimbra,** 21 e 30, sessão de esclarecimento com **Álvaro Cunhal,** secretário-geral do PCP • **Fiães** (Feira), 21 horas, sessão de esclarecimento com **José Vitoriano,** da Com. Pol. do CC, no Pavilhão Gimnodesportivo • **DORBI: Castelo Branco,** sessão de esclarecimento cpm Blanqui Teixeira, da Com. Pol. do CC • **Vila Nova de Foz Coa,** 21.00, sessão de esclarecimento com Albano Nunes, do CC • **Orvalho** (Oleiros), sessão de esclarecimento com Carlos Pinhão, do CC • Sessão em **Alcains** (Castelo Branco) • **Sernadas de Rodão** (Vila Velha de Rodão) • **Rosmarinhal** (Idanha-a-Nova • **Castelo Branco,** nos Bairros • **Sertã,** sessão de esclarecimento com **Jaime Serra,** da Com. Pol. do CC • **Barroca** (Fundão) • **DORLEI: Reguengo do Fetal,** 21 horas, sessão na Casa do Povo • **Amoreira** (Óbidos), 21 horas, sessão na Escola Primária • **Ameiros** (Caldas da Rainha), 21 horas • Vila Cã (Pombal), 21 e 30, Escola Trás-os-Matos, sessão de esclarecimento • **Calvaria** (P. de Mós), 21 horas, Condestável S. Jorge, sessão de esclarecimento • **Póvoa/Cós** (Alcobaça), 21 e 30, sessão na Associação Recreativa • **Arega** (Figueiró dos Vinhos), 21 e 30, sessão na Escola Primária • **Moita** (Pataias), 21 horas, sessão no Clube Moitense • **Monte Real** (Leiria), 21 horas, sessão na Casa do Povo • **Geraldes** (Peniche), 20 e 30, sessão na Escola Primária • **DORL: Lisboa,** 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, Comício-Festa com **Octávio Pato,** da CP do CC, e Silva Graça, vereador à Câmara Municipal de Lisboa. Actuação de Carlos do Carmo, Carlos Mendes, Carlos Paredes e José Barata Moura • **DORS: Trafaria,** na Sociedade da Trafaria, sessão de esclarecimento às 21 e 30 • **Caparica,** 21 e 30, sessão da Sociedade Vila Nova • **Laranjeiro,** 21 e 30, sessão no Centro de Bem-Estar • **Setúbal,** 21 horas, sessão no clube «Os Celtas» • **Setúbal,** 21 horas, na Escola de Montalvão • **Vila Fresca de Azeitão,** na «Previdência» • **Azeitão,** no Clube, sessão às 21 horas • **Setúbal,** 21 e 30, no Inatel, sessão de esclarecimento com **Domingos Abrantes,** do Secretariado e Com. Pol. do CC do PCP • **Cercal do Alentejo,** 21 e 30, sessão na Casa do Povo • **Lagoa da Palha,** 21 horas, no clube desportivo • **Casçalheira,** 21 horas, sessão de esclarecimento na loja Patuleia • **Quinta do Anjo,** 21 horas, sessão de esclarecimento na Soc. Instrução Musical • **Lagameças,** 21 e 30, no Grupo Desportivo • **Alhos Vedros,** 21 e 30, no cinema, sessão de esclarecimento com Carlos Ramildes, do CC • **Canal Caveira,** 20 horas, sessão de esclarecimento na Escola • **Barreiro,** 21 e 30, convívio no Grupo Operário • **Palhais** (Barreiro), 21 e 30, Sessão no Desportivo de Palhais • **Alcochete,** 21 e 30, sessão na Soc. S. Francisco • **Santiago,** 21 e 30, sessão na Escola Vale Seco • **S. Bartolomeu da Serra,** sessão às 21 e 30 • **DORA: Mourão,** 21 horas, sessão no cinema Esquivel • **Monte do Trigo,** 21 horas, sessão no Salão Paroquial • **Granja,** 21 horas, sessão na Casa do Povo • **Montemor,** 21 horas, sessão no Teatro Curvo Semedo • **Vendas Novas,** 21 horas, sessão de esclarecimento no cine-teatro Reguengos, 20 horas, na Sala de Convívio • **Lusianes,** sessão às 20 e 30 • **Santa Bárbara de Padrões,** sessão às 20 e 30 • **Cuba,** sessão às 20 e 30 • **Canhestros,** sessão às 20 e 30 • **Esperança,** sessão às 20 e 30 • **Porto de Espada,** sessão às 20 e 30 • **Reguengo,** sessão às 20.00 • **Seda,** sessão às 20.30 • **Chança** sessão às 20 e 30 • **DORAL: Conceição** (Faro), 21 horas, sessão com Carlos Luís Figueira, do CC, na Casa do Povo • **Moncarrapacho,** 21 horas, sessão com Margarida Tengarrinha, na Casa do Povo • **Portimão,** 21 horas, Barrio Esperança, comício com Zita Zeabra e Luís Catarino • **V. R. Santo António,** às 21 horas, comício com Carlos Brito, da Com. Pol. do CC • **Santa Luzia** (Tavira), 21 horas, sessão no Barracão do cinema • **Messines,** às 21 horas, baile com o conjunto «Pops 71» • **Lagos,** 21 e 30, sessões na Escola Primária do Bairro Operário, na Esc. Prim. do Bairro 25 de Abril, na Coop. Agrícola de Lagos e na sala de reunião da Ass. Municipal • **Odeáxere,** 21 horas, Programa Juventude no Salão de Baile • **DORAM: Caniçal,** no Largo, sessão de esclarecimento às 19 horas • **Santo António,** às 20 horas, sessão na Casa do Povo.

Sábado, dia 17

DORM: Braga, sessão de esclarecimento no estúdio do cinema "Gold Center" com Aboim Inglez, do CC • **Viana do Castelo,** às 21 horas, sessão de esclarecimento com o camarada **Álvaro Cunhal** • **DORT: Vampaços,** sessão de esclarecimento com Sérgio Teixeira, do CC, e candidatos de Vila Real • **Vimioso,** 21 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Aurélio Santos, do CC • **Régua,** 21.30, comício com **Ângelo Veloso,** da Com. Pol. do CC, Cunha Serra, do Conselho Nac. da APU, e candidatos por Vila Real. Actuação de Fernando Tordo • **DORP: Porto,** às 15.30, comício com Álvaro Cunhal, secretário geral do PCP • **Vila das Aves,** festa popular com o conjunto "Resistência". Intervenção política • **Guilhufe (Penafiel),** festa popular com a participação do conjunto "1.° de Maio" e de Sérgio Mendes • DORBL: **Arzila** (Coimbra), às 16 horas, sessão de esclarecimento com Ruben de Carvalho, do CC • **Taveiro,** às 21.30, sessão de esclarecimento com Ruben de Carvalho • **DORBI: Pinhel,** sessão de esclarecimento com Carlos Pinhão, do CC • **Tortosendo,** 21.00, sessão com **Blanqui Teixeira** • **Cativelos** (Gouveia), às 15 horas, sessão com Albano Nunes do CC • **Manteigas,** 21.00 horas, sessão de esclarecimento também com Albano Nunes • **S. Romão** (Guarda), às 15.00, sessão na Casa do Povo, com **Blanqui Teixeira** • **DORWLEI: Gândara dos Olivais,** às 21 horas, sessão na Esc. Primária • **Cortes** (Leiria) 21.00, sessão no salão paroquial • **Monte Redondo** (Leiria), 21 horas, sessão na Casa do Povo • **Fanhais** (Nazaré) 15.30, na Liga dos Amigos, festa popular. Intervenção de Jorge Matos, do CC • **Marinha Grande,** às 15.30, tarde desportiva organizada pela JCP • **Fato-Aguda** (Fig. dos Vinhos), 15.30, sessão na Escola Primária • **Bairro da Ponte,** 21 horas, sessão na Escola Primária • **Dagorda** (Óbidos), 21.00 na Filarmónica, sessão • **Mira D'Aire** (Porto de Mós), na Assoc. Recreativa, sessão com Manuel Pedro, do CC • Serra d'El Rei (Penac.), na Serrana, sessão com Jorge Matos • **Pombal,** 21.30, sessão de esclarecimento com **António Gervásio,** da Com. Pol. do CC • **Pinheiros** (Batalha), 21.00, na colectividade • **Guia** (Pombal), 21.00, sessão de esclarecimento • **Aljubarrota,** 21.30, sessão na Escola Primária • **Maiorga** (Alcobaça), 21.30, sessão na Filarmónica • **Almofala de Baixo** (Fig. dos Vinhos) 21.30 na Esc. Prim. • **Outeiro da Fonte,** 21.00 horas, na colectividade, sessão de esclarecimento • **DORSA: Póvoa da Isenta,** às 21 horas, no Cruz de Cristo Atlético Clube, sessão • **Marianos,** sessão de esclarecimento às 18 horas • Fontaínhas, 21.00, sessão na Escola • **Amiais de Baixo,** 21.00, sessão na Escola • **Curvaceiros,** sessão às 21 horas na escola • **Chão de Maçãs,** 21.00 horas, na Escola • **Biscaínha,** 21.00, sessão na escola • **Arripiado,** 20.30, na colectividade, sessão • **Semideiro,** sessão às 16.00, na escola • **Fazendas de Almeirim,** às 20.00, sessão com Álvaro Brasileiro • **Sardoal,** no cinema, 21 horas, baile organizado pela JCP • **Alvega,** 16.00, na Casa do Povo, sessão com Vitor Louro • **DORL: Brandoa: Benfica,** 21.30, Pavilhão Polivalente, sessão de esclarecimento com **Octávio Pato** • **DORS: – Ermidas,** 16 horas, sessão com **Domingos Abrantes** • **Alvalade,** 21.00, sessão com **Domingos Abrantes** • **Barreiro,** 21.30, União Desp. de Vila Chã, com J. Teodósio, do CC • **Aldeia do Cano** (Cercal) 21 horas, sessão • **Brejos de Azeitão,** 21.00, na Soc. Musical • **S. Lourenço de Azeitão,** sessão às 21 horas na Escola Aldeia da Piedade • **Santa Suzana,** 15 horas • **Costa da Caparica,** 21.30, no Inatel • **Pragal,** 21.30, na Sociedade União Pragalense • **Charneca,** 21.30, no Centro Recreativo • **Lagoa Formosa,** 17.00 • **Carvalhal,** 20.00, sessão com Alda Nogueira, do CC • **Aires** (Palmela), 20.00, na Sociedade Desportiva, com Ercília Talhadas, do CC • **Pinhal Novo,** às 17.00, no Centro Desport. • **Santo André,** no Bairro, 16 horas, com Alda Nogueira • **DORA: Redondo,** às 16 horas, sessão com **Joaquim Gomes,** no Cinema • **Portel,** 21.30, na Soc. Artística, sessão com **Joaquim Gomes,** da Com. Pol. do CC • **DORAL: Olhos de Água** (Albufeira), sessão com **Jaime Felix,** no Caixote, às 21.00 • **Albufeira,** 15.00, no cinema, sessão com **Jaime Felix,** do Secretariado do CC • **Odeleite,** 15.00, sessão • **Azinhal,** 21.30, na sala da Freguesia • **Santa Bárbara** (Faro), 21.00, sessão com **Carlos Brito,** na Sociedade Recreativa • **Olhão,** 16.00, comício com **Carlos Brito** no cinema • **Almansil** (Loulé) 21.00, sessão com Zita Seabra, do CC, na escola • **Sagres,** 16.00, sessão com Carlos Luís, do CC, no Clube Infante de Sagres • **Marmelete** (Monchique), sessão na Casa do Povo com Carlos Luís • **Alvor** (Portimão) sessão na Escola Primária, às 17.00 • **Silves,** 16 horas, comício com Margarida Tengarrinha, no cinema • **Alcantarilha,** 21.00, sessão com Margarida Tengarrinha, na Casa do Povo • **Faro,** baile na Escola Afonso III, às 15.30 • **Salema,** 15.00, na Escola Primária Alferce, sessão de esclarecimento • **Burgau** (Vila do Bispo), 15 horas, sessão na Escola Primária • **DORAM: Funchal,** no Centro de Trabalho do PCP, sessão de esclarecimento com **Dias Lourenço,** da Comissão Política do CC • **Santa Maria Maior,** às 18 horas, sessão de esclarecimento na Escola do Alto com **Dias Lourenço** • **Câmara de Lobos,** na lota, sessão às 18 horas • **Sítio da Vargem Canico,** sessão de esclarecimento às 18.00, na Escola.

Domingo, dia 18

DORM: Guimarães, às 16.00, comício com Álvaro Cunhal • **Braga,** 17.00, comício com **Álvaro Cunhal** • **DORT: Favaios** (Alijó), 16.00, sessão com **Ângelo Veloso** Freixo de Espada-à-Cinta, • **15.00, sessão com Aurélio Santos, do CC** DORP: Campo • **(Valongo), 15.00, na Escola Primária, sessão** Ardegães • **(Maia), 15.00, festa popular com o conjunto "Resistência"** Marco, • **Festa-convívio com o conjunto "Arco-Iris"** DORBL: S. Martinho do Bispo • **(Coimbra), às 16.00, sessão de esclarecimento com Ruben de Carvalho, do CC** Souselas, • **às 21.00, sessão de esclarecimento com Ruben de Carvalho, do CC** Aveiro, • **21.00, sessão de esclarecimento com Álvaro Cunhal** Condeixa-a--Nova, • **às 16.00, na Casa do Povo, sessão de esclarecimento com José Vitoriano** • **Cantanhede,** 20.30, no salão dos Bombeiros Voluntários, sessão de esclarecimento com **José Vitoriano** • **DORBI:** sessões de esclarecimento em **Casegas** (Covilhã) • **Caria** (Belmonte), com Carlos Pinhão do CC • **Teixoso** (Covilhã) • **Castelo Branco,** 21.00, com **Blanqui Teixeira** • **Zebreira** (Idanha a Nova), com Armando Morais, do CC • **Retaxo (Castelo Branco)** • **Castelo Branco,** nos Bairros • **Perdigão** (Vila Velha de Ródão • **Idanha a Nova,** às 16 horas, com **Blanqui Teixeira** • **Trancoso,** às 15 horas, com Albano Nunes, do CC • **Almeida** às 21.00, com Albano Nunes • **Alcains,** às 21.00, com **Blanqui Teixeira** • **DORLEI: Castanheira de Pera,** 17.30 • **sessão nos Bombeiros, com Manuel Pedro, do CC** • **Alcobaça,** Ala Norte, às 15.30, com **António Gervásio** A-dos-Negros (Óbidos), 15.30, Grupo Desportivo, festa popular • **Bombarral,** 15.30, no Teatro Eduardo Brasão, com Jorge de Matos, do CC • **Atouguia da Baleia,** às 20.30, na Filarmónica, com **António Gervásio** Figueiró dos Vinhos, • **17.30, Casa do Povo, com Manuel Pedro, do CC** Santa Catarina (Caldas), • **21.00, na escola** • **Porto de Mós,** 21.30, Casa do Povo, com Jorge de Matos, do CC • **Vieira de Leiria,** 21 e 30, na I.D.V., com Osvaldo de Castro, do CC, • **Alpedriz** (Alcobaça), 18 h, escola primária • **Burinhosa,** 16 h. na colectividade • **Peniche,** às 9 e 30, porta-a-porta • **Marinha Grande,** 9 e 30, porta-a-porta • **Caldas da Rainha** • **Valado de Frades** • **Vieira de Leiria:** porta-a-porta a partir das 9 e 30 • **DORSA: Ulme,** 20 h, na colectividade • **Pinheiro Grande,** 20 e 30, na sociedade • **Foros da Branca,** 16 h, Centro Social • **Pontével** – Inauguração do Centro de Trabalho do PCP, com Vítor Louro • **Constância,** às 16 horas, no cine-teatro • **Alpiarça,** uma picaria organizada pela juventude • **Seiça,** 20 e 30, na escola • **Foros de Salvaterra,** 16 horas, na Comissão de Moradores, com **Raimundo Cabral** • **Lapa,** às 20 e 30, na Música • **DORL: Merceana,** às 13 horas, na Casa da Comissão de Moradores, almoço-convívio com **Octávio Pato** • **Lisboa,** a partir das 10 horas, visita do vereador Silva Graça ao Bairro da Ajuda. Às 21 e 30, no Colidó (Calçada do Galvão), sessão de escl.. • **DORS: Vale de Guiso** (Alcácer), às 18 horas, sessão com **Domingos Abrantes** • Alcochete, 21 e 30, na Soc. 15 de Janeiro • **Trafaria,** 21 e 30, na Soc. Bomb. Voluntários • **Almada,** às 21 e 30, na Académica • **Quinta da Lomba,** no Recreativo, às 21 e 30 • **Barreiro,** 16 horas, no Bairro Novo da Telha • **Lousal,** 20 h. no Salão, com Américo Leal, do CC • **Santa Margarida da Serra,** 20 horas, escola • **Afonseiro,** 21 e 30, na soc. Recreativa, com Alda Nogueira • **Brejos do Essa,** às 20 e 30, na escola • **Palhota** (Palmela), às 21 h, com Ercília Talhadas, do CC • **Vale da Vila,** 21 horas • **Fonte da Vaca,** às 17 horas • **Vale de Água** (Santiago do Cacém), 21 horas, na sala de convívio da C.M. • **Arealão,** às 20 horas • **Zambujal** (Sesimbra), 21 horas, sessão com **Domingos Abrantes** • **Setúbal,** às 16 horas, no Clube Palhavã, com Alda Nogueira, do CC • **DORA: Vila Viçosa,** às 16 horas, sessão com **Joaquim Gomes** • **DORAL: Albufeira,** 15 horas, baile no pavilhão «O Imortal» • **Giões** (Alcoutim), na Casa do Povo, sessão com **Carlos Brito** • **Alcoutim,** 21 e 30, na Tele-Escola, sessão com **Carlos Brito** • **Proches,** 16 h., na escola, com Carlos Luís, do CC • **Lagos,** no Clube dos Artistas, às 17 horas, com Zita Seabra • **Vila do Bispo,** 20 e 30, na Casa da Misericórdia, com Zita Seabra • **Monchicão** (Monchique), na escola, às 15 h. • **Mexilhoeira Grande** (Portimão), caravana com Margarida Tengarrinha e Luís Catarino • **S. Brás,** 21.00, na Sociedade Recreativa, com **Jaime Félix** • Cachopo (Tavira) às 16.00, na Escola Primária • **Aljezur,** às 17 horas, no Centro de Cultura • **Bordeira,** às 17.00, na Soc. Recr. projecção de filmes • **Bordeira,** 17.00, na escola, sessão • **Carrapateira** (Aljuzur), às 20.00, na Escola • **Maria Vinagre,** às 20.00, sessão no salão de baile • **Guia** (Albufeira), 21.00, na escola • **Budens** (Vila do Bispo), às 16.00, na Sociedade • Pedralva (Vila do Bispo) às 15.00, na Escola • **Figueira (Vila do Pispo), às 20.30, no Centro Cultural** Querença, 16.00, na Junta de Freguesia • **Tor** (Loulé), 21.00, na Escola Primária • **Perna Seca** (Messines), 16.30, no Armazém • **Bordeira** (Faro), 17.30, na Sociedade Recreativa, projecção de filmes • **Casais,** 21.00, sessão de esclarecimento • **Monchique,** sessão de escl. às 11 horas • **DORAM: Câmara de Lobos,** às 10 horas, comício com **Dias Lourenço** • **Machico,** no cinema,, comício com **Dias Lourenço.**

Encontro Nacional com 800-

Nasceu a JCP -Juventude Comunista Portuguesa

Por Portugal de Abril no trabalho, na escola e na vida – foi sob este lema que decorreu o Encontro Nacional de Delegados da UJC e UEC que no último sábado reuniu no Pavilhão dos Desportos de Lisboa milhares de jovens comunistas, trabalhadores e estudantes, que concretizaram, no meio de grande entusiasmo, a unificação das duas organizações, dando lugar a uma nova e dinâmica estrutura política, a maior da jovem geração portuguesa: a JCP, Juventude Comunista Portuguesa.

Um projecto que vinha de longe – como claramente se confirma lendo as conclusões do VIII Congresso do PCP (Novembro de 1976), do 1.° Congresso da UJC (Abril de 1977), do 1.° Congresso da UEC (Janeiro de 1978) e do IX Congresso do PCP (Junho de 1979), entre outras realizações – teve assim a sua concretização após uma vasta actividade que mobilizou milhares de jovens comunistas e de outras tendências democráticas, nomeadamente em assembleias, reuniões e outras iniciativas orientadas para o debate amplo e franco suscitado pela tarefa de unificação e por todos os problemas com ela relacionados, debate esse que contou com um instrumento de dinamização fundamental: o projecto de conclusões do Encontro, apresentado pelas Comissões Centrais da UJC e UEC.

Contrastando com a temperatura fresca que se sentia à volta do Pavilhão dos Desportos, na zona norte do Parque Eduardo VII, onde desde bem cedo alguns autocarros de excursão chegavam com muitos jovens comunistas vindos de vários pontos do País, no interior do Pavilhão era um ambiente aquecido pelo entusiasmo, tão próprio da juventude, que na verdade envolvia a vasta sala, decorada com imaginação, podendo-se aqui destacar, por exemplo, o belo painel que se erguia por detrás da tribuna.

Além dos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e Jorge Araújo, do Secretariado e da Comissão Política do CC, encontravam-se na mesa da presidência os membros da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC e do Secretariado da Comissão Central da UEC, onze camaradas membros daquelas CCs, e 14 militantes e membros de organismos de direcção das duas organizações.

A intervenção da abertura esteve a cargo de **Virgílio Rocha,** do Secretariado da CC da UEC, tendo na altura sido aprovadas as propostas de composição dos diversos órgãos do Encontro, nomeadamente a Comissão Eleitoral, a Comissão de Redacção e o Secretariado do Encontro, além, naturalmente, da Ordem de Trabalhos (1. Unificação/Discussão e aprovação do projecto de conclusões; 2. Eleição da Direcção Nacional), Mesa da Presidência e Regulamento do Encontro.

Na parte da manhã registaram-se ainda as intervenções dos camaradas **Horácio Rufino,** do Executivo da CC da UJC, e de **Joaquim Pina Moura,** do Secretariado da CC da UEC, ambos do Comité Central do Partido. Depois do almoço usaram da palavra **Aníbal Passarinho,** trabalhador agrícola da UCP Salvador Joaquim do Pomar, do Escoural; **Paulo Queiroz,** da CC da UEC, que falou sobre o Movimento Associativo no Secundário; **Fernando,** de Loures, sobre o trabalho nas colectividades populares; **Castro Caldas,** do Secretariado da CC da UEC, sobre a organização no Superior; **Queiroz,** sobre os trabalhadores-estudantes; **Rosa,** de Setúbal, sobre o trabalho juvenil nos sindicatos; **Miguel Portas,** da Célula do Instituto Superior de Economia de Lisboa; **Avelina Pereira,** sobre a actividade das jovens raparigas no distrito do Porto; **Olga Nunes,** do Secretariado da CC da UEC, que sublinhou a luta unitária da juventude em torno dos problemas, sentimentos e aspirações comuns; **Maria Antónia,** que falou sobre uma experiência de associativismo juvenil no concelho de Famalição (Minho); **Edgar Costa,** da organização do Secundário; **Mário Freitas,** da Célula da Faculdade de Ciências do Porto; **José Moreno,** do Executivo da CC da UJC, que falou sobre a actividade no campo internacional; **Rogério,** operário têxtil da UNITECA, Porto; **Manuel Marques,** sobre problemas estudantis; **João Fernandes,** da organização do Secundário do Norte; **Vicente,** trabalhador e membro da célula da ICOSAL; **Rosário Pires,** da UEC da Faculdade de Letras do Porto; **Rosalina Pica,** do Executivo da CC da UJC, que falou sobre a juventude e a Reforma Agrária; e **Fernando Rodrigues,** do mesmo organismo e candidato da juventude pela APU no distrito de Setúbal.

As últimas quatro intervenções do Encontro (que registou um total de cerca de 30) couberam a **Clara Viana,** da Comissão de Redacção; **Teresa Conde,** do Secretariado da CC da UEC, que leu o «Manifesto à Juventude»; **Henrique Neves,** do Executivo da CC da UJC, que situou a importância do Encontro; e por último **Álvaro Cunhal,** secretário-geral do PCP, que foi vivamente aplaudido pelos presentes. Noutro local publicamos a sua intervenção.

Segundo revelou a Comissão de Redacção, chegaram a este órgão do Encontro 179 propostas de emenda e aditamento ao projecto de conclusões. Vinte e quatro não foram consideradas por terem sido entregues depois do prazo estabelecido e 85 não foram aceites por vários motivos, dos quais se destaca: muitas expressavam ideias já contidas no documento, outras não clarificavam, outras ainda iam contra o sentido do texto. A maior parte das propostas aceites destinaram-se aos capítulos 2 («Dar mais força à Juventude») e 5 («Caminhos para unir e unir sempre a juventude») do projecto de conclusões. A este documento, agora já na sua forma final, daremos oportunamente o devido relevo, pois trata-se de um instrumento de trabalho fundamental para o debate que entretanto prossegue e, estamos certos, se desenvolverá daqui até ao 1.° Congresso da JCP.

O documento foi aprovado por maioria, com 5 abstenções. O símbolo e designação da organização unificada foram também aprovados por maioria, com 3 votos contra e algumas abstenções. Na sessão reservada aos 800 delegados (500 da UJC e 300 da UEC, eleitos em assembleias preparatórias do Encontro) foi eleita a Direcção Nacional da JCP, constituída por 110 membros, que transitaram das Comissões Centrais da UJC e UEC.

Momentos de particular entusiasmo vividos pelos milhares de jovens presentes no Pavilhão dos Desportos foram, já na parte final, a apresentação do símbolo (uma estrela vermelha de cinco pontas sobre 1 retângulo grená onde está a inscrição «JCP») e nome da organização, desenhados num enorme pano com fundo branco, o reatamento dos trabalhos do Encontro após a sessão destinada exclusivamente aos delegados, a aprovação de uma moção de solidariedade com o MPLA-PT e com o Povo Angolano na passagem do 4.° aniversário da sua independência, e a intervenção do camarada Álvaro Cunhal. Todos estes momentos seriam sublinhados com palavras de ordem como «JCP, Juventude do PC», «PCP, APU», «O Povo Unido jamais será vencido», e «A luta continua, a vitória é certa».

Chegaram ao Encontro centenas de saudações, incluindo a do Komsomol Leninista, enviada «em nome dos 39 milhões de jovens» que pertencem àquela organização da juventude comunista da URSS; da FMJD, Federação Mundial da Juventude Democrática; e da JOC, Juventude Operária Católica de Portugal.

António Casquinha não foi esquecido

A figura e o exemplo de António Casquinha estiveram bem presentes no Encontro Nacional, nas palavras, no espírito e na memória dos milhares de jovens que acorreram ao Pavilhão dos Desportos.

Várias intervenções, como a de Aníbal Passarinho, jovem trabalhador agrícola numa UCP alentejana, afirmaram com decisão que a juventude de Abril, a juventude que hoje e amanhã lutará por uma vida nova, liberta de exploração e incertezas, não esquece o exemplo firme e corajoso do jovem trabalhador rural António Casquinha, de 17 anos, militante da UJC, jovem que foi assassinado pela GNR quando tentava evitar o roubo de gado pertencente à UCP onde trabalhava, em Montemor.

Um minuto de silêncio com os punhos erguidos e a entoação vibrante de palavras de ordem como **«Avante, Avante, pela Reforma Agrária»,** foram o testemunho claro de um exemplo e de uma certeza que sempre estiveram no Encontro: o exemplo de António Casquinha e a certeza de que a Reforma Agrária vencerá, com a luta dos trabalhadores e da juventude.

Por agora 33 000 militantes

A nova organização juvenil conta à partida com um número de efectivos, uma capacidade de mobilização e uma aderência no seio da jovem geração que a tornam a maior estrutura política da juventude trabalhadora e estudantil do nosso país.

A JCP, Juventude Comunista Portuguesa, tem nas suas fileiras, por agora, 33000 militantes, dos quais 24400 pertenciam à UJC e 8600 à UEC.

Daquele número global, 44 por cento são operários (de todos os ramos de actividade), 16 por cento empregados (serviços), 21 por cento estudantes do Ensino Secundário, 6 por cento do Ensino Superior e 15 por cento são jovens com outras ocupações.

Aprovado pelos delegados ao Encontro, o documento das conclusões está dividido nos seguintes capítulos: 0 – Introdução; 1 – Juventude, uma grande força social no Portugal de Abril; 2 – Dar mais força à juventude; 3 – A juventude luta por uma viragem democrática para cumprir Abril; 4 – A juventude contra o imperialismo, por um mundo de paz e uma solidariedade sem fronteiras; 5 – Caminhos para unir e unir sempre a juventude; 6 – Juventude Comunista. No capítulo 2, a JCP apresenta ideias, propostas e reivindicações objectivas para a solução dos múltiplos problemas relacionados com o desemprego, a formação e valorização profissional; a habitação e o direito à constituição de família; o ensino e a cultura: as condições de segurança social e assistência; o aproveitamento dos tempos livres; a droga e os vícios estimulados pela reacção e o imperialismo; a situação dos jovens operários industriais e empregados; a situação dos camponeses, dos jovens trabalhadores-estudantes, dos jovens aprendizes, dos jovens desempregados, das jovens raparigas; e ainda: a defesa do Ensino Unificado; os interesses e a resolução dos problemas dos estudantes do Ano Propedêutico; a reestruturação democrática da Universidade e a abolição de medidas discriminatórias no acesso ao Ensino Superior; a consolidação e defesa da gestão democrática; a defesa dos direitos dos trabalhadores-estudantes universitários; o alargamento do apoio social estudantil; o desenvolvimento da acção de carácter antifascista e o combate à violência dos grupos neonazis; e o reforço do movimento associativo e da influência da corrente unitária.

Manifesto à Juventude «Vivemos num mundo de mudança»

Já na parte final do Encontro foi aprovado por unanimidade e aclamação o «Manifesto à Juventude Portuguesa», documento que está a ser amplamente difundido

«Vimos dizer-te: somos jovens comunistas. Nas nossas mãos o testemunho da liberdade, da democracia e do socialismo, passado por outros jovens que como nós combateram o fascismo na Federação da Juventude Comunista, no MUD Juvenil, nas organizações estudantis do PCP, no MJT depois e, finalmente, na UEC e na UJC participando assim na conquista da liberdade e na construção do novo Portugal» – declara o Manifesto que, depois de se referir às dificuldades que a juventude portuguesa encontra para a concretização das suas justas aspirações, acrescenta:

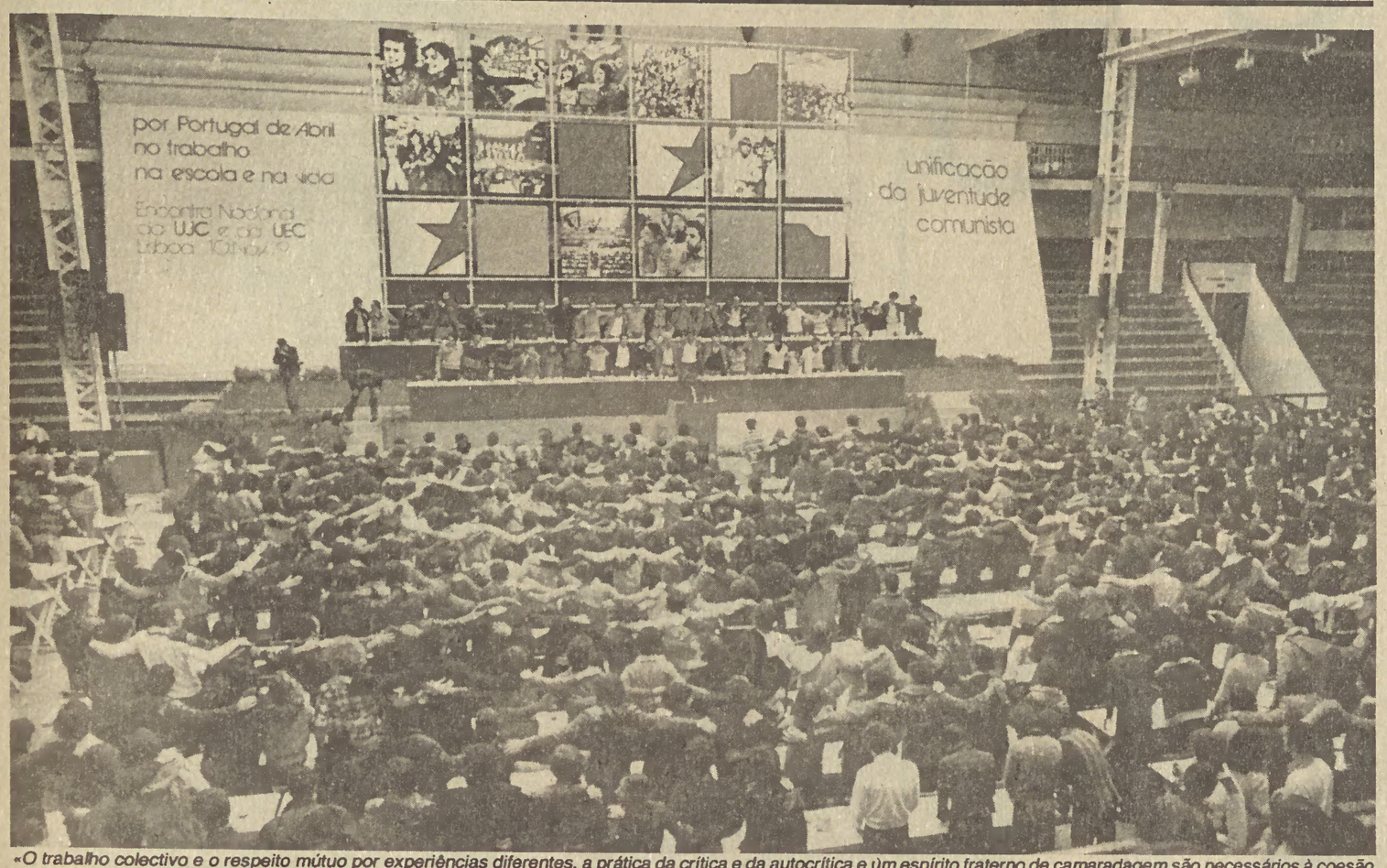
«Somos jovens e vimos dizer-te que o mundo se transforma e a vida muda. Que a luta, a unidade, removem barreiras que à partida muitos dizem intransponíveis.»

E prossegue o Manifesto: «Vivemos com Abril a liberdade, o fim da guerra, o fim dos monopólios, a construção de uma nova realidade nas terras que hoje são Reforma Agrária, em muitas empresas, com as nacionalizações, com o controlo operário. Vimos abrir-se um caminho novo, uma nova perspectiva para o trabalho e o estudo. O futuro parecia ao alcance da nossa mão. Quiseram adiá-lo, destruir o que tinha sido conquistado. Durante três anos, a direita remou contra a maré da vontade popular. Desfez o que pôde, agravou os problemas. Mas a luta dos trabalhadores e das massas populares tem sido mais forte. E Abril continua».

Depois de salientar que «vale a pena resistir» e «lutar pela viragem democrática» para viver em liberdade, sem desemprego, com uma vida melhor, num Portugal novo e independente, viragem para a qual a juventude pode desde já contribuir votando APU, o documento aprovado no encontro unificador declara que «vivemos num mundo de mudança, onde o velho cede ao novo, onde a solidariedade não tem fronteiras, onde o socialismo é realidade em um terço da Terra libertada, onde a paz é conquistada em cada passo da luta dos povos, em cada derrota do imperialismo».

O Manifesto termina com o seguinte apelo: **«Vimos dizer-te que é necessário dar mais força ao Movimento Juvenil para fazer ouvir mais alto a nossa voz. Que nas empresas, nas escolas e nos campos, é necessário desenvolver os movimentos unitários. Que é necessário trabalhar em novas frentes chamando mais jovens à luta organizada. Somos jovens comunistas e vimos dizer-te: esperamos-te na luta, ao nosso lado! Para uma vida melhor e mais feliz! Para cumprir Abril e construir o futuro! Para conquistar um mundo de paz!»**

00 delegados concretizou unificação UJC/UEC



«O trabalho colectivo e o respeito mútuo por experiências diferentes, a prática da crítica e da autocrítica e um espírito fraterno de camaradagem são necessários à coesão e unidade de pensamento e acção» – salientam as conclusões do Encontro Unificador na parte relativa ao trabalho de direcção da JCP. Naturalmente vinculada ao cumprimento de todas as resoluções de natureza política, orgânica e de quadros, funcionará, entretanto, como organismo próprio, a Direcção Central do Ensino Superior da JCP

As intervenções de Horácio Rufino e de Joaquim Pina Moura

As duas intervenções centrais do Encontro foram feitas pelos camaradas Horácio Rufino e Joaquim Pina Moura, respectivamente em nome da UJC e da UEC. Nota comum às duas comunicações é o balanço da actividade desenvolvida pelas duas organizações desde a sua criação, por um lado, e esquematização das principais tarefas que cabe agora aos militantes da JCP levarem por diante no âmbito da juventude trabalhadora e estudantil.

Falando «sobre estes quatro anos de luta e acção dos jovens trabalhadores comunistas», Horácio Rufino salientou a dado passo da sua intervenção que «impõe-se particularmente recolher e aproveitar os seus ensinamentos e as suas experiências para a nova organização».

Dois grandes objectivos intimamente ligados animaram a acção dos jovens comunistas. Declarou, a propósito, Horácio Rufino: «Por um lado, unir a juventude trabalhadora, alargar e desenvolver o movimento da juventude, lutando pela defesa dos interesses dos jovens trabalhadores, pela defesa dos seus direitos e aspirações, lutando em defesa da democracia e das conquistas da Revolução, pela independência nacional e pelo socialismo. Por outro lado, fortalecer a UJC e reforçar o seu papel de vanguarda revolucionária da juventude trabalhadora».

Recorrendo a números e factos, Horácio Rufino desenvolveu em seguida um vasto conjunto de temas e situações relacionados com «a luta em defesa das reivindicações de classe dos jovens nas empresas e nos campos», focando, nomeadamente, a importância das Comissões de Juventude nas empresas e sindicatos, das Comissões e Associações de Trabalhadores-Estudantes (os quais são mais de 100 mil no nosso país) e dos centros, clubes e colectividades, locais onde é saliente a presença da juventude.

A situação das jovens trabalhadoras, o movimento da juventude contra o desemprego (situação que abrange cerca de 300 mil jovens), pelo direito ao trabalho, à habitação, à constituição de família, ao acesso à cultura e ao ensino e à prática sã dos tempos livres, foram outras questões igualmente abordadas de forma detalhada por Horácio Rufino.

Em relação à campanha autónoma da juventude comunista de apoio à candidatura da APU, sublinhou que «procurará tocar as mais diversas camadas e sectores da juventude, os seus problemas específicos e os seus anseios. A estes problemas iremos dar a nossa resposta, apresentando as nossas posições, as nossas propostas de solução» E acrescentou: «Particular atenção daremos aos mais de 300 mil jovens que pela primeira vez irão exercer o seu direito de voto».

Por seu turno, Pina Moura, ao falar dos «oito anos de vida da UEC e do Movimento Estudantil que ajudámos a construir», destacou na sua intervenção o papel daquele Movimento como poderosa e influente realidade do Movimento Juvenil e, a importância do Movimento Associativo, «expressão e direcção principal da unidade da juventude estudantil». Tanto no quadro do Ensino Secundário, como no do Ensino Médio e Superior, Pina Moura referiu-se à luta dos estudantes portugueses contra a crescente deterioração das condições de vida e de estudo, pela unidade do Movimento Associativo e contra a sua partidarização ou divisão e pela gestão democrática dos estabelecimentos de ensino.

«Unir a juventude estudantil, unir o Movimento Popular e Democrático foram as duas tarefas maiores, sempre presentes na orientação e actividade da UEC» – afirmaria a dada altura o camarada Pina Moura. Entretanto, participar na luta pela unidade do movimento popular de massas e reforçar a unidade da juventude estudantil são tarefas a que a nova organização unificada dará o melhor do seu esforço. Neste sentido, é de destacar uma passagem da intervenção de Pina Moura, onde se sublinha:

«A defesa e o desenvolvimento do movimento estudantil como força democrática e progressista exige da nova organização da juventude comunista uma acção unitária muito larga, desenvolvendo-se em várias direcções e planos. Unidade e luta de todos os estudantes em defesa dos seus interesses concretos e imediatos. Unidade com todos os estudantes e forças que connosco queiram defender e desenvolver um MA unitário e democrático. Unidade com os jovens socialistas e outros estudantes democratas para fazer frente à reacção, para defender Abril, para assegurar a independência nacional, para abrir caminho a uma alternativa democrática. Unidade para defender a Paz, para promover a solidariedade com os jovens e os povos em luta pela independência nacional e a liberdade. Unidade da luta estudantil com o movimento operário e popular».

Todo este trabalho requer grande determinação e combatividade, espírito de iniciativa e de diálogo. A juventude estudantil constitui nos nossos dias, como sublinhou o orador, uma força social de peso. «Enquanto em 1972 estudavam no Ensino Preparatório Secundário e Superior cerca de 550 mil jovens, em 1979 o seu número é de cerca de um milhão», revelou Pina Moura.

Rumo ao 1.º Congresso

Tal como foi assinalado no decorrer dos trabalhos, o Encontro Nacional de Delegados não constituiu a etapa culminante do debate realizado nas organizações da juventude comunista, mas sim um ponto importante no decurso desse mesmo debate.

Note-se, a propósito, o que diz o texto de conclusões do Encontro: "As linhas de trabalho apontadas, que respondem a grandes interesses e aspirações da juventude e da sua luta, serão melhoradas pela sua aplicação prática, ou seja pelo efectivo desenvolvimento da actividade e da organização" da JCP. "A possibilidade, real daqui a alguns meses, de confrontarmos as linhas de trabalho agora definidas (algumas apenas muito genericamente) com a prática, com a vida concreta da nova organização, permitirá responder com outra certeza a algumas interrogações que se colocam e para as quais não se encontra agora uma resposta" – acrescenta o documento.

Neste sentido, as conclusões do Encontro salientam que "a perspectiva da realização do **1.º Congresso da JCP**", ainda durante o ano de **1980**, em data a concretizar oportunamente, será um estímulo importante para que o debate prossiga e se intensifique, "para que o confronto entre as linhas enunciadas" no texto das conclusões do Encontro e a vida da JCP, seja **vivo e esclarecedor**, abrindo os caminhos ao reforço a todos os níveis da Juventude Comunista Portuguesa.

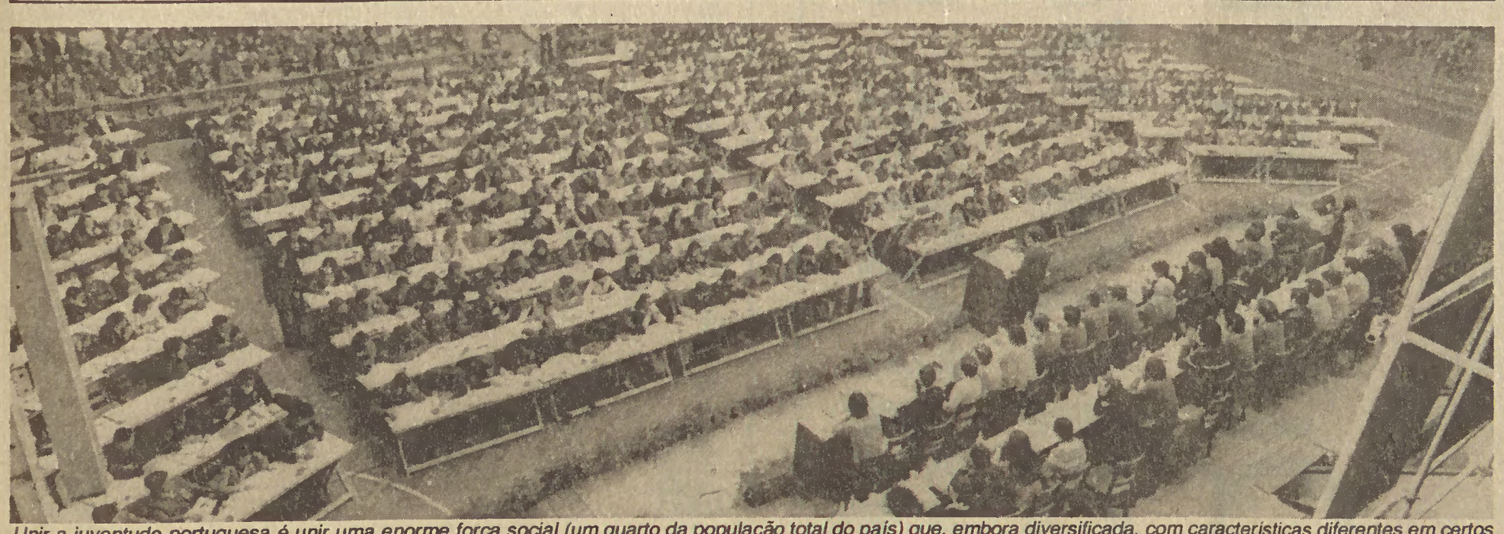
No dia a seguir ao do Encontro Unificador, já a JCP apareceu nas ruas de Lisboa, integrando-se com entusiasmo no grandioso desfile promovido pelo PCP na abertura da campanha eleitoral, em apoio à candidatura da APU

Os grandes objectivos da JCP

A JCP surge para dar **voz** e mais **força** ao movimento da juventude para lutar por uma vida sem desemprego e incertezas; pelo direito à habitação; por uma vida independente de amor e felicidade; pelo direito ao ensino e à cultura; por uma sólida formação profissional; pelo aproveitamento são e criador dos tempos livres.

A JCP surge para **unir** mais e mais a juventude. Unir os jovens operários e empregados contra as discriminações salariais e profissionais. Unir os jovens camponeses por uma vida melhor nos campos. Unir os estudantes contra a degradação das condições de ensino, pela melhoria das condições de estudo e de trabalho, por garantias efectivas de saída profissional. Unir os jovens aprendizes pela qualificação e promoção profissional, contra a instabilidade no trabalho. Unir os trabalhadores estudantes na luta por condições compatíveis de trabalho e estudo. Unir as raparigas contra os vexames, as prepotências, a repressão patronal e as discriminações.

Como sublinha o documento das conclusões aprovado no Encontro, «a unificação comunista aos grandes problemas que afectam todos os jovens, sejam eles trabalhadores ou estudantes». **Às diferenças de características sociais, sobrepõem-se problemas e aspirações comuns.**



Unir a juventude portuguesa é unir uma enorme força social (um quarto da população total do país) que, embora diversificada, com características diferentes em certos aspectos, enfrenta problemas comuns e vive sentimentos e aspirações semelhantes, como sublinhou o Encontro Unificador, marco de um importante projecto de acção e luta da juventude comunista: a construção de uma gigantesca e influente organização de massas da juventude portuguesa

Extractos da intervenção de Álvaro Cunhal

Linha política da Juventude Comunista unificada

(...)

Encontro ligou correctamente a concretização das grandes aspirações e objectivos da juventude à concretização do objectivo político mais amplo da consolidação do regime democrático e das conquistas de Abril na perspectiva do socialismo.

O Encontro sublinhou justamente que a Juventude Comunista, com o todo o povo português na luta patriótica para defender e continuar o Portugal de Abril, se inspira nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, e mantém as suas posições internacionalistas, a sua luta firme contra o imperialismo, pela paz e segurança dos povos, a sua activa solidariedade para com os povos de todo o mundo.

O trabalho realizado a este respeito, dá uma base séria para o trabalho futuro.

É entretanto indispensável que, dentro de linhas gerais apontadas, se tenha sempre uma resposta às situações concretas.

Os problemas da juventude têm características permanentes nas condições do capitalismo. Mas qualquer desses problemas, num momento dado têm uma expressão temporal relativa a uma situação económica e política determinada e sofre influência de conjuntura que lhe imprimem traços específicos.

Não basta apontar os problemas e definir objectivos na sua expressão genérica e permanente. É indispensável discernir e apontar esses traços específicos e encontrar as definições e formulações correspondentes.

As necessidades e objectivos da juventude podem manter um carácter constante num período relativamente longo de tempo. A sua expressão concreta num momento dado exige também uma resposta concreta.

Se numa sociedade estão sempre surgindo em geral problemas novos que necessitam respostas novas, isso é particularmente válido no que respeita à juventude.

A linha política estará tanto mais apurada quanto, a partir duma análise extensa e profunda, mais se puder sumariar em poucas palavras.

Impõe-se agora, o aprofundamento da análise da situação e da definição dos objectivos, a hierarquia da sua importância, a busca de formulações concretas, actuais e sugestivas e um esforço de síntese que traduza em alguns pontos tudo quanto é essencial.

A Juventude Comunista – organizações e movimento

As relações entre as organizações juvenis unitárias e a organização da Juventude Comunista adquiriu particular importância com o desenvolvimento da actividade de massas.

O Encontro abordou com atenção as formas básicas de organização do movimento da juventude trabalhadora e do movimento da juventude estudantil, salientando justamente as estruturas unitárias nas empresas e nos sindicatos, os movimentos associativos, (dos trabalhadores--estudantes, no Ensino Superior e no Ensino Secundário), as colectividades e grupos juvenis de cultura, convívio e desporto, as formas de organização específicas correspondentes a reivindicações concretas particularmente sentidas pela juventude.

Foram apontadas formas muito variadas da organização unitária.

O trabalho realizado a esse respeito dá uma boa base para o trabalho futuro.

Até ao Congresso impõe-se o aprofundamento do estudo das formas de organização unitárias da juventude, do seu papel, do seu âmbito, da sua importância relativa, da sua coordenação e da sua confluência, do desenvolvimento da sua actividade numa única torrente juvenil.

(...)

Um motivo de reflexão é o limite entre organização juvenil unitária e Juventude Comunista.

Esta questão insere-se na relação entre a noção de **organização** e a noção de **movimento.**

Temos falado da organização da Juventude Comunista e temos falado de organizações unitárias juvenis.

O problema que se coloca é se o campo orgânico da Juventude Comunista é completamente separado do campo orgânico unitário.

Parece ser de examinar, se, na actividade da Juventude Comunista, não poderão coexistir estas duas noções com expressões orgânicas diferenciadas.

Neste problema entronca a caracterização política da participação regular nas actividades da Juventude Comunista, de grupos e organizações de massas da juventude.

Existem numerosos casos em que se verifica tal participação regular (de grupos artísticos e desportivos, colectividades, associações, etc.) sem que todos os membros ou associados respectivos sejam membros da Juventude Comunista.

Além do esforço para trazer individualmente à Juventude Comunista todos esses jovens, não seria de encarar em alguns casos a adesão colectiva à Juventude Comunista desses grupos e organizações de massas, sem que isso implicasse a adesão individual de cada um dos seus membros?

Não seria de encarar a criação, por iniciativa da Juventude Comunista, de organizações unitárias diversificadas e integradas entretanto na actividade da Juventude Comunista?

O Encontro traçou como uma das grandes linhas da orientação da Juventude Comunista, a unidade da juventude.

O desenvolvimento das formas de organização unitárias são um aspecto essencial da realização dessa tarefa.

Um outro são os esforços para a aproximação, entendimento e acção política social comum dos jovens das mais variadas tendências democráticas.

Estilo de trabalho e ligação com as massas

O Encontro sublinhou justamente que as organizações da Juventude Comunista devem reflectir a maneira jovem de sentir e estar na vida. Procunciou--se contra a rotina, o tarefismo e o dirigismo, contra a tendência de organizações se voltarem para dentro, para tarefas burocráticas e para a aplicação de receitas que cedo se tornam ineficazes.

Estas grandes linhas com as quais inteiramente concordamos, poderão e deverão ter um desenvolvimento fecundo até ao Congresso.

O estilo de trabalho é tanto um problema interno da Juventude Comunista, como um problema relativo ao trabalho de massas.

A rotina, a cristalização de critérios ou tipos de soluções são graves em qualquer organização. São destruidoras em organizações e movimentos juvenis: seja em organizações da Juventude Comunista, seja em organizações unitárias.

A juventude acusa, com extrema sensibilidade e prontidão, situações, crises e transformações sociais. Em espaços de tempo relativamente curtos, verificam-se mudanças profundas de gostos, de preferências, de hábitos, de prioridades, de tipos de convívio social.

Ao nível dos tempos livres, das preferências, dos gostos predominantes, dos hábitos de vida, das formas de reagir perante os fenómenos, a evolução social introduz frequentes variações, por vezes extremamente bruscas e surpreendentes.

Uma organização juvenil que cristalize soluções poderá num ano ganhar larga influência e perdê-la bruscamente no ano seguinte.

Um problema que, no estilo de trabalho, merece particular atenção é relativo às formas de trabalho de massas.

É método corrente criarem-se **polos de atracção** para que as massas juvenis, atraídas a eles, cheguem até nós.

O que se pergunta é se não sucede que o poder de atracção desses pólos não é suficiente para atrair grandes massas da juventude. Se não sucede que nós fixamos um pólo de atracção e importantes massas da juventude nos passam ao lado.

Esta questão põe uma outra. A criação de pólos de atracção visa no fim de contas fazer desviar a juventude de grandes correntes sociais de interesses e preferenciais que consideramos negativos. O que se pergunta é se não será necessário, não só fixar pelos de atracção fora dessas correntes, como também ir a Juventude Comunista colocar-se precisamente no trilho dessas grandes correntes sociais.

Dando todo o valor ao apoio do Partido e experiência, a juventude gosta de pensar com a cabeça, ama a independência de opinião e de comportamento e não gosta de ideias e actuações que cheirem a mofo ou a naftalina.

Creio que estaremos todos de acordo se eu afirmar que nem o Partido, nem a Juventude Comunista enaltecem os que fazem sempre que sim com a cabeça, recusando a si próprios a faculdade de pensar e de descobrir, que seguem passivamente as opiniões sem reflexão crítica, os que se curvam à autoridade formal e não à autoridade ganha pelo trabalho e pela razão.

As normas democráticas na vida interna tem naturalmente em conta o respeito pela afirmação das opiniões dos diversos camaradas.

Hoje passou-se aqui um pequeno facto, sobre o qual, se me permitem, gostaria de fazer um reparo. Houve camaradas aqui que votaram contra uma proposta e houve camaradas que assobiaram. Eu creio que os camaradas tinham todo o direito de votar contra. Se nós não aceitamos o debate, se nós não aceitamos que haja votos contra, se nós não aceitamos a abstenção como uma coisa que normalmente se pode dar, então perguntamos: para que são as votações? Nós, não queremos formalismo na democracia, queremos uma real democracia nas organizações comunistas.

Sem dúvida, camaradas, que sentimos todos uma profunda alegria quando numa votação, se levantam todos os cartões encarnados, nenhum se levanta contra, não há abstenções, há unanimidade. Sim, sentimos uma grande alegria. Mas é necessário que esse resultado não seja o resultado de qualquer dificuldade em discutir, de qualquer acanhamento do militante para votar, mas que seja o resultado de uma discussão antecipada, suficientemente aprofundada, para que os militantes, quando são chamados a votar, estejam convencidos. Nunca que votem assim porque se vergam a qualquer condicionalismo. O voto dos militantes deve ser completamente livre e a unanimidade deve ser efectiva, deve ser real.

No quadro da sua autonomia, dentro dos grandes princípios orientadores, sempre em estreita ligação com o Partido, a Juventude Comunista deve dar mostras de iniciativa, de independência, de audácia, de espírito empreendedor e criador.

Do coração desejamos que a Juventude Comunista, com os pés assentes na terra, tenha capacidade para sonhar e força e determinação para transformar o sonho em vida.

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 303
8 de Novembro de 1979

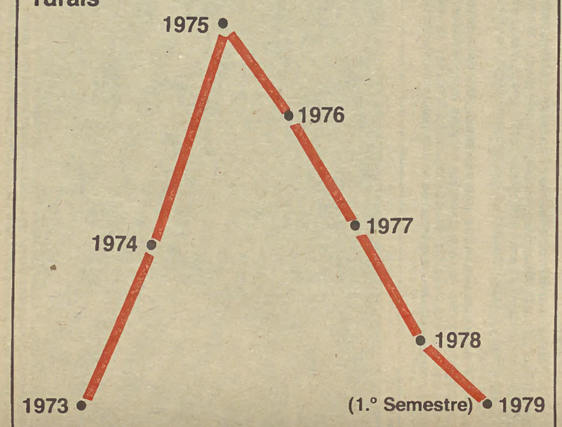
Jornal
de parede

POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO POVO UNIDO

Os números são claros:

Quem trabalha cada vez ganha menos!

Evolução dos salários reais das trabalhadoras rurais



Evolução dos salários reais dos trabalhadores

Para sabermos ao certo quanto ganhamos não interessa saber apenas quanto dinheiro recebemos: é necessário também saber o que é que podemos comprar com esse dinheiro! Ora toda a gente sabe que nos últimos três anos os preços subiram muito mais do que os salários: com menos dinheiro podia em 1975 comprar-se mais coisas do que hoje com mais dinheiro. Esta relação entre o salário que se recebe e os aumentos de preços dá o **salário real.** Ou seja: se os salários sobem num ano uma média de 10 por cento e se os preços em geral sobem 20 por cento, **a verdade é que o salário real desceu mais ou menos 10 por cento!** Os gráficos que publicamos (utilizando os números

PARA UMA VIDA MELHOR
PARA UMA VIDA FELIZ

Os portugueses vivem mal. Toda a gente o sabe, toda a gente o diz. Hoje, todos prometem melhorar e elevar o nível de vida dos portugueses. Mais: não há ninguém que, nestes vinte dias de campanha, defenda que os portugueses devam viver tão mal ou ainda pior!

Mas nem toda a gente diz porque é que os portugueses, a maioria dos portugueses, sobretudo os trabalhadores, vivem mal. Isto é: alguns ousam, já à boca cheia, dizer que é por causa do 25 de Abril. E por isso, propõem o regresso ao 24 de Abril.

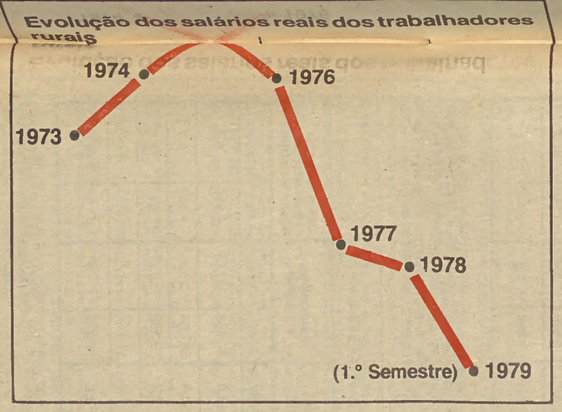
Só que os portugueses que vivem mal, os trabalhadores que vivem mal, sabem e vão sabendo porque é que isso acontece: três anos de política de direita, três anos sucessivos de política de recuperação capitalista, agrária e imperialista agravaram o nível de vida dos portugueses, e os governos do PS e da direita foram os responsáveis.

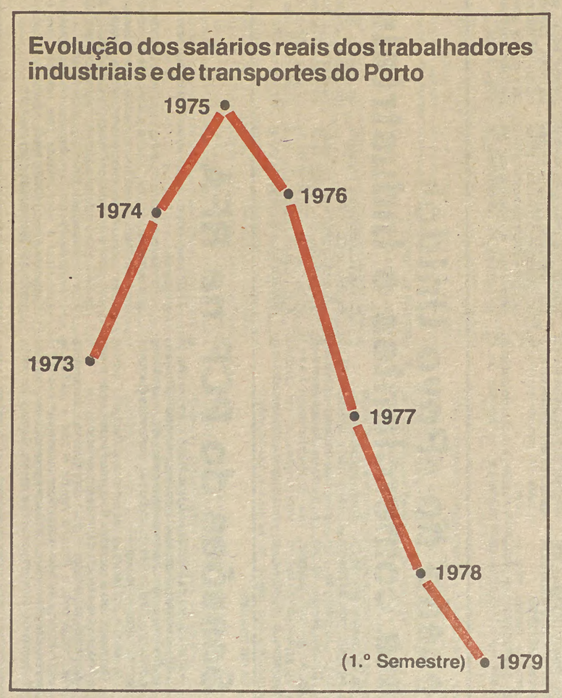
Nestes dias, porém, quem ouvir o PS e a direita bramar contra o aumento do custo de vida, pelo melhoramento do nível de vida dos portugueses, há-de perguntar: então quem é o responsável?

Foram os portugueses, foram os trabalhadores os responsáveis pela sucessiva vaga de despedimentos, pelos cabazes, pelas desvalorizações do escudo, pelo aumento de preços e bens de serviços essenciais?

São os portugueses, são os trabalhadores, que dão pensões e reformas de miséria àqueles que, ao fim de uma vida de trabalho e de sacrifício, chegam ao Outono da Vida sem meios de subsistência? São os portugueses, são os trabalhadores, quem não quer um Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito? Foram eles que nada fizeram para que cada um tenha direito a uma habitação condigna? Foram eles que emperraram e sabotaram planos de desenvolvimento, que meteram na gaveta dinheiros destinados a dotar as autarquias dos meios necessários a proceder a obras de saneamento básico, para que cada casa, cada povoação tenha água, luz e esgotos?

Os portugueses que vivem mal com salários que não contra o desemprego, a alta do custo de vida, as pensões





a verdade é que o salário real desceu mais ou menos 10 por cento. Os números oficiais do Instituto Nacional de Estatística) demonstram como o 25 de Abril representou uma verdadeira melhoria para os trabalhadores portugueses e a política de direita seguida nos últimos três anos atingiu os trabalhadores. E não só os trabalhadores: se as pessoas não têm dinheiro para comprar, os comerciantes não podem vender e os industriais não podem fabricar. É toda a economia do País que é afectada, são todas as camadas antimonopolistas que são atingidas. Há que retomar o caminho de Abril para defesa de Portugal e dos trabalhadores! E o voto seguro e certo para continuar Abril é o voto na Aliança Povo Unido – APU.

cada povoação tenha água, luz e esgotos?

Os portugueses que vivem mal – com salários que não e reformas de miséria, com transportes deficientes, quantas vezes sem água, nem luz, nem esgotos, e sem terem direito a fruir dos bens culturais e artísticos – os portugueses que vivem nestas condições sabem quem ocupou o poder nos últimos quatro anos.

Recordam-se das mil e uma promessas feitas – e do contrário que fizeram!

O PCP tem provado, ao longo da sua história, que faz o que diz porque sempre tem dito o que faz: e neste caso, o que o PCP diz é que é possível – mais, é urgente – melhorar o nível de vida dos portugueses, dos trabalhadores. E vai fazê-lo, acima de tudo, porque conta com a participação dos mais interessados, daqueles que vivem mal.

As eleições de 2 de Dezembro vão mostrar que o voto no PCP, o voto na APU, é o voto certo para melhorar a vida dos portugueses, porque é o voto útil na defesa da democracia. E defender a democracia é, também, defender a vida dos portugueses, defender o seu direito a uma vida melhor.

As propostas do PCP são as propostas para a construção de uma vida melhor e mais feliz para todo o Povo português, propostas que nas próximas eleições terão o apoio de milhares de portugueses. O voto na Aliança Povo Unido – APU é o voto que a todos interessa para mudar a vida e garantir o futuro: à classe operária e a todos os trabalhadores, aos pequenos e médios agricultores e rendeiros, aos intelectuais, quadros técnicos e profissões liberais, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, às mulheres, aos jovens, aos que auferem mais baixos salários, aos reformados, aos deficientes, às viúvas e órfãos desamparados, aos desalojados, aos trabalhadores emigrados.

VOTAR POVO UNIDO É VOTAR PELO DIREITO À HABITAÇÃO

POVO UNIDO

● Os deputados do PCP irão propor à próxima Assembleia a revogação do decreto do aumento das rendas de casa.

Revogar o decreto motapintista que regulamenta o aumento das rendas de casa é um dos objectivos que se propõem os deputados comunistas na próxima Assembleia da República. Tal decreto, longe de contribuir para a resolução do problema habitacional e particularmente para uma das suas mais importantes questões — o aumento especulativo e generalizado das rendas de casa — constitui, bem pelo contrário, um claro incentivo às acções especulativas um instrumento de defesa dos interesses dos grandes proprietários e senhorios e um rude golpe contra os inquilinos.

O defunto Governo Mota Pinto mostrou bem aos portugueses o que seria, em matéria de habitação, um governo do PSD/CDS/PPM.

Hoje, em tempo de eleições, não falta quem, nada tendo feito na anterior Assembleia da República, prometa mundos e fundos em matéria de política habitacional. O PS, por exemplo, que promete lutar contra o decreto-lei de Mota Pinto, omite o facto de tal decreto ter sido baseado em estudos encomendados por um ministro da Habitação do PS a uma equipa no essencial constituída por gente do PPD e do CDS.

Ao contrário, os deputados do PCP — que na anterior Assembleia defenderam consequentemente os direitos e interesses dos inquilinos — tudo farão para que tal decreto seja revogado; tudo farão para que seja contido o aumento especulativo e generalizado das rendas; tudo farão para promover a resolução acelerada das principais carências habitacionais dos portugueses; tudo farão para incentivar as cooperativas de habitação económica; tudo farão pela concessão de crédito em boas condições; tudo farão, no campo da habitação, para que sejam cumpridos os preceitos constitucionais.

Abertura «em grande» da campanha no Porto

O início da campanha eleitoral no distrito do Porto foi marcado pelo empenhamento de milhares e milhares de activistas da APU na colagem de cartazes, na noite de sábado para domingo. Se a cidade do Porto apresentava na manhã de domingo um aspecto dominado pela presença de inúmeras manchas com cartazes, panos e inscrições a apelarem ao voto no Povo Unido, por todo o distrito essa presença eram também uma constante.

Em cerca de duas dezenas de localidades do distrito, largos milhares de pessoas participaram nas festas populares e saudaram caravanas promovidas pela APU, com a presença de candidatos pelo círculo do Porto. Enquanto o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, usou da palavra em Campo, Recarei, Fânzeres e Valbom, o camarada Ângelo Veloso fez uma intervenção política na Festa Magusto organizada pelo CLP do PCP, na Praça do General Humberto Delgado, onde durante toda a tarde muitos milhares de pessoas festejaram o início da campanha com alegria e uma transbordante confiança no aumento da votação na APU na cidade do Porto.

Construir a vitória

Muitas bandeiras com o apelo ao voto na APU encontravam-se penduradas nos postes, logo ali à entrada da freguesia do Campo. Pelos muros e paredes desta localidade eram inúmeros os cartazes Povo Unido anunciando a presença do camarada Álvaro Cunhal no próximo sábado, no Porto. Era um dos muitos exemplos do trabalho empreendido para a construção da vitória democrática.

Depois de ter percorrido a Freguesia de Campo, onde se viam bastantes bandeiras do Partido nas janelas das casas, a caravana parou a alguns metros de distância do Centro de Trabalho do PCP. Muita gente com a alegria e muita confiança estampada no rosto. A proclamação dos candidatos e outros materiais de propaganda começavam a ser lidos, enquanto era montada a instalação sonora na «caixa» de uma camioneta onde actuou, momentos depois, o conjunto «Resistência».

«Esta é uma terra onde a reacção não mete o bico», declarou o camarada Carlos Costa, que estava acompanhado por outros candidatos da APU. No seu breve improviso, o dirigente do PCP salientou que a reacção vai ser derrotada. **«O povo vai votar no 25 de Abril»**.

Em Campo, tem-se verificado um aumento constante da votação do PCP. Em Dezembro de 76, o Povo Unido recolheu cerca de 30% dos votos e o PS 49%. **«Qual a política que o PS fará?»** Esta uma interrogação a que, como frisou Carlos Costa, nenhum socialista honesto poderá responder. Daí que o único voto consequente e coerente seja na APU.

A presença da caravana Povo Unido em Campo foi abreviada para possibilitar aos activistas da APU a sua presença nas comemorações das bodas de diamante da paróquia, celebradas no domingo com uma festa religiosa. Depois de uma merenda ao ar livre e de terem saboreado a «bica» no Centro de Trabalho, a caravana engrossou e partiu para Recarei.

Muitos jovens e mulheres

Além do clima de confiança na vitória democrática, foi saliente a enorme presença de mulheres e de jovens nas festas populares. Uns e outros seguiam muito atentamente a actuação do «Resistência» e as breves intervenções do camarada Carlos Costa. Depois do contacto estabelecido em Recarei com cerca de três centenas de pessoas, a caravana dirigiu-se para Fânzeres. Pelo caminho muitos eram os que, erguendo o punho, ou gritando consignas a saudavam.

Apesar do tempo já ter arrefecido bastante, estavam centenas de pessoas na Festa promovida no Lugar da Igreja, em Fânzeres, onde Carlos Costa manifestou a sua convicção na derrota da reacção e apontou vários exemplos significativos das vantagens do voto na APU, denunciando por outro lado o risco que correm aqueles que votaram PS: **«não há um único socialista honesto capaz de responder com quem vai o PS aliar-se»**, acentuando que nas legislativas, **«a grande mentira do PS foi ter dito que ia governar sozinho»**.

Passava já das 18 horas quando os candidatos Povo Unido chegaram a Valbom. Ali, no terreiro da Escola da Arroteia, decorria uma animada festa popular, que contou com a participação de muitas centenas de pessoas que, apesar do frio, não arredaram pé. Ladeado por vários candidatos da APU, Carlos Costa começou a sua breve intervenção recordando: **«palmilhei muitas e muitas vezes estes caminhos para me dirigir para uma tipografia clandestina do PCP, situada a poucas centenas de metros deste local»**.

Muitos aplausos, acompanhados por muitas centenas de vozes a gritarem: **«a luta continua»**, sublinharam a referência do «cabeça de lista» da APU no círculo do Porto à luta dos trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira, que o nosso Partido tem acompanhado e apoiado diariamente para garantir a defesa dos interesses dos seus trabalhadores e da economia nacional.

«O que é preciso», diria mais adiante Carlos Costa, **«é forçar o PS a mudar de política. (...) Já ninguém acredita que o PS vá governar sozinho. Os socialistas devem votar utilmente na APU»**. «A terminar a seu improviso, o dirigente comunista reafirmou a sua convicção na derrota da direita, apelando à participação de todos na presente batalha eleitoral. **«Usando o colante da APU estamos a mostrar a nossa confiança na vitória democrática»**, afirmou Carlos Costa, antes de, acompanhado pelas muitas centenas de presentes ter garantido: **«o povo unido, jamais será vencido»**.

Numerosos encontros com a população

Felgueiras, Amarante, Baião, Marco de Canavezes e Penafiel foram alguns dos concelhos do interior do distrito visitados no último domingo por uma outra caravana da Aliança Povo Unido. Raul de Castro, Virgínia Moura, Henrique Xavier, Horácio Mendes e Júlio Antunes, candidatos, e Ruy Luís Gomes, personalidade destacada de antifascista e cientista, integraram a caravana de esclarecimento e convívio.

Fernando Tordo cantou a alegria e o trabalho nos diversos pontos de paragem.

Um terceira caravana partiu de manhã de Vila Nova de Gaia e percorreu concelhos da zona litoral do distrito: Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Santo Tirso.

De Norte a Sul, um início prometedor

A campanha eleitoral abriu. Os comunistas mobilizaram-se, ampliando os esforços de esclarecimento nesta batalha que, para além de ser um combate pela liberdade e pela democracia, tem de ser um combate por uma vida melhor, pela conquista de melhores condições de vida para os trabalhadores e para o Povo português em geral, que nos últimos três anos sofreu a política de recuperação capitalista e a ofensiva global da direita contra as conquistas de Abril, ao mesmo tempo que via reduzir-se o seu nível de vida e adiada a resolução dos problemas nacionais.

Em Lisboa e no Porto já sabemos como foi, e o «Avante!» dá especial destaque à abertura da Campanha nestas duas grandes cidades. E no resto do país?

De Norte a Sul, no Continente e nas Ilhas, a campanha abriu com a determinação de quem sabe ser necessária a vitória, com a alegria de quem confia nas suas possibilidades.

No distrito de **Braga,** o primeiro dia da Campanha foi assinalado pela colagem de milhares de cartazes. Na avenida central em Braga, activistas da APU afixaram um enorme pano com apelo ao voto no Povo Unido. No domingo de manhã, as freguesias do concelho de Braga foram percorridas por uma caravana, tendo sido feita uma intervenção política em Nogueira. De tarde houve magusto no liceu Sá de Miranda. Várias festas e sessões decorreram em várias localidades do distrito.

Há cartazes e faixas da Aliança Povo Unido em quase todas as ruas e praças de **Viana do Castelo.** A APU foi a única organização que aproveitou o primeiro dia para desenvolver inúmeros contactos com a população do concelho de Viana, percorrido por uma caravana com mais de três dezenas de carros.

Eleger um deputado Povo Unido em Viana era um dos objectivos salientados numa mensagem ao povo da região difundida através da instalação sonora da caravana.

No domingo, a cidade de **Vila Real** acordou engalanada por muitíssimos cartazes do Povo Unido, fenómeno que, em maior ou menor grau, se repetiu em outras localidades da região.

Cerca de meio milhar de pessoas participaram, sábado à noite, em Chaves, numa sessão de propaganda, no decurso da qual falaram candidatos da APU, entre os quais Sérgio Teixeira, membro do Cornité Central.

Mais de 500 pessoas estiveram, no sábado à tarde, no ginásio do liceu de **Bragança,** onde participaram num comício, durante o qual tomaram a palavra dois candidatos e o camarada Martins, membro do CC do PCP.

Distrito de **Aveiro:** entre as várias iniciativas populares contaram-se o magusto de Estarreja, com o candidato Carlos Jerónimo, e de Pampilhosa, com Vital Moreira. Nestas duas realizações estiveram cerca de 400 pessoas. Na véspera houvera apresentação de candidatos num comício de Marinha de Silvade, Espinho, com um milhar de presenças, tendo tomado a palavra Vital Moreira e Helena Cidade Moura, para além de Jaime Serra.

Em São João de Campo, 250 pessoas assistiram à apresentação de candidatos APU, tendo actuado o grupo do Ateneu.

Viseu: Veiga de Oliveira, Jaime Gralheiro, Fernando Vasconcelos e Rosa Maria Lacerda participaram em sessões em Cinfães, Tarouca, Armamar e Moimenta da Beira.

O dia 11 foi dia de festa na Figueira da Foz, com desfile de ranchos e de bandas e actuação no coreto do jardim municipal, a que assistiram centenas de pessoas. Houve sessões em Marinha das Ondas, Leirosa e Tavaredo.

Em Montemor-o-Velho, distrito de **Coimbra,** Vasco Paiva e António Carriço participaram numa sessão a que assistiram 200 pessoas, tendo actuado, a seguir, a «Brigada Vítor Jara». Em Soure houve um magusto e, em Mira, uma sessão tendo, em ambas as iniciativas participado Lousã Henriques, Sérgio Xavier e Jorge Leite e, ainda, actuado a «Brigada Vítor Jara». Em Coimbra, os gaiteiros estiveram no magusto realizado ao fim da tarde no Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos, onde actuou ainda o grupo «Galés», de Setúbal.

Por outro lado, em **Leiria,** de sábado para domingo houve uma grande colagem de cartazes, colocação de faixas, construção de torres em tubo e, no domingo, nas ruas, uma grande jornada de distribuição de propaganda, que também se realizou em Valado de Frades, na Marinha Grande, em Peniche e no Bombarral. Houve sessões de esclarecimento em Óbidos, Nazaré e Pedrógão Grande. Em Peniche, depois de um porta-a-porta, houve um baile-convívio. Nas Caldas da Rainha, realizou-se uma jornada de rua e, à tarde, um convívio com Canto-Livre.

A iniciativa central do distrito de **Santarém,** no primeiro dia da Campanha, foi o arraial popular organizado na Feira de São Martinho, na Golegã, onde os camaradas distribuiram propaganda e onde o PCP tinha uma barraca de petiscos e uma banca, tudo animado com a música do grupo «Jornada». No distrito houve ainda sessões na Erra, Coruche, em Arneiro de Milhariças, Santarém, em Foros do Rebolho, Coruche, e em Foros da Arriça, também no concelho de Coruche. Houve ainda uma projecção de filme, seguida de colóquio, no Rodrigo, concelho de Torres Novas.

No distrito de **Castelo Branco:** sessões no Fundão, com dezenas de pessoas, e na Enxaba, onde mais de 20 por cento de eleitorado da aldeia assistiu. Sessão também em Idanha a Nova. Na Covilhã, houve magusto com a presença de Ercília Talhadas, do CC. Esta iniciativa, que teve lugar na véspera, foi promovida por uma Comissão de Mulheres Democráticas de Apoio à APU, na sede do Povo Unido na Covilhã, com a participação de mais de 150 pessoas. O ambiente nas cidades da Beira interior é de festa. Grandes faixas da APU no Fundão, em Castelo Branco — onde a APU e as suas cores estão presentes por todo o lado —, na Covilhã e na **Guarda.**

Muitas iniciativas, assinalaram, no distrito de **Setúbal,** o dia 11 de Novembro. Sessão no Samouco, com Carlos Carvalhas, onde se contaram mais de 250 pessoas; no Barreiro, um comício com a presença de Domingos Abrantes teve a participação de 650 pessoas; o magusto realizado em Santo André, Barreiro, onde o dirigente comunista também esteve, reuniu 300; no Pinhal Novo mais de 300 participaram na sessão de esclarecimento. Em Setúbal houve várias sessões. No Cercal, uma outra, com Carlos Ramildes; em Grândola, projecção de um filme. Em Almada, muitas sessões tiveram lugar. Em todo o distrito, as faixas e cartazes da APU são abundantes, os jornais de parede participam no esclarecimento e as paredes cobrem-se de novo com os murais populares do Povo Unido. Finalmente registe-se que, em Sesimbra onde um porta-a-porta tocou mais de 250 famílias, realizou-se um magusto para angariação de fundos, com a participação de 200 pessoas.

O primeiro dia de campanha eleitoral, nos distritos do Alentejo foi marcado por grandes concentrações e contactos «porta-a-porta», decorrendo com grande entusiasmo e receptividade das populações. Na concentração da cidade de **Évora,** com cerca de um milhar de participantes, interveio António Gervásio, seguindo-se um Canto-Livre. De manhã, o porta-a-porta abordou cerca de sete mil pessoas. Ainda no distrito de Évora, realizaram-se concentrações nas capitais dos concelhos, como Vendas Novas, Arraiolos, Mora, Montemor-o-Novo, Borba e Bencatel, com a participação total de 2 500 presenças. Os porta-a-porta em Vendas Novas, Estremoz, Arraiolos, Bencatel e Montoito abordaram mais de 5 mil pessoas. Foram ainda realizadas sessões em pequenas localidades que contaram com quatro centenas de participantes.

No distrito de **Beja** realizaram-se grandes comícios em oito concelhos, nomeadamente em Beja, Cuba, Moura, Serpa, Mértola, Aljustrel, Castro Verde e Ferreira do ALentejo, com uma participação global de 16 milhares de pessoas. Nestes comícios intervieram candidatos pelo distrito. Nos muitos contactos realizados em pequenos aglomerados abordaram-se mais de duas mil pessoas.

No distrito de **Portalegre** realizaram-se muitas sessões de propaganda com a participação total de cerca de 2 500 pessoas nas localidades de Castelo de Vide, Arronches, Campo Maior, Montargil, Avis, Chança, Seda, Flor da Rosa, Sousel e Foros do Arrão, sendo seguidos de porta-a-porta que abordaram mais de 7 mil pessoas. Em Campo Maior realizou-se um comício, com candidatos da APU, e contou-se com a presença de mais de 500 pessoas, seguindo-se um porta-a-porta.

Faro: centenas de pessoas em várias sessões realizadas, tais como Lagoa, onde estiveram José Vitoriano e Margarida Tengarrinha, Mexilhoeira Grande, Luz de Lagos, Bensafrim. Os camaradas José Vitoriano e Carlos Luís, e membros da Comissão Concelhia de Portimão, procederam, naquela cidade, à distribuição de propaganda. Em Lagos, 150 pessoas assistiram a uma sessão enquanto que, em Faro, outra sessão teve a presença de mais de quatro centenas de pessoas. Para além de muitas outras sessões em cidades, vilas e aldeias do Algarve, houve em todo o distrito uma ampla cobertura com faixas APU e muitas brigadas de colagens assinalaram o dia 11 de Novembro com uma grande acção de colagem de cartazes. Também aqui houve muitos contactos porta-a-porta, com grande aceitação popular. E houve caravanas automóveis em todo o distrito.

Sessão do «Povo Unido» para comerciantes e industriais

No dia 22, quinta-feira, às 21 horas, no Salão dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, Rua Camilo Castelo Branco, 33 (ao Marquês de Pombal) realiza-se uma sessão destinada a comerciantes e industriais do distrito de Lisboa.

Será feita a apresentação dos candidatos do sector na lista APU do distrito de Lisboa à Assembleia da República, e haverá intervenções de um candidato comerciante e do camarada Carlos Carvalhas, economista, deputado, membro do CC do PCP.

A sessão destina-se ao debate das posições que os deputados eleitos na lista APU tomarão na A.R. para satisfação dos problemas dos pequenos e médios empresários do comércio e da industria, prevendo-se que numerosos comerciantes e industriais de diversas opiniões compareçam a fim de se esclarecerem das posições que defende a APU.

Sessões do PCP na RFA

Várias cidades da República Federal Alemã foram cenário, de 1 a 4 de Novembro, de sessões de esclarecimento do PCP para os trabalhadores emigrantes, tendo nelas participado os candidatos da APU pelo Círculo Eleitoral da Europa, camaradas Georgette Ferreira e José Jorge Letria.

As sessões realizaram-se nas cidades de Stuttgart, Frankfurt e Osnabruck com a camarada Georgette Ferreira tendo a elas assistido muitas centenas de compatriotas nossos.

No centro dos debates o predomínio pertenceu às questões relacionadas com a Reforma Agrária e com a política de emigração proposta pelos dois partidos que integram a APU. Foi também exaustivamente debatida a perigosa política seguida pelo PS, bem como desfeitas as calúnias da reacção lançadas contra o PCP e segundo as quais o nosso Partido seria contra o voto dos emigrantes.

Entretanto, o camarada José Jorge Letria contactou a colónia portuguesa nas cidades de Iserlohn, Bonn, Dusseldorf e Hamburg, tendo em todas as sessões respondido a numerosas perguntas, particularmente as relacionadas com a posição do PCP relativamente à entrada de Portugal na CEE. Também as dívidas de Sá Carneiro e de outras figuras de proa da direita portuguesa à banca nacionalizada foram objecto de debate.

Georgette Ferreira, no decorrer da sua estada na RFA, aproveitou a oportunidade para contactar com o Partido Comunista Alemão (DKP), tendo mantido um encontro com um membro do Secretariado daquele partido.

As votações dos partidos nos diversos distritos

Prosseguimos nesta edição de "Avante!" a publicação dos quadros comparativos das votações dos principais partidos nos distritos do país. Recordamos que na semana passada referimos as votações nos distritos de Vila Real, Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Setúbal.

DISTRITO: BRAGANÇA

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/Povo Unido	2 704	2,7	2 561	2,7	4 430	6,5	+1 869	+73,0
PS	24 567	24,5	21 512	22,6	16 293	24,0	−5 219	−24,3
PPD	43 112	43,1	31 627	33,2	23 750	35,1	−7 877	−24,9
CDS	13 523	13,5	26 960	28,3	18 296	27,0	−8 664	−32,1
UDP+MES GDUPs			1 184	1,2	184	0,3	−1 000	−84,5

Com um solo acidentado e montanhoso, pouco apto para a agricultura, o distrito de Bragança possui uma importante riqueza mineral em ferro e estanho.

Nas zonas cultivadas encontram-se oliveiras, castanheiros e vinhas, para além da amendoeira que representa uma das suas melhores riquezas. A indústria pecuária e a exportação de gados são outras das fontes de receita do distrito.

Com uma população de 176 660 habitantes e 125 235 recenseados, o distrito de Bragança está dividido administrativamente em 12 concelhos e 298 freguesias.

Do ponto de vista eleitoral o distrito registou a mais elevada taxa de abstenção do continente, nas últimas eleições para as autarquias locais (44%), que mais do que duplicou em relação à Assembleia da República. A análise da votação permite verificar o enfraquecimento das posições das forças reaccionárias: o PPD perde 7877 votos e o CDS 8664 votos.

A votação do PS também baixa (− 5219 votos), enquanto o Povo Unido regista uma subida de 1 869 votos (+ 73%) em relação à votação do PCP para a Assembleia da República.

Nas autarquias a FEPU aumentou a votação em todos os concelhos exceptuando um (menos dois votos em Carrazeda de Ansiães), enquanto o PPD perde votos em 7 concelhos e sobe em três, o PS desce em 8 e sobe em três e o CDS desce em 7 e sobe em dois.

DISTRITO: VIANA DO CASTELO

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/Povo Unido	5 313	3,8	8 612	6,6	9 369	8,9	+ 757	+ 8,8
PS	34 015	24,4	33 286	25,6	26 078	24,9	−7 208	−21,7
PPD	50 286	36,0	42 527	32,7	35 722	34,1	−6 805	−16,0
CDS	20 312	14,5	30 481	23,5	25 772	24,6	−4 709	−15,4
UDP+MES GDUPs	2 149	1,5	1 971	1,5	1 428	1,4	− 543	−27,5

O distrito de Viana do Castelo, situado na região do Minho, tem uma das suas principais fontes de receita na exploração das inúmeras nascentes de águas minerais, que exporta para vários países. Importante para a economia local é também a exportação de gados, vinhos, madeira, ovos, cortiça, etc.

A pesca constitui uma actividade de relevo no distrito, destacando-se a indústria da secagem de bacalhau.

Com uma população de 250 233 habitantes e um eleitorado de 172 870 recenseados, o distrito divide-se administrativamente em 10 concelhos e 288 freguesias.

À semelhança do que se verificou em muitos outros distritos, em Viana do Castelo o Povo Unido foi a única força que aumentou em número absoluto de votos (+ 757) nas eleições autárquicas de 1976, relativamente à votação do PCP para as legislativas do mesmo ano.

O PPD e o CDS perderam em conjunto cerca de 11 500 votos, enquanto o PS perdeu 7 208 votos.

A nível de concelhos a FEPU só não aumenta a sua votação em três, enquanto o PS diminui em todos e em especial na sede do distrito (− 3323 em Viana do Castelo). O PPD e o CDS, por seu turno, baixam a sua votação em todos os concelhos com excepção de dois.

O Povo Unido está representado em 7 dos 10 concelhos e tem um vereador na Câmara de Viana.

DISTRITO: PORTO

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/Povo Unido	55 663	6,7	69 264	8,4	81 456	12,3	+12 192	+17,6
PS	355 038	42,5	337 126	40,7	239 515	36,1	−97 611	−29,0
PPD	245 869	29,4	223 181	27,0	180 393	27,2	−42 788	−19,2
CDS	74 685	8,9	129 913	15,7	123 531	18,6	− 6 382	− 4,9
UDP+MES GDUPs	13 528	1,6	14 847	1,8	13 896	2,0	− 951	− 6,4

Famoso pelos seus vinhos e pela sua florescente vida comercial e industrial, o distrito do Porto é o segundo mais importante do país.

Dividido administrativamente em 17 concelhos e 377 freguesias, este distrito tem uma agricultura que se caracteriza pela grande divisão de propriedade (minifúndios), a que escapa apenas a viticultura que continua na posse de grandes companhias.

Entre as principais fontes de riqueza conta-se a produção de carne, mel e ovos, bem como as indústrias de laticínios, têxteis, metalomecânica, calçado, ourivesaria, etc.

O número de habitantes é de cerca de um milhão e trezentos mil, enquanto o de eleitores é de 1013909.

Nas últimas eleições, apenas a FEPU aumentou o número de votos (mais 12192 do que o PCP nas legislativas), enquanto os restantes baixam. A quebra maior foi a do PS (− 97611), seguido do PPD que recebeu menos 42788 votos. O CDS perdeu por seu turno 6382 votos.

De notar que em Abril de 1975 o PS tinha seis vezes mais votos que o PCP, ficando em 1976 com apenas 2,9 vezes mais votos que a FEPU.

Em 1976 o Povo Unido obteve 9 mandatos em Câmaras Municipais e 43 em Assembleias Municipais.

DISTRITO: FARO

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Povo PCP/Unido	25 202	12,3	27 667	14,5	30 056	20,9	+ 2 389	+ 8,6
PS	93 094	45,4	85 410	44,7	63 432	44,1	−21 978	−25,7
PPD	28 501	13,9	36 905	19,3	35 147	24,5	− 1 758	− 4,8
CDS	6 872	3,4	12 799	6,7	4 898	3,4	− 7 901	−61,7
UDP+MES GDUPs	5 549	2,7	6 323	3,3	866	0,6	− 5 457	−86,8

O distrito de Faro, o único do Algarve, compõe-se administrativamente de 16 concelhos e 73 freguesias. A população é de 266 621 habitantes e estão recenseados 243 463 cidadãos.

A principal fonte de riqueza do distrito é a pesca, nomeadamente do atum e da sardinha, e as indústrias de conservas. Com um terreno muito adaptável à agricultura, com excepção da faixa situada junto ao oceano, o distrito tem ainda uma importante fonte de rendimento na exportação de amêndoa, figos e alfarroba.

O Algarve é igualmente rico na produção de laranjas, tangerinas, vinha e cereais diversos.

Neste distrito, nas últimas eleições, todos os partidos perderam votos com excepção do Povo Unido, que aumentou 2389 votos em relação ao PCP na Assembleia da República.

Em termos de percentagem a FEPU aumentou em nove concelhos, seis dos quais predominantemente rurais, obtendo no total 21 mandatos para Câmaras Municipais e 39 para Assembleias Municipais.

Embora tendo aumentado de percentagem os partidos de direita perderam em conjunto dez mil votos e o PS, ainda que continuando em 1976 a ser o mais votado, perdeu vinte e dois mil votos, numa clara manifestação para a dispersão do seu eleitorado (perdeu já mais de 30% do eleitorado inicial).

DISTRITO: ÉVORA

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
PCP/Povo Unido	47 236	37,1	52 378	43,0	47 468	47,6	−4 910	− 9,4
PS	48 020	37,8	36 876	30,3	34 954	35,0	−1 922	− 5,1
PPD	8 700	6,8	11 159	9,2	9 322	9,3	−1 837	−16,5
CDS	3 589	2,8	9 713	8,0	1 172	1,2	−8 541	−87,9
UDP+MES GDUPs	1 080	0,8	3 950	3,2	1 819	1,8	−2 131	−54,0

Situado no coração da Reforma Agrária, o distrito de Évora é formado por 14 concelhos e 75 freguesias.

As principais actividades económicas são a produção de cereais, legumes, azeite, vinho e também o comércio de gado e lãs.

Para além das minas de ferro e cobre ali existentes, são famosos em todo o lado os magníficos mármores que abundam no distrito.

Numa população de 176044 habitantes estão recenseados 139140 cidadãos.

No aspecto eleitoral importa focar a quase total recuperação de votos da FEPU em relação aos do PCP para a Assembleia da República e o aumento de percentagem de 43% para 47,6%.

Os resultados obtidos pelo PS nas eleições autárquicas não traduzem de modo algum a real força daquele partido, pois beneficiou das diversas alianças que no distrito fez com o PPD e o CDS contra o Povo Unido. Os partidos de direita não se apresentaram em oito dos quatorze concelhos.

Nas autarquias locais o Povo Unido ganhou 12 das 14 Câmaras do distrito e o PS duas (Reguengos e Mourão). O número de mandatos obtidos foi de 41, contra 30 do PS, 2 do PPD e 3 do CDS.

de máquinas, de comercialização, etc. Criação de Parques de Máquinas Estatais. Liquidação dos ex-Grémios com a formação de cooperativas. Nova legislação para as Casas do Povo.

● **Medidas gerais de protecção à agricultura.** Preços compensadores fixados antes da campanha. Contenção dos preços dos factores de produção. Crédito a baixo juro. Garantias de abastecimento, escoamento e comercialização dos produtos agrícolas. Seguro agro-pecuário. Intensificação das campanhas de profilaxia. Combate à especulação e ao parasitismo. Formação, especialização e reciclagem de técnicos. Apoio e alargamento do ensino e da investigação agrícola. Promoção de novas culturas. Protecção do solo agrícola. Medidas de apoio ao cooperativismo, nomeadamente condições favoráveis e preferenciais para os produtos comercializados ou produzidos pelas cooperativas.

■ Política de pescas:

● **renovação dos meios de captura e conservação, indústrias de transformação, portos de pesca e respectivas infra-estruturas.**

● **política de comercialização** que assegure o rápido incremento da produção, nomeadamente através de preços de garantia e saneamento e racionalização dos circuitos de comercialização, através do controlo do Estado.

● **reestruturação, viabilização e dinamização do sector nacionalizado e apoio legislativo, técnico e financeiro do sector cooperativo.**

• **incremento do ensino e da investigação no domínio das pescas:** Inventariação dos recursos pesqueiros na ZEE das 200 milhas para protecção plena e efectiva utilização pela frota nacional; prospecção de novos pesqueiros e diversificação das áreas de actuação da nossa frota.

● **política de acordos internacionais** que proteja a fauna marítima nas costas portuguesas, defenda os direitos e interesses portugueses nos pesqueiros exteriores tradicionais. Negociação de acordo com os novos países africanos, designadamente Moçambique e Angola.

■ Política industrial:

● **Desenvolvimento da indústria, com base no sector nacionalizado, intervencionado e participado, com aumento acelerado da produção e plena utilização dos recursos nacionais. Defesa da indústria nacional. Protecção das pequenas e médias indústrias.**

● **Planificação do desenvolvimento industrial,** designadamente impulsionando os sectores nacionalizados capazes de criar uma base de acumulação e de dinamizar a produção dos restantes. Dimensionamento adequado das indústrias básicas e coordenação entre a produção de bens de equipamento e a produção de bens de consumo. Desenvolvimento de novas tecnologias.

● **Dinamização do sector nacionalizado,** como sector de arranque da indústria nacional. Reestruturação, reorganização, saneamento económico-financeiro, relançamento dos investimentos fundamentais com o crédito necessário e adequado. Participação activa dos trabalhadores e desenvolvimento da produção segundo o critério do interesse nacional e não o da maximização dos lucros. Exigência de eficiência e dedicação dos gestores públicos. Interdição absoluta de cedências, incluindo da gestão, de partes do sector ao capital privado.

● **Aumentar a produção e reduzir os custos,** designadamente através da normalização, da racionalização e garantia de abastecimento de matérias-primas, da racionalização dos circuitos comerciais, da reestruturação da rede de transportes. Aproveitamento da capacidade de produção instalada e novos investimentos. Coordenação intersectorial e inter-regional do acréscimo da capacidade produtiva e de produção.

● **Defesa da indústria nacional** nos mercados interno e externo. Apoio às indústrias tradicionais visando a melhoria da qualidade e da competitividade.

● **Desenvolvimento harmónico da indústria** visando a independência nacional, designadamente o dos sectores da energia, dos transportes e da indústria extractiva como factores básicos de todo o desenvolvimento, e da construção civil e do turismo, pelo seu impacto no crescimento de outros sectores e pelos seus efeitos na captação de divisas.

■ Política comercial:

● **desenvolvimento do comércio interno** por forma a valorizar o seu papel na vida económica nacional. Apoio ao pequeno e médio comércio e às cooperativas de comercialização e consumo. Estabelecimento de adequadas isenções fiscais. Encurtamento dos circuitos comerciais. Controlo estatizado dos preços. Interdição das situações monopolistas de empresas privadas no comércio por grosso e a retalho. Combate aos intermediários parasitas, à especulação e à fraude.

● **diversificação do comércio externo** visando a diminuição do défice da Balança Comercial. Redução da importação de bens não essenciais. Substituição de produtos importados por bens de produção interna. Expansão das exportações pelo aproveitamento das potencialidades dos novos mercados (países socialistas, países africanos – designadamente RP Angola, RP Moçambique, R. Guiné-Bissau, R. Cabo Verde e RD S.Tomé e Príncipe – países árabes). Medidas articuladas de promoção das exportações. Renegociações de acordos internacionais, designadamente com o Mercado Comum.

PÃO, TRABALHO, SAÚDE, HABITAÇÃO PARA UMA VIDA MELHOR

O povo português quer libertar-se dos sofrimentos, sacrifícios e dificuldades que, desnecessariamente, lhe têm sido impostos. Quer vencer a incerteza e insegurança do dia de amanhã. Quer viver uma vida melhor, mais segura, mais feliz. Quer tornar realidade e fazer florescer as esperanças nascidas com o 25 de Abril.

A política de recuperação capitalista levada a cabo nos últimos três anos teve como um dos seus aspectos centrais a ofensiva contra as conquistas sociais dos trabalhadores alcançadas com o 25 de Abril. Foram anulados benefícios da segurança social, diminuiu a construção de habitações sociais, foi bloqueado o Serviço Nacional de Saúde, agravou-se a degradação do ensino. Com excepção dos grandes capitalistas, dos grandes proprietários, dos grandes intermediários, todas as classes e camadas sociais sofreram agravamentos na sua situação, e, particularmente, os trabalhadores, os jovens, as mulheres, os reformados.

O Programa Eleitoral do PCP aponta como um objectivo prioritário para qualquer governo democrático o melhoramento das condições de vida do povo.

O Programa Eleitoral do PCP é um programa para garantir, ao povo trabalhador, pão, trabalho, saúde, habitação e confiança no futuro.

■ **Para promoção de uma política social de melhoramento das condições de vida do povo,** o PCP propõe aos eleitores um programa de acção governativa, legislativa e popular com as seguintes direcções fundamentais:

■ Política de salários, preços e emprego:

● **aumento dos salários reais** como medida indispensável à defesa e melhoria do poder de compra da população. Aumentos prioritários aos trabalhadores mais mal pagos. Aumento e alargamento do salário mínimo nacional. Actualização e alargamento do subsídio de desemprego. Garantia do direito e da prática da contratação colectiva. Melhoria das condições de trabalho. Subsídios de férias. Pagamento integral do 13.º mês. Aumento dos abonos de família. Alargamento das regalias sociais.

● **combate à alta do custo de vida com contenção dos preços,** particularmente de artigos de primeira necessidade. Alargamento do número de artigos do «cabaz de compras» e fixação efectiva dos seus preços.

● **Garantia do direito ao trabalho** impedindo os despedimentos sem justa causa, eliminando a instabilidade criada pelo recurso crescente aos contratos a prazo com a revisão da respectiva legislação e criando novos postos de trabalho, através da dinamização das actividades económicas e da reorganização e reconversão urgente de empresas em dificuldades.

■ Política de saúde:

● **a institucionalização do Serviço Nacional de Saúde** – universal, geral e gratuito – prestando cuidados integrados de saúde consagrando a participação activa das populações e dos trabalhadores da saúde na sua planificação, gestão e controlo.

● **a criação prioritária de uma rede de cuidados primários de saúde.**

● **a regionalização e descentralização dos serviços.**

● **elaboração da Carta Sanitária nacional.**

● **racionalização urgente da orgânica e gestão hospitalar com a humanização dos serviços** e a articulação adequada da rede hospitalar à rede de cuidados primários.

● **Formulário Nacional de Medicamentos** para defesa da saúde da população e combate às manobras especulativas das multinacionais do sector.

■ Política de habitação:

● **a contenção do aumento especulativo e generalizado das rendas de casa,** nomeadamente através da revogação do dec.-lei do governo Mota Pinto e da publicação de legislação que respeite os princípios constitucionais da renda-rendimento, tendo em vista o reforço da estabilidade e das garantias do direito dos inquilinos à habitação e considerando os interesses legítimos dos senhorios que vivem em dificuldades.

● **a resolução acelerada das principais carências habitacionais,** através do lançamento de programas de recuperação de habitação degradada e intensificação da construção de habitação social pelos municípios e beneficiando de linhas e facilidades de crédito especiais.

● **incentivo às cooperativas de habitação económica** e à autoconstrução, através do apoio na obtenção de terreno, projectos e financiamento em condições adequadas de juro bonificado.

● **concessão de crédito em boas condições** e com juro bonificado para a aquisição de habitação própria.

■ Política de segurança social:

● **institucionalização de um sistema de segurança social unificado e descentralizado.**

● **melhoria das pensões de reforma, das pensões mínimas de sobrevivência (viúvas e órfãos) e das pensões sociais.**

● **reformulação das formas de financiamento do sector e medidas eficazes na recuperação das dívidas.**

● **reestruturação das institucionalizações de segurança social,** com a participação dos seus trabalhadores, visando o aproveitamento de todos os recursos humanos e materiais, a melhoria dos serviços e o pagamento em devido tempo dos benefícios.

● **redifinição dos actuais esquemas de prestações sociais.**

● **participação do movimento sindical e das outras estruturas representativas dos trabalhadores** na definição da política de segurança social na gestão e controlo da sua actividade.

■ Política de saneamento básico, defesa do ambiente e realização de infra-estruturas sociais:

● **rápida satisfação das carências mais prementes das populações** quanto a abastecimento domiciliário de água, esgotos, remoção de lixos.

● **concretização de medidas de combate à poluição,** nomeadamente à poluição de origem industrial, e de defesa do meio ambiente geral.

● **urgente definição de uma política de aproveitamento dos recursos hídricos, concretizada nomeadamente num Plano Nacional de Recursos Hídricos.**

● **urgente satisfação das necessidades de acessos às povoações** ainda isoladas ou em más condições de acessibilidade, nomeadamente através do reforço dos meios humanos, financeiros e materiais dos municípios por forma a que estes possam assumir as suas responsabilidades no domínio da viação rural. Completamento da rede de estradas nacionais ainda por construir e a urgente concretização das medidas necessárias à conservação ou reconstrução da rede existente.

● **rápido alargamento da cobertura do país pela rede de distribuição de energia eléctrica** e a concretização das obras de renovação e remodelação necessárias para garantir as boas condições de fornecimento às populações.

ENSINO, CULTURA AO SERVIÇO DO POVO E DA DEMOCRACIA

O povo português quer ver a cultura e a educação ao alcance de todos, rompendo sobre as trevas e a ignorância, ajudando cada homem e cada mulher a serem senhores da sua própria consciência e construtores responsáveis e activos do futuro do seu país.

A reacção e os seus partidos sempre têm procurado reduzir as possibilidades de acesso à cultura das massas populares. Mesmo depois do 25 de Abril não deixaram de atentar contra a liberdade e de criação artística. Favorecem as tentativas de colonização cultural do nosso povo. Nos seus programas e projectos políticos revelam concepções de monopolização da cultura, de marginalização dos intelectuais, de revanchismo e recuperação obscurantista.

O Programa Eleitoral do PCP é um programa de democratização do ensino e da cultura, para a valorização dos portugueses, o progresso do país e a consolidação da democracia.

O Programa Eleitoral do PCP responde às exigências de um ensino e uma cultura ao serviço do Povo e da democracia.

■ **Para uma política de ensino e cultura ao serviço do Povo e da democracia,** o PCP propõe aos eleitores um programa de acção governativa, legislativa e popular com as seguintes direcções fundamentais:

■ Política de educação e ensino:

● **a realização efectiva do acesso dos filhos dos trabalhadores à instrução em todos os níveis.** Cumprimento da escolaridade obrigatória de 6 anos e o seu alargamento a 9 anos. Melhoria do apoio social escolar.

● **adequação do sistema educativo às necessidades do desenvolvimento económico e social** e da personalidade e formação democrática da juventude. Reforma do ensino com a ampla discussão e participação de todos os interessados.

● **eliminação do analfabetismo com a efectiva aplicação da lei** (proposta pelo PCP) aprovada na AR. Revisão da lei do ensino particular, defendendo o sistema público de ensino e a liberdade de aprender e ensinar consagrada na Constituição. Lançamento de um adequado ensino especial.

● **dignificação da função docente,** garantindo a estabilidade de emprego e a valorização científica, pedagógica e profissional dos professores.

■ Política cultural:

● **promoção do acesso à função e criação culturais** das mais largas massas populares, fomentando as actividades das organizações culturais, dos artistas e outros trabalhadores da cultura, as acções de difusão e animação, a criação de novas unidades de produção cultural, garantindo a descentralização e cobertura de todo o território nacional.

● **garantia efectiva da liberdade de criação artística e cultural.** Realização pelo Estado de condições e apoio indispensáveis ao desenvolvimento dos diferentes sectores artísticos e culturais, sem discriminações políticas e ideológicas inconstitucionais. Reconhecimento efectivo da função social dos escritores, artistas e outros trabalhadores da cultura e dos seus direitos socioprofissionais.

● **adopção de medidas urgentes de inventariação, estudo, salvaguarda e divulgação do património cultural nacional,** erudito e popular.

● **defesa e divulgação dos grandes valores da cultura nacional e aprofundamento das relações culturais com os povos do mundo.**

■ Política de cultura física e desporto:

● **descentralizzção efectiva da cultura física e desporto,** através nomeadamente da criação de condições para a sua real integração no sistema educativo e no tempo livre dos trabalhadores.

● **incentivo ao associativismo desportivo.** Criação de órgãos e vias de participação e representação das organizações populares na definição e execução da política de cultura física e desporto. Democratização das estruturas desportivas. Promulgação de legislação democrática.

● **dignificação do desporto de alta competição** e moralização do profissionalismo. Integração social do atleta. Eliminação de todas as formas de exploração comercial.

Separata do «Avante!» n.º 304 de 15 de Novembro de 1979

ALIANÇA POVO UNIDO APU POVO UNIDO ☒

VOTAMOS APU Pela LIBERDADE Pela DEMOCRACIA

POVO UNIDO

Eleição intercalar
para a Assembleia da República
– Dezembro de 1979

UM PROGRAMA PARA O PORTUGAL DE ABRIL

PROGRAMA ELEITORAL DO PCP

POVO UNIDO

VOTAR NA APU PARA DEFENDER A LIBERDADE E PROSSEGUIR ABRIL

O voto na APU é o voto em forças políticas fiéis aos interesses do povo trabalhador e aos objectivos democráticos.

O voto na APU é o voto que fará força para o necessário entendimento dos democratas, designadamente de comunistas e socialistas, reconhecidamente indispensável para conquistar e levar por diante uma política democrática digna dos ideais e esperança do 25 de Abril ao serviço do povo e do país.

O voto na APU é o voto útil, seguro e certo para concretizar o Programa e as propostas do PCP, para realizar uma viragem democrática na política nacional.

O voto na APU é o voto na honestidade, na coerência, na dedicação à causa da liberdade e da democracia, na capacidade de trabalho, de organização e realização para bem dos portugueses e de Portugal.

Nenhum cidadão pode ser obrigado a votar contra a sua consciência ou vontade. Mas cada democrata, cada trabalhador, cada homem, mulher ou jovem que ame a liberdade deve contribuir com o seu voto para derrotar a reacção e garantir a vitória democrática.

Com uma grande votação na APU, o povo português dirá não ao regresso ao passado, dirá não à política de alianças com os inimigos da liberdade, votará firmemente pela democracia, pelo 25 de Abril, pelas conquistas democráticas, por uma vida melhor, pela independência da Pátria.

UM PROGRAMA PARA O PORTUGAL DE ABRIL

As eleições intercalares para a Assembleia da República vão realizar-se no quadro de uma saída constitucional para a crise governativa latente desde 1977 e marcada pela queda de sucessivos governos que desencadearam contra o Portugal de Abril uma crescente ofensiva de violências, ilegalidades, prepotências, arbitrariedades e inconstitucionalidades.

A política de ofensiva contra o Portugal de Abril, que teve no governo Mota Pinto a sua expressão mais brutal, mostrou ser uma política de desastre e ruína nacional. Causou gravíssimos prejuízos ao país. Impôs enormes sofrimentos e dificuldades ao povo português. Revelou-se incapaz de dar resposta aos problemas e anseios dos portugueses. Demonstrou ser oposta às novas realidades económicas, sociais e políticas de Portugal.

A própria experiência mostrou aos portugueses que uma política contra o 25 de Abril não serve ao nosso país. Milhões de portugueses levantaram-se numa luta firme e corajosa em defesa do regime democrático, dos seus direitos e liberdades, das realizações e esperanças do 25 de Abril. A exoneração do governo Mota Pinto/PPD/CDS e a realização das eleições intercalares segundo os preceitos constitucionais representam uma primeira e importante vitória do povo português e das forças democráticas.

Os interesses nacionais, a estabilidade, a consolidação e o desenvolvimento da democracia portuguesa, a criação de um clima propício ao trabalho criador e à solução dos problemas do povo português e de Portugal, exigem que os resultados eleitorais confirmem a derrota dos partidos reaccionários e conduzam à formação de um governo democrático com uma política democrática, que melhore as condições de vida do povo e abra caminho à recuperação económica, que assegure as liberdades e o regime democrático, que salvaguarde a independência nacional.

Apresentando o seu Programa Eleitoral, o PCP propõe ao povo português e a todos os democratas e patriotas uma base séria para o entendimento, a acção comum e uma política governativa que responda às aspirações dos portugueses, capaz de fazer frente aos problemas do país e que tenha em conta as realidades nacionais.

A política que o PCP propõe ao povo português conta de **8 pontos fundamentais:**

1. **Respeito pela Constituição, estabilidade e reforço do regime democrático.**
2. **Garantia das liberdades e direitos dos cidadãos, da legalidade, da ordem democrática e da tranquilidade pública.**
3. **Contenção do aumento do custo de vida e melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias.**
4. **Dinamização da economia portuguesa voltada para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida do povo na base do respeito pelos limites das formações económicas** (sector nacionalizado, UCPs e Cooperativas da Reforma Agrária, empresas em autogestão, cooperativas, pequena produção agrícola e industrial, empresas capitalistas).
5. **Anulação e rectificação das decisões e actuações inconstitucionais e ilegais dos últimos governos,** designadamente na ofensiva contra a Reforma Agrária, nas desintervenções, nos saneamentos de democratas do aparelho de Estado.
6. **Ensino e cultura ao serviço do Povo.**
7. **Unidade das Forças Armadas e estabilidade militar.**
8. **Firme defesa da independência e soberania nacionais e da integridade territorial e diversificação das relações externas, amizade e cooperação com todos os povos do Mundo.**

O Programa Eleitoral do PCP corresponde à aspiração geral do povo português de viver em democracia, alcançar melhores condições de vida, assegurar a independência nacional. Corresponde às necessidades e condições objectivas e concretas do Portugal de hoje.

O Programa Eleitoral do PCP é um programa para os portugueses. É um programa para o Portugal de Abril. É um programa para o Portugal Democrático independente a caminho do Socialismo.

COM A CONSTITUIÇÃO POR UMA VIRAGEM DEMOCRÁTICA NA POLÍTICA NACIONAL

A defesa da Constituição constitui um ponto central do Programa que o PCP apresenta ao eleitorado com vista ao voto na APU. Na sua acção política, nas suas propostas, na sua intervenção na vida nacional, o PCP inspira-se pelo princípio fundamental de que só no quadro do regime democrático e do respeito e aplicação da Constituição da República podem ser encontradas soluções verdadeiramente nacionais para os graves problemas de Portugal e dos portugueses.

Para o povo português, a Constituição da República representa uma importante garantia dos seus direitos e liberdades, um factor de estabilidade da vida democrática do país, a consagração do património vivo e exaltante das conquistas do 25 de Abril, a plataforma de esperança, fraternidade, justiça social, progresso e desenvolvimento, capaz de unir todos os homens e mulheres que na terra portuguesa querem construir uma vida melhor numa Pátria livre, próspera, soberana e independente.

A estabilidade política, a melhoria das condições de vida do povo, a recuperação económica e progresso do país são inseparáveis do respeito e aplicação da Constituição da República. O Programa Eleitoral do PCP é um programa de defesa e aplicação da Constituição da República.

Para assegurar a concretização da política democrática sintetizada nos oito pontos fundamentais já anunciados, para dar resposta às mais prementes necessidades do país e às profundas aspirações populares, **o PCP considera essencial a realização no domínio político, económico, social, cultural e das relações externas de uma acção governativa, legislativa e popular firmemente orientada para dar cumprimento aos valores e objectivos patrióticos consagrados na Constituição da República.**

DEFESA DAS LIBERDADES VIDA DEMOCRÁTICA PARTICIPAÇÃO POPULAR

O povo português quer viver em liberdade, paz e segurança. Quer ver assegurada a estabilidade do regime democrático, porque só um regime democrático estável pode garantir os direitos e liberdades dos cidadãos, pode promover o progresso de Portugal, a solução dos problemas nacionais, a satisfação das aspirações dos portugueses.

A reacção e os partidos da direita (PPD/PSD, CDS, PPM, PDC) têm demonstrado, com a sua acção, que estão contra a democracia portuguesa. Têm defendido, apoiado e aplicado uma política de desestabilização, de descrédito das instituições democráticas, de sabotagem do seu funcionamento. Promovem campanhas contra a Constituição e os órgãos de soberania. Preconizam a agudização artificial de conflitos e confrontações na sociedade portuguesa. Os seus programas políticos têm como objectivo fundamental restringir os direitos e liberdades dos cidadãos, restabelecer o arbítrio, a violência e a repressão, destruir as bases do regime constitucional, liquidar as conquistas democráticas de Abril.

O Programa Eleitoral do PCP propõe ao povo português uma plataforma de acção para um governo democrático capaz de empreender e dirigir com êxito a tarefa colectiva de construir o bem-estar do povo e a prosperidade de Portugal, no caminho libertador de Abril.

■ **Para a concretização de uma política democrática e de um governo democrático,** o PCP propõe:

● Que com base na vitória democrática, no reforço da posição eleitoral e do número de deputados do PCP e na eleição de deputados do MDP, sejam consideradas e aprofundadas todas as formas de entendimento com o PS e demais forças democráticas, com vista à elaboração de uma plataforma de governo que ponha fim à política de direita dos anteriores governos e determine, no respeito e no cumprimento da Constituição da República, uma política de desenvolvimento e de independência nacional.

● Que com base no entendimento entre os democratas, designadamente, comunistas e socialistas, com o apoio dos trabalhadores e a participação dos comunistas, seja formado um governo que respeite e faça respeitar os direitos, liberdades e garantias constitucionais, a ordem e o regime democráticos e a tranquilidade pública, as transformações democráticas realizadas depois do 25 de Abril – as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo de gestão, e ponha em prática uma política de curto e médio prazo virada para a resolução dos problemas mais urgentes do povo – salários compensadores, emprego, habitação, saúde, instrução e cultura; um governo capaz de promover o desenvolvimento económico e social e simultaneamente uma política de independência, de paz e de amizade com todos os povos do Mundo.

UM PROGRAMA PARA O POVO PORTUGUÊS

O Programa que o PCP apresenta ao País e pelo qual se compromete a lutar na Assembleia da República, no Governo, em todos os planos da vida política, económica e social – é um Programa para dar resposta corajosa aos problemas nacionais e para corresponder às mais legítimas e profundas aspirações de todos os portugueses e portuguesas que aspiram a uma vida melhor e mais feliz no Portugal de Abril.

O Programa Eleitoral do PCP corresponde inteiramente aos interesses e aspirações de todas as classes e camadas antimonopolistas:

● **da classe operária e de todos os trabalhadores** (da indústria, das minas, dos transportes, da pesca, da agricultura, da função pública, dos serviços), defendendo a elevação dos salários reais, a contenção dos preços, o direito à contratação colectiva, o combate ao desemprego e aos despedimentos, os direitos e liberdades sindicais, a independência das suas organizações representativas, a melhoria da segurança social, da saúde, das condições de habitação e rendas de casa acessíveis;

● **dos pequenos e médios agricultores e rendeiros** defendendo preços compensadores para os seus produtos e garantia para o escoamento, contenção dos preços dos artigos necessários à agricultura, (adubos, combustíveis, forragens, rações, sementes, etc.), medidas de protecção à agricultura (créditos, seguro agro-pecuário, assistência técnica), revisão da Lei do Arrendamento Rural para defesa dos direitos dos rendeiros, aplicação da Lei dos Baldios e melhor previdência rural;

● **dos intelectuais, quadros técnicos e profissões liberais** defendendo a dignificação das suas actividades e função social, a defesa do seu poder de compra, a segurança no emprego, carreiras profissionais e actualização profissional, o estímulo à criação artística e cultural e à investigação científica;

● **dos pequenos e médios comerciantes e industriais** defendendo uma política de aumento da produção e do poder de compra, o alargamento do mercado interno, a valorização do seu papel na vida económica, acesso ao crédito e a redução das taxas de juro, a correcção das margens de comercialização e da fiscalidade, o encurtamento dos circuitos comerciais, o apoio a medidas de reconversão e reestruturação.

O Programa Eleitoral do PCP corresponde inteiramente aos interesses e aspirações

● das **mulheres,** defendendo os seus direitos de mães, cidadãs e trabalhadoras, a sua crescente participação na vida política e social, a eliminação das discriminações sociais, profissionais e salariais, o respeito efectivo da função social da maternidade, a melhoria da assistência materno-infantil, o alargamento da rede de creches e jardins de infância e outros equipamentos sociais;

● da **juventude,** defendendo o seu direito ao ensino, à preparação profissional e ao trabalho, a eliminação das discriminações salariais e profissionais, a reestruturação democrática do ensino, o alargamento do apoio social escolar, a dinamização da ocupação dos tempos livres.

O Programa Eleitoral do PCP corresponde inteiramente ao objectivo democrático e nacional de garantir um futuro de alegria, esperança e felicidade para

● as **crianças portuguesas,** defendendo o lançamento da rede oficial de estabelecimentos de educação infantil, a criação de condições e meios materiais para uma racional e pedagógica ocupação dos tempos livres, a efectiva gratuitidade do ensino obrigatório, o combate à selecção económica do actual sistema de ensino, a prevenção da doença e o incremento da assistência materno-infantil e de saúde escolar, medidas de protecção contra a exploração do trabalho infantil.

O Programa Eleitoral do PCP corresponde inteiramente aos interesses e aspirações dos sectores e camadas mais desfavorecidas:

● dos que auferem mais baixos salários, defendendo a actualização periódica do salário mínimo nacional, o seu efectivo cumprimento, a extensão dos benefícios sociais;

● dos **reformados,** defendendo a actualização de pensões e reformas, a gratuitidade da assistência médica e dos medicamentos, rendas bonificadas, desconto de 50% nos transportes, a melhoria e aumento das salas para centros de convívio e outras medidas que lhes assegurem a vida digna e tranquila a que têm direito;

● dos **deficientes,** defendendo a sua reabilitação e integração social e profissional, o apoio às instituições não lucrativas de educação e recuperação, a concretização e alargamento do ensino especial, a melhoria das pensões e subsídios, descontos nos transportes, a eliminação das barreiras arquitectónicas;

● das **viúvas e órfãos desamparados,** defendendo o aumento das pensões de sobrevivência, a reformulação do regime da sua atribuição, e a reforma e humanização das instituições oficiais de assistência à infância desprotegida;

● dos **desalojados,** defendendo a sua integração social e profissional, a integração escolar das crianças e jovens, a rápida solução das situações degradantes que atingem numerosas famílias, o estímulo a uma dinâmica de convívio e solidariedade entre populações residentes e desalojados.

O Programa Eleitoral do PCP corresponde inteiramente aos interesses e aspirações

● dos **trabalhadores emigrados** defendendo a negociação de acordos de emigração mais favoráveis à protecção dos seus direitos e aspirações, medidas de apoio social, cultural e jurídico, nomeadamente, formação profissional, generalização do ensino de Português aos seus filhos, salvaguarda dos seus laços culturais com a Pátria.

O Programa Eleitoral do PCP é um programa de defesa da liberdade e da democracia, do 25 de Abril e das suas conquistas. É um Programa para ser realizado com a opinião, o esforço e o trabalho criador de todos os portugueses. É um Programa para encetar uma nova época na vida nacional. Para garantir o bem-estar dos portugueses, a prosperidade e independência de Portugal.

É um Programa do interesse de todos os portugueses que não querem voltar ao passado fascista e querem levar por diante as esperanças e as conquistas do glorioso 25 de Abril. É um Programa dos que lutam pela consolidação da democracia e pelo futuro socialista de Portugal.

POLÍTICA PATRIÓTICA PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL A PAZ E AMIZADE

O povo português quer decidir livremente sobre o presente e o futuro da sua Pátria, sem pressões, ameaças e ingerências estrangeiras. Quer que Portugal recupere e mantenha a independência de acção e o prestígio internacional que alcançou com o 25 de Abril e que se afirme, no plano internacional, como um factor activo de desanuviamento, paz e cooperação.

A reacção e os seus partidos procuram, no estrangeiro, os apoios que lhes faltam em Portugal. Os Estados Unidos, o Mercado Comum, o Fundo Monetário Internacional e a social-democracia europeia tentam de novo dominar a economia e orientar a política de Portugal. O separatismo actua como um instrumento do imperialismo. Os programas dos partidos da reacção apontam para a submissão pessiva às imposições do FMI, da NATO e da CEE, com graves perigos para a independência nacional.

O Programa Eleitoral do PCP defende intransigentemente a soberania popular, a unidade nacional, a integridade territorial, a independência nacional.

O Programa Eleitoral do PCP responde às aspirações dos portugueses de uma política patriótica de paz, amizade e independência.

■ **Para uma política externa de independência nacional, paz e amizade,** o PCP propõe aos eleitores um programa de acção governativa, legislativa e popular com as seguintes directrizes fundamentais:

● **Diversificação das relações externas** na base do princípio da igualdade, do respeito pela soberania nacional e pelos interesses mútuos e da não ingerência nas questões internas.

● **Consideração global das relações com outros Estados** (diplomáticas, económicas, comerciais, de cooperação científica e tecnológica, culturais, etc.).

● **Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os países capitalistas,** designadamente os da Europa ocidental e os Estados Unidos.

● **Acordos com o Mercado Comum** excluindo a integração económica ou política.

● **Negociações com a NATO** com um reexame das obrigações e compromissos portugueses, dentro da perspectiva do desanuviamento, da coexistência pacífica e da dissolução dos blocos militares e do desaparecimento de bases militares estrangeiras em território português.

● **Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os países socialistas aproveitando as imensas potencialidades até hoje bolcotadas ou desprezadas.**

● **Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe,** impedindo a utilização do território português como base para campanhas e actividades hostis a estes países e com o abandono definitivo de propósitos e objectivos neocolonialistas e de qualquer paternalismo.

● **Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os países do chamado Terceiro Mundo.**

● **Política de paz,** favorável ao desanuviamento, à redução das Forças Armadas, das armas ofensivas estratégicas e do armamento e ao cumprimento dos acordos de Helsínquia. Participação activa na ONU e suas organizações.

COMPROMISSO SOLENE DO PCP RECTIFICAÇÃO DOS ABUSOS E ILEGALIDADES

A ofensiva da reacção e dos partidos da direita contra o regime democrático ficou assinalada – principalmente com o governo Mota Pinto/PPD/CDS – por gravíssimos abusos, arbitrariedades, prepotências, ilegalidades, violações de direitos e liberdades dos cidadãos.

O governo Mota Pinto/PPD/CDS foi derrubado pela acção das massas populares e das forças democráticas, mas mantêm-se muitas das decisões e medidas ilegais, anticonstitucionais e arbitrárias que tomou.

A rectificação e reparação de todos os abusos e ilegalidades cometidas é imperioso dever de qualquer governo democrático.

O PCP toma o compromisso solene de actuar nesse sentido, na próxima Assembleia da República e junto de todos os órgãos do poder.

Para garantia da legalidade, da ordem democrática e da justiça, o PCP defende a rectificação de decisões inconstitucionais, ilegais e arbitrárias dos últimos governos, nomeadamente:

● **Readmissão** nas suas funções, se assim o desejarem, **dos trabalhadores ilegalmente demitidos ou despedidos,** com as respectivas indemnizações.

● **Restituição as UCPs e Cooperativas das terras, gados, máquinas e instalações que legitimamente lhes pertencem e que lhes foram ilegalmente retiradas, quase sempre pela violência.**

● **Revisão das desintervenções arbitrárias e ilegais e solução justa para cada caso conforme com os interesses dos trabalhadores e da economia nacional.**

● **Rectificação das decisões inconstitucionais e ilegais que violaram o princípio da irreversibilidade das nacionalizações** (incluindo de participações maioritárias e minoritárias do Estado) reavendo para o Estado os bens que tenham sido ilegalmente entregues a entidades privadas.

● **Reexame dos casos de extorsões, subornos e despejos ilegais de rendeiros** pelos senhorios ricos e reposição das situações ilegalmente alteradas com as respectivas indemnizações.

● **Revogação de todas as medidas ofensivas de independência ou pluralismo** e do funcionamento democrático **dos órgãos de comunicação social do Estado.**

democrática que ponha fim à política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e crie um clima de trabalho, de paz, tranquilidade e segurança.

Um governo democrático terá de significar uma política de estabilidade e de recuperação económica, conforme com a situação e as condições reais criadas pela Revolução de Abril e motivadora do grande esforço nacional necessário à superação da crise económica e à melhoria radical do nível de vida do povo português.

Um governo democrático terá de ter o apoio dos trabalhadores e a participação dos comunistas para impor uma viragem democrática, dinamismo, fiabilidade aos ideais democráticos e respeito pelas aspirações populares. Um tal governo só pode ser um governo democrático, formado na base da maioria democrática efectiva (designadamente do PCP e do PS) a alcançar nas próximas eleições.

GOVERNO DEMOCRÁTICO ESTABILIDADE ESFORÇO NACIONAL

O Programa Eleitoral do PCP é um programa de consolidação do regime democrático, defender as liberdades e alargamento da intervenção popular na vida política nacional.

O Programa Eleitoral do PCP responde às aspirações de paz, segurança e estabilidade dos portugueses.

■ **Para defesa das liberdades e consolidação da democracia política,** o PCP propõe aos eleitores um programa de acção governativa, legislativa e popular com as seguintes directrizes fundamentais:

● **reorganização e democratização do aparelho de Estado** e dos seus serviços de forma a que sirvam fiel e eficazmente o regime democrático, designadamente na administração da justiça, nas Forças Armadas, na polícia, no aparelho diplomático, na administração pública. Combate ao burocratismo, à corrupção, ao nepotismo, ao compadrio e à monopolização e manipulação do aparelho de Estado e dos cargos públicos por clientelas partidárias. Reintegração de democratas demitidos por motivos político, afastamento de fascistas de pontos-chave.

● **defesa da ordem democrática e da tranquilidade pública** com garantia efectiva do exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos em todo o território nacional. Rigorosa investigação das actividades terroristas com julgamento e punição dos seus responsáveis, de todos quantos atentem contra as liberdades e a vida democrática do país. Aplicação da lei que proíbe as organizações fascistas, as suas actividades e propaganda. Colocação ao serviço dos ideais de Abril e da democracia dos meios de comunicação social do Estado, impedindo a sua utilização para propaganda de actuações inconstitucionais.

● **consolidação das liberdades,** com declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade das restrições às liberdades através de medidas regulamentadoras ou administrativas. Efectivo pluralismo e independência dos órgãos de comunicação social estatizados em relação ao poder político. Elaboração de legislação antimonopolista para salvaguarda efectiva da liberdade de imprensa.

● **funcionamento regular do regime e das instituições democráticas,** nos termos constitucionais.

● **reforço do poder local** com a plena concretização dos princípios de descentralização administrativa e autonomia financeira das autarquias e a efectiva aplicação da legislação que as consagra.

COM AS CONQUISTAS DE ABRIL RECUPERAÇÃO ECONÓMICA E PROGRESSO DE PORTUGAL

O povo português quer ver os recursos, energias e riquezas nacionais colocadas ao serviço do progresso de Portugal. Quer defender as conquistas de Abril, que permitam colocar a economia nacional ao serviço de todos os portugueses. Quer o desenvolvimento da produção para assegurar a recuperação económica, satisfazer as necessidades do país e melhorar as condições de vida.

A reacção e os partidos da direita têm defendido, apoiado e aplicado uma política económica visando, não a recuperação económica do país, mas a reconquista de fábricas, empresas, terras, bancos e capitais, e posições de domínio pelos grandes capitalistas e agrários expropriados pela revolução democrática. Medidas como o congelamento de salários, os aumentos de preços e impostos e a elevação das taxas de juro, as restrições ao crédito e dos consumos, a estagnação da produção, a desvalorização do escudo, em vez da anunciada recuperação económica, aprofundaram a crise, agravaram as condições de vida do povo, aumentaram a dependência de Portugal em relação ao estrangeiro. O programa de política económica dos partidos da direita assenta na exploração desenfreada dos trabalhadores, nos despedimentos e no desemprego, na degradação do nível de vida dos trabalhadores e das classes médias, na ruína dos pequenos e médios produtores, na submissão às exigências dos capitalistas estrangeiros do FMI e da CEE.

O Programa Eleitoral do PCP é um programa que, no plano económico, se baseia na mobilização geral dos recursos e energias produtivas do país, na confiança, na capacidade criadora dos trabalhadores portugueses, no aumento da produção, na melhoria das estruturas produtivas, no apoio ao sector nacionalizado, à Reforma Agrária, às cooperativas, às pequenas e médias empresas privadas, para que todos estes sectores da economia nacional possam dar a máxima contribuição ao seu alcance para aumentar a riqueza do país e o bem-estar dos portugueses.

O Programa Eleitoral do PCP tem como base as novas realidades da economia portuguesa designadamente as nacionalizações a Reforma Agrária e o controlo de gestão, é um programa de confiança nas potencialidades nacionais e de mobilização do trabalho criador e vontade de progresso dos portugueses.

■ **Para o desenvolvimento de uma política de recuperação e progresso económico de Portugal,** o PCP propõe aos eleitores um programa de acção governativa, legislativa e popular com as seguintes directrizes fundamentais:

■ **Política financeira:**

● **política orçamental,** visando a redução do défice e orientada pela adequação da poupança pública aos objectivos de redução dos défices externos e dinamização da economia, aproveitando e apoiando as diferentes formações económicas, satisfazer as necessidades do país e melhorar as condições de vida.

● **política fiscal** que faça pagar mais a quem mais pode e beneficiando os rendimentos provenientes do trabalho. Combate à evasão e fraudes fiscais.

● **política bancária e de crédito** que intervenha como instrumento de recuperação e dinamização económica. Baixa geral das taxas de juro. Taxas bonificadas e maiores facilidades de crédito para o apoio dos investimentos e actividades dos sectores e empresas com prioridade na política de desenvolvimento, e aos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes. Reestruturação da banca e dos seguros e reforço da acção fiscalizadora do Banco de Portugal. Incentivos à poupança.

● **política cambial,** visando a incentivação dos investimentos, a redução do défice da balança comercial. Defesa do valor do escudo como medida de combate à inflação e sem prejuízo dos objectivos de desenvolvimento. Controlo dos movimentos de capitais. Combate à prática de subfacturação e sobrefacturação.

■ **Política agrária:**

● **Apoio à Reforma Agrária na Zona de intervenção.** Cessação imediata da atribuição arbitrária e ilegal das reservas. Restituição às UCPs e Cooperativas de terras, máquinas, gados, instalações que lhes foram ilegalmente arrancadas e indemnização pelos prejuízos causados. Garantia de autonomia e da viabilidade das UCPs e Cooperativas. Expropriação e entrega aos trabalhadores e pequenos agricultores das centenas de milhares de hectares das terras expropriáveis. Constituição de unidades agrícolas estatais nas sociedades agrícolas nacionalizadas, com a participação activa e controlo dos trabalhadores. Crédito Agrícola de Emergência. Conversão em crédito a longo e médio prazo do CAE utilizado em investimentos fixos e máquinas. Revogação da Lei Barreto, das Leis da Coriga e das limitações arbitrárias da exploração florestal.

● **Revisão da Lei do Arrendamento Rural,** de forma a garantir a estabilidade e os legítimos interesses dos rendeiros. Assegurar a participação dos rendeiros, através das suas organizações representativas, no julgamento das questões do arrendamento. Créditos para o exercício do direito de preferência pelos rendeiros. Fixação anual da tabela de rendas máximas. **Aplicação efectiva e geral da Lei dos Baldios.** Apoio técnico e financeiro à sua exploração.

● **Reforma Agrária nas regiões fora da Zona de intervenção,** com rigoroso respeito pela propriedade da terra dos pequenos e médios agricultores e expropriação das muito grandes propriedades de acordo com as características da região. Entrega aos pequenos agricultores (proprietários e rendeiros) e assalariados ou operários agrícolas das terras expropriadas. Apoio técnico e financeiro às formas associativas de exploração agro-pecuária.

● **Apoio aos pequenos e médios agricultores** (proprietários, rendeiros e seareiros). Informação para os agricultores e sua valorização profissional. Créditos para investimentos. Integração no regime geral de Previdência. Alargamento das isenções fiscais para os pequenos e médios agricultores. Incentivos ao associativismo agrícola e apoio técnico e financeiro para a criação ou reforço das cooperativas

Semana

7 Quarta-feira

1917 – Grande Revolução Socialista de Outubro. Segundo o calendário então em vigor na Rússia, o acontecimento deu-se a 25 de Outubro.

José Eduardo dos Santos

O "ayatollah" Khomeiny afirma que não receberá os emissários enviados a Teerão pelo presidente norte-americano James Carter para negociarem a libertação dos reféns que permanecem sequestrados na embaixada dos EUA na capital iraniana ■ O bispo auxiliar de La Paz, monsenhor Genaro Prata, anuncia estar para breve a solução da crise boliviana, com a formação de um triunvirato cívico-militar ■ O governo brasileiro ameaça "intervir" novamente nos sindicatos, como forma de pressão para tentar desmobilizar a greve dos 400 000 metalúrgicos da cintura industrial de S. Paulo, que se encontram paralisados há dez dias ■ José Eduardo dos Santos, presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, assina sete decretos sobre algumas remodelações no aparelho governamental ■ É celebrado com um desfile militar na Praça Vermelha de Moscovo, o 62.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro ■ As autoridades revolucionárias nicaraguenses revelam que mais de 50% da terra cultivável do país se encontra já nas mãos de quem a trabalha, devido à Reforma Agrária.

8 Quinta-feira

1938 – Começa na Alemanha nazi a "Noite de Cristal": Hitler ordena o início da perseguição e chacina de todos os judeus, sinistra operação que só terminaria em 1945, com a queda do nazi-fascismo.

O governo dos EUA revela que foi dada autorização a um emissário do presidente Carter para se avistar com dirigentes da Organização da Libertação da Palestina (OLP), se tal contribuir para obter a liberdade dos reféns norte-americanos em Teerão ■ Os bispos brasileiros de S. Paulo emitem um enérgico protesto condenando a repressão contra os metalúrgicos em greve, nomeadamente a invasão da igreja do Socorro, em S. Paulo, pelas forças de choque da Polícia Militar, para expulsar do local 350 metalúrgicos ■ Em debate iniciado ontem, os dois principais partidos políticos holandeses criticam a proposta para a instalação de armas nucleares tácticas aperfeiçoadas na Europa Ocidental ■ O coronel Natusch anuncia o restabelecimento das liberdades democráticas na Bolívia e a Central Operária Boliviana (COB) levanta a greve geral no país ■ Vinte "objectores de consciência", incluindo quinze desertores do Exército, ocupam a embaixada da Bélgica em Paris e pedem asilo político ■ O ministro da Defesa holandês afirma que o seu país proporá um adiamento indefinido na instalação de novas armas nucleares na Europa Ocidental, quando os ministros dos NE e de Defesa da NATO se encontrarem em Bruxelas, no próximo mês.

9 Sexta-feira

1799 – Golpe de Estado de 18 Brumário, que leva Napoleão Bonaparte ao poder; é o fim da Revolução Francesa.

A violência na Turquia

Em dois atentados separados, homens armados não identificados assassinam, em Istambul, na Turquia, um líder sindical e o director da Faculdade de Medicina ■ A Federação Internacional dos Direitos Humanos denuncia o massacre de 215 jovens, de idades entre os 17 e 21 anos, por soldados governamentais do Zaire, a leste do país ■ O governo norte-coreano pede que o diálogo entre as duas Coreias seja retomado, num esforço para reunificar a península ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas reúne-se à porta fechada para debater a questão dos reféns norte-americanos que permanecem sequestrados na embaixada dos EUA em Teerão ■ O presidente constitucional boliviano, Walter Guevara Arce, anuncia que não se demitirá do seu cargo para dar lugar a uma Junta como a proposta pelo coronel Natusch ■ No Chile 4700 operários da siderurgia de Hachipato, em Talcahuano, a 550 km da capital chilena, paralisam as suas actividades exigindo aumentos salariais, no que constitui o mais importante movimento grevista no país durante a ditadura fascista ■ O sistema norte-americano de alerta antecipado assinala um ataque de mísseis contra o país, provocando a descolagem de dez "caças" interceptores antes que o Pentágono apurasse que se tratava de um falso alarme.

10 Sábado

1759 – Nasce o escritor, poeta e dramaturgo alemão Frederico Schiller.

O Congresso da Bolívia, declarando que rejeita o governo golpista instalado no país, convida as Forças Armadas a deporem o coronel Natusch, que encabeçou o golpe ■ O Vietnam acusa a China de ter bombardeado o seu território na passada quinta-feira, destruindo várias casas de habitação e um hospital e ferindo quatro civis ■ O embaixador angolano em Bruxelas afirma que tropas racistas sul-africanas atacaram o seu país em quatro dias sucessivos, a partir de sábado passado, tendo morrido três pessoas no último ataque, durante o bombardeamento da cidade de Ngiva ■ É anunciado que a indústria automóvel norte-americana encerrará "transitoriamente" nas próximas semanas algumas fábricas e despedirá cerca de 39 000 assalariados.

11 Domingo

1975 – Independência da República Popular de Angola.

Agressão da China ao Vietname

É raptado o deputado espanhol Javier Ruperez, secretário para as relações internacionais do partido governamental UCD (União do Centro Democrático), tendo o rapto sido reivindicado pela organização separatista basca ETA (político-militar) ■ Meio milhão de pessoas são evacuadas da povoação canadiana de Mississuaga, próximo de Toronto, devido à explosão de vagões-cisterna que transportavam gases altamente tóxicos ■ O presidente angolano José Eduardo dos Santos, denunciando em Luanda, durante o discurso proferido no quarto aniversário da independência do país, a contra-revolução organizada no exterior, afirma que Angola deve conceder grande importância aos problemas de segurança interna e defesa da sua integridade territorial ■ O Vietnam acusa os dirigentes de Pequim de intensificarem as agressões armadas ao longo da fronteira comum, com bombardeamentos de artilharia e ataques de infantaria contra a província de Hoang Lien Son, no norte do país ■ As tropas sionistas que ocupam a margem ocidental do rio Jordão prendem o presidente do município de Nablus, Bassan Shaka, na sequência de uma campanha para o afastar do cargo ■ O ministério dos NE da República Democrática Alemã denuncia um grave acto de provocação cometido na fronteira com a RFA por indivíduos provenientes deste país, que colocaram uma carga explosiva em instalações e equipamentos na região fronteira de Geisa, na Turingia, a sul da RDA.

12 Segunda-feira

1927 – Termina em Moscovo o Congresso Mundial dos Amigos da URSS.

A ETA anuncia a sua disposição de libertar o dirigente da UCD, Javier Ruperez, em troca da amnistia dos militantes separatistas bascos que se encontram presos ■ Os advogados das famílias de 600 desaparecidos na Argentina rotulam de inconstitucional a lei que autoriza o governo militar a declarar legalmente mortos as pessoas desaparecidas, um ano após o seu desaparecimento ■ Yasser Arafat chega a Moscovo à frente de uma delegação da Organização de Libertação da Palestina.

13 Terça-feira

1868 – Morre Giocchino Rossini, maestro e compositor italiano, autor de óperas célebres com "Guilherme Tell" e o "Barbeiro de Sevilha".

Explode uma bomba israelita, que se encontrava enterrada no pátio de recreio de uma escola de um campo de refugiados palestinianos no sul do Líbano, matando três crianças e ferindo várias outras ■ O presidente Kaunda, da Zâmbia, revela em Roma que o seu país apenas possui reservas alimentares até Abril do próximo ano, devido às incursões dos racistas rodesianos ao seu país.

A ocupação da embaixada norte-americana e as contradições que se vivem no Irão

Os aspectos contraditórios do processo iraniano — como contraditório é o próprio carácter do islamismo, que tem funcionado, em certos momentos, como factor unificador das amplas massas iranianas — concretizam-se, neste momento, na ocupação da embaixada americana em Teerão (acto inequivocamente ilegal à face de todas as normas internacionais e perigoso como antecedente), que surge entretanto a enformar uma reivindicação legítima — a extradição, para posterior julgamento, do Xá, actualmente hospitalizado em Washington —, e acompanhado de poderosas manifestações populares contra o imperialismo norte-americano, a exploração do povo e das riquezas iranianas pelos grandes monopólios com sede em Washington.

O processo desencadeado com a ocupação da embaixada norte-americana por um grupo de estudantes islâmicos (naturalmente não por iniciativa própria, ou pelo menos com o claro e total apoio dos órgãos de poder no Irão), está a ter fundas repercussões tanto a nível nacional como internacional.

No Irão, precipitou a demissão do governo de Bazargan — demissão que já muitas vezes tinha surgido na cena política iraniana como um facto iminente —, com consequências contraditórias. Se o governo de Bazargan tem funcionado como um elemento conservador, que sempre constituiria freio a qualquer processo revolucionário, a sua queda abre caminho à consolidação do poder absoluto de Khomeini e de um grupo restrito de dignitários islâmicos que, com o seu actual governo, dispõem, no fundamental, da totalidade do poder no país.

Os actuais acontecimentos acentuaram, simultaneamente, nas manifestações de massas, o cunho anti-imperialista do processo iraniano — que se tem manifestado como uma constante dos sentimentos do povo iraniano na luta pela sua libertação.

Entretanto, e significativamente, uma das últimas medidas do Gabinete de Bazargan — nitidamente ainda destinadas a evitar a queda já iminente — foi o cancelamento de um tratado com os Estados Unidos, firmado há vinte anos, e que permitia a presença de tropas americanas em solo iraniano, simultaneamente, foram anuladas cláusulas de um tratado com a União Soviética, de 1921.

A nível internacional, a ocupação da embaixada dos Estados Unidos, funcionou, em linhas gerais, como um factor de isolamento do governo de Teerão. Nenhum país, nenhuma força política significativa aparece a defender este tipo de actuação embora as forças progressistas, naturalmente, defendam o legítimo direito do povo iraniano de julgar os crimes do Xá e de se defender contra a ingerência e a prática provocatória do imperialismo. O Conselho de Segurança da ONU condenou a ocupação por unanimidade. Em várias partes do mundo e organismos internacionais se registam ofertas para tentar ultrapassar o impasse. Nos Estados Unidos, onde, entretanto, se verificam algumas manifestações denunciando os crimes do Xá, os factos estão a ser utilizados par desencadear um movimento anti-iraniano.

Os actuais acontecimentos no Irão — significativos embora das fundas raízes anti-imperialistas no processo de massas iraniano, da sua consciência de que o grande inimigo, o esteio fundamental da sangrenta ditadura derrubada, continua bem vivo em Washington e actuante também no interior do Irão — envolvem os perigos inerentes a um processo em que o peso do factor religioso, como elemento aglutinador de grandes massas a que o quadro sociopolítico nacional não permitiu ainda uma real consciencialização, pode funcionar, e por vezes funciona, como elemento de consciente manipulação.

Não é por acaso que a revista norte-americana "Fortune" recomenda que os EUA não considerem "a ressurreição do Islão como um fenómeno obrigatoriamente hostil ao Ocidente e a que se deve resistir automaticamente". Não foi por acaso — e atestando do perigo que existe, também no Irão, de elementos reaccionários do movimento islâmico o utilizarem em seu proveito — que se assistiu ainda há pouco a provocações contra as forças progressistas e a uma verdadeira ofensiva contra as organizações de esquerda, nomeadamente contra o Partido Tudeh.

Entretanto, a luta persistente dos trabalhadores iranianos pelos seus direitos, a forte consciência anti-imperialista manifestada pelas mais amplas massas populares, confirmam que a chama revolucionária continua viva no Irão — pois foi por uma nova vida que muitos milhares de iranianos se sacrificaram na dura batalha contra o Xá.

Um claro espírito anti-imperialista domina as manifestações de massas iranianas

Porquê o receio da direita boliviana?

A situação política que hoje se vive na Bolívia é um claro exemplo – porque se trata de um golpe reaccionário em recuo escassos dias após ter deflagrado – de que se torna cada vez mais difícil intentar «soluções» contra a vontade dos povos, um exemplo de como vão difíceis os tempos para os interesses do capital internacional. Uma situação só possível quando se vive um momento de ascenso do movimento revolucionário de massas no continente, quando também no Brasil a ditadura recua, na Nicarágua se consolida uma situação revolucionária, e no próprio Chile se impõem greves e manifestações de rua. Quando a força do movimento operário surge de forma tão determinante que não pode ser ignorada, não só pelos vários sectores da burguesia hoje na oposição, como pelos próprios golpistas. Quando a nível internacional se torna impraticável qualquer apoio aberto a uma tentativa ditatorial.

O golpe perpetrado por forças da direita boliviana encabeçadas pelo coronel Natusch, apesar do rápido recuo que lhe foi imposto, não se caracterizou propriamente pela «brandura». Violentos recontros das tropas com manifestantes, prolongando-se ao longo de vários dias, fizeram muitas centenas de mortes, de feridos, cujo número é ainda impossível de avaliar. Como denuncia um comunicado emitido pelas Igrejas Católica e Metodista de La Paz, os primeiros dias do actual governo no poder «caracterizaram-se pelo massacre de cidadãos inocentes e desarmados». Foram as permanentes manifestações populares de rua, a greve geral decretada pela COB e massivamente seguida, o isolamento por parte do mais amplo leque de sectores políticos, o total isolamento internacional, que determinaram um rápido recuo. Actualmente a censura foi levantada, o Congresso reaberto, libertos os presos. Estão prometidas eleições para Maio. Entretanto Natusch agarra-se ainda ao poder. Propõe a sua partilha mantendo entretanto a direcção. Recua, sacrifica alguma coisa, fala de democracia, mas tentando sempre manter entre mãos posições determinantes no poder.

MAS as «soluções» políticas entretanto ensaiadas pelo coronel golpista esbarram com a recusa generalizada da oposição em aceitar a sua continuidade num cargo em que se tentou impor pela força. A Central Operária Boliviana (COB) desconvocou a greve geral, propõe-se contribuir para uma saída para a crise política, recusando claramente qualquer paródia de partilha de poder. Guevara não se demite, e o Congresso recusa também a partilha de poder com Natusch. Significativamente, o alto comando militar, da Bolívia aceita participar em conversações com representantes da COB e do Congresso. Libertos da censura, os órgãos de informação dirigem um ataque e uma denúncia cerrada contra os golpistas. O governo de Natusch carece, aos olhos de todos, de qualquer legitimidade. Até mesmo da «legitimidade» da força.

O Kampuchea na mira da reacção internacional

Debatem-se actualmente na ONU problemas ligados ao Kampuchea. Da sua actual realidade política. Das dificuldades que enfrenta. Há quem ponha também em causa uma representação que não deveria dar lugar a dúvidas. Como o ministro das Relações Exteriores da República Popular do Kampuchea referiu em conferência de imprensa realizada em Havana no decurso da Sexta Cimeira dos Não-Alinhados: «Nem Sihanouk, nem a China, nem os Estados Unidos poderão impedir que a situação se consolide. O povo do Kampuchea apoia decididamente o governo popular. Ninguém tem justificação nenhuma para decidir em nome de um povo sobre quem deve representá-lo ou não». E no entanto, a imprensa burguesa, os seus órgãos de propaganda, martelam dia a dia os problemas do Kampuchea, como se de uma questão em aberto – a solucionar fora das fronteiras do país – se tratasse.

Os argumentos somam-se e recorre-se a tudo o que parece susceptível de impressionar a opinião pública mundial: «imposição externa» do novo regime, «agressão armada» por parte do Vietnam e, sobretudo, razões muito «humanistas»: a grande vontade de ajudar a resolver a questão da fome... Recorre-se mesmo, sem escrúpulos, a falsas afirmações, como a de que todas as crianças estariam já condenadas à morte por essa fome, devida (imagine-se!) à recusa das autoridades do Kampuchea em receber auxílio externo. E invoca-se a autoridade da UNESCO, por exemplo, enfrentando é verdade o desmentido desta organização internacional. Mas, entretanto, alguma coisa fica da calúnia.

Qual é, de facto, a actual situação no Kampuchea? Existe hoje um real problema Kampuchea? Como é que o «humanismo» pode encobrir a ingerência?

O peso de uma terrível herança

A República Popular do Kampuchea parte de uma tremenda realidade, de que alguns elementos – apenas alguns – são minimamente conhecidos: numa população de 7 milhões de habitantes, 3 milhões de assassinatos, reflectindo-se nos 4 milhões de sobreviventes as sequelas físicas e psíquicas do regime imposto por Pol Pot-Ieng Sary, a economia nacional arruinada, a cultura destruída.

Hoje fala-se de fome – aliás de forma exagerada –, como destacou o delegado vietnamita à Sexta Conferência em Havana, que afirmou atingir a fome, fundamentalmente, as populações em fuga das zonas ocupadas pelas forças de Pol Pot – mas ignora-se que a economia nacional foi completamente destruída, a indústria ou foi desmantelada ou passou a funcionar a ritmos extremamente lentos, «depurada» do operariado e dos quadros técnicos, numerosas terras foram abandonadas, a pesca passou de 100 000 a 140 000 toneladas para 20-30 000 toneladas de pescado. Ignora-se que uma população obrigada a trabalhar nos campos de 12 a 16 horas por dia tinha como base diária de alimentação o arroz que cabe numa lata de leite condensado para cada 10 pessoas. Ignora-se que, da população de Phnom Penh, capital do Kampuchea, obrigada a um êxodo forçado, entre os 42% que não voltaram porque foram entretanto mortos, 11% morreram de fome ou de doenças.

E tudo isto se passou numa altura em que parecia não existir nenhum «problema Kampuchea», em que as actuais preocupações «humanistas» andavam bem longe de Washington, Londres ou Paris, em que o povo do Kampuchea só aparecia nas páginas da imprensa burguesa para ser apresentado como um «exemplo» dos «crimes» do «socialismo».

Uma nova realidade

Hoje, graças aos esforços conjugados do povo do Kampuchea, dos países socialistas e, em particular, do Vietnam, muitas das sequelas desta tremenda herança foram no essencial superadas. Lançam-se as bases de uma nova vida, apesar das muitas dificuldades que subsistem. No seu 2.º Congresso, a Frente Unida Nacional para a Salvação do Kampuchea (FUNSK) deu um primeiro balanço da acção para o renascimento nacional. Um primeiro elemento significativo: de todas as províncias, de todas as camadas sociais, foram a este Congresso mais de 500 delegados. Heng Samrin, presidente do CC da FUNSK e chefe do governo do Kampuchea sublinhou então os êxitos alcançados desde a vitória de Janeiro de 1979. O novo poder tem os seus órgãos em todo o país. Orientam-se grandes esforços para o relançamento da economia. As empresas industriais recomeçaram a trabalhar e foi retomado o tráfego por estrada e por caminho-de-ferro. Foram reabertos o aeroporto e o porto fluvial de Phnom Penh, assim como o porto marítimo de Kompong Som. O arroz voltou a ser cultivado sobre uma área abandonada de 400 000 ha e outras culturas em 80 000 ha.

São apenas os primeiros passos. Mas passos que atestam da alteração radical da vida, hoje em função das necessidades e da vontade do povo do Kampuchea.

Entretanto, enquanto os países capitalistas pretendem pôr em cheque o actual regime, invocando o problema da fome, de facto herdado do regime derrubado, o auxílio real dos países socialistas tem ajudado o povo do Kampuchea a superar a difícil situação actual. Como destacou o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular do Kampuchea, o seu governo recebeu da parte da União Soviética, do Vietnam e de outros países socialistas, 200 000 toneladas de víveres, medicamentos e outros artigos de primeira necessidade e 2 000 toneladas de diversas organizações dos países ocidentais.

«Humanismo» ou ingerência?

Onde está então o «humanismo» e onde começa a ingerência? Porque de facto é de ingerência que se trata, apesar de o imperialismo tentar virar tal acusação contra o Vietnam.

Como destacou Fidel Castro na Sexta Cimeira em Havana, «faz-se cavalo de batalha do facto de o Vietnam ter enviado combatentes para lutar lado a lado com os revolucionários do Kampuchea. Por que não se diz que a clique sanguinária que se apoderou do poder, de cumplicidade com a China e o imperialismo, foi a primeira a provocar e a agredir o Vietnam, e que há provas documentais irrefutáveis de massacres massivos de homens, mulheres, velhos e crianças vietnamitas?»

Hoje, os mesmos que de facto apoiaram e abriram caminho a Pol Pot, continuam a apoiar as forças contra-revolucionárias que actuam a partir da Tailândia. Armas e munições chegam a tais forças por mar e pela Tailândia. O que se pretende é criar uma via «legal» de abastecimento destas forças reaccionárias. Tenta-se assim aproveitar a penúria de alimentos em algumas regiões do Kampuchea para instalar perto da fronteira, na Tailândia, bases de apoio aos contrarevolucionários, fácil fornecimento de alimentos e medicamentos, para que possam prosseguir a sua acção provocatória contra o povo do Kampuchea.

Este tipo de campanha desencadeada em torno do Kampuchea atesta, por um lado, da impossibilidade de o imperialismo, actualmente, fazer face de uma forma frontal à vontade de liberdade de um povo. Atesta simultaneamente da infinidade de pretextos a que deita mão, de recursos a que ainda se pode ater para fazer valer, mesmo que de forma parcelar, a sua política.

Jovens de Phnom Penh frente ao primeiro cinema reaberto. Um exemplo da nova vida que se vai construindo no Kampuchea

Kampuchea: um país no centro das manobras do imperialismo, mas o povo confia e luta por um futuro mais feliz

A luta pela paz foi tema central no aniversário da Revolução de Outubro

No 62.º aniversário da Grande Revolução de Outubro, o problema da paz – problema central, porque vital, da nossa época – foi a questão mais destacada nas intervenções fundamentais dos dirigentes soviéticos, em particular no relatório apresentado por Andrei Kirilenko, da Comissão Política do PCUS, na intervenção do ministro da Defesa, Dmitri Ustinov, na Praça Vermelha, e posteriormente em entrevista de Leonid Brejnev ao jornal «Pradva».

De todas as vezes que a questão central da paz foi levantada pelos dirigentes soviéticos em mais este aniversário da Revolução de Outubro, apresentou-se sob uma dupla perspectiva: a política de paz da URSS e da comunidade socialista, política que hoje conta com um apoio internacional de massas cada vez mais acentuado, e neste momento se traduz numa verdadeira ofensiva da paz; a declarada política de corrida aos armamentos, de ataques persistentes e constantes ao desanuviamento, perseguida pelo imperialismo e pela NATO, a coberto da mentira propagandística da «ameaça soviética», da «superioridade militar» soviética.

É isto, em termos políticos – e no que respeita à questão da paz – o panorama actual. Um panorama que, pelo poder, pela força crescente dos sectores que se batem pela paz, nos dá razões de optimismo e confiança. Mas que está também – e hoje particularmente – prenhe das ameaças do que de imprevisível nos pode trazer a escalada na corrida aos armamentos, claramente promovida pela NATO.

Os números da situação actual

A questão do desarmamento como componente base de uma política de desanuviamento surge com crescente acuidade. **Diariamente** gastam-se no mundo, com **despesas militares**, mais de um milhão de dólares. Mais de 25 milhões de pessoas trazem, em tempo de paz, o uniforme militar. Um número ainda mais considerável participa directa ou indirectamente na produção militar. Gastos e dispêndios de energia não só completamente improdutivos – e como tal com os seus reflexos negativos na economia mundial –, como particularmente perigosos, na medida em que põem em causa a própria existência da humanidade.

Estes números não são estáticos. Na verdade inserem-se numa dinâmica particularmente ameaçadora.

Os Estados Unidos e outros países da NATO têm um peso fundamental nestas despesas improdutivas. De 1949 a 1977 foi gasta pela NATO a soma astronómica de mais de 2,4 biliões de dólares. Estas despesas crescem anualmente. Em 1978 o Pentágono contou com uma verba de 116,7 milhões de dólares; no ano em curso esta verba é de cerca de 130 milhões e em 1980 o orçamento militar dos Estados Unidos ultrapassará os 138 milhões de dólares. Crescimento idêntico das despesas militares se regista nos outros países membros da NATO.

De onde vem a ameaça?

Esta política de crescente militarização é cuidadosamente «justificada» – porque no actual momento histórico é impossível defendê-la abertamente – com o mito da «ameaça soviética».

Que nos dizem ainda a este respeito os números?

Na sua história de 62 anos a União Soviética nunca atacou nem ameaçou com a força nenhum outro povo. Pelo contrário, todas as iniciativas determinantes para o desarmamento e para a coexistência pacífica partiram da URSS e da comunidade socialista. Estes esforços, particularmente intensificados nos últimos 15 anos, traduzem-se, nomeadamente, na conclusão de cerca de 30 tratados e acordos multilaterais e bilaterais, actualmente em vigor. Só desde 1945 a União Soviética apresentou mais de cem propostas tendo como objectivo a paz e o desarmamento, Nos anos 70 a URSS assumiu iniciativas tão importantes como a proposta de convocar a Conferência Mundial do Desarmamento, a redução dos orçamentos militares, a proibição dos ensaios de armas nucleares, a proibição de qualquer novo tipo de arma de exterminação massiva, o início das negociações sobre armamento nuclear.

Em relação ao mundo capitalista, o quadro é substancialmente diferente. Desde 1945 os Estados Unidos ameaçaram ou utilizaram a força militar 215 vezes. Em 33 ocasiões os EUA ameaçaram com o emprego de armas nucleares, duas vezes contra a União Soviética. Em 121 casos foram outros países imperialistas os agressores.

Actualmente, os gastos com armamentos são de 93 dólares *per capita* na União Soviética e de 391 dólares *per capita* nos Estados Unidos. Depois de Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e os outros países da NATO gastaram, em armamento, o dobro do que foi gasto pelos países do Tratado de Varsóvia.

Por outro lado, e para que fique bem claro quem ganha com a corrida aos armamentos, quem ganha com a promoção de focos de tensão, com a política de «equilíbrio pelo terror», é bom não ignorar que os grandes monopólios de armamento dos países capitalistas ganham de duas a três vezes mais no negócio de armas do que com a produção de artigos para consumo civil.

Contra a política de guerra da NATO a política de paz da URSS

Como foi denunciado pelo ministro da Defesa soviético Ustinov, na Praça Vermelha, em Moscovo, «forças militaristas do imperialismo e outras opõem-se ao desanuviamento e ao desarmamento. Esforçam-se por suprimir os movimentos de libertação nacional dos povos, ingerem-se nas questões internas dos outros países». As mesmas forças que recusam na prática as novas propostas de paz soviéticas, enunciadas por Leonid Brejnev em Berlim, preparam a instalação nos países da Europa Ocidental de novos tipos de armas nucleares.

Uma política sem saída, mas profundamente perigosa, que esbarra com poderoso obstáculo que é a política de paz da URSS e da comunidade socialista, a sua crescente capacidade económica, o seu poder de defesa, a ampla base social do movimento que une todos os povos pela paz.

Provocações nos Açores mostram que liberdades haveria em todo o país se a direita ganhasse as eleições

O separatismo é um instrumento das forças reaccionárias, do PPD e do CDS, das forças que formam e comandam o Governo Regional para calar a voz dos autênticos democratas e patriotas, para tapar a boca aos partidos e forças políticas que se opõem ao PPD e à política desastrosa do Governo Regional – afirmou Carlos Brito na sessão que teve lugar no ginásio do liceu da Horta, onde a FLA não se sentiu com coragem para impedir que duas centenes de pessoas participassem e interviessem activamente, colocando perguntas sobre variadas questões: autonomia regional, os grandes temas da política nacional e o programa do Partido Comunista.

O separatismo – acentuou ainda aquele dirigente do PCP – **não traduz nenhum sentimento nacional que ninguém poderá descobrir no coração do povo dos Açores. E é por isso que são boicotadas as sessões de dirigentes de partidos nacionais quando esses partidos são progressistas, mas não são boicotadas as sessões de dirigentes nacionais de partidos reaccionários aliados e coniventes do PPD. Já foi boicotada alguma sessão com o Sá Carneiro, com o Freitas do Amaral, com alguns outros dirigentes do PPD e do CDS?**

O fumo e barulho não intimidam

Os separatistas da FLA bem tentaram encobrir, com granadas de fumo e gritaria, o alcance da viagem que Carlos Brito fez aos Açores. E se, em Ponta Delgada, conseguiram boicotar uma sessão, não foram capazes de prosseguir nos seus intentos. Porque, da parte do povo, não encontraram o apoio de que se gabam.

A viagem de Carlos Brito, que chegou a Ponta Delgada no passado dia 7, durante o qual teve um Encontro de Trabalho com camaradas do Partido e activistas da APU prosseguiu no dia seguinte, na Ilha Terceira, com uma visita ao Centro de Trabalho da Praia da Vitória e um encontro com camaradas, seguindo-se novo encontro e visita, desta vez ao Centro de Trabalho de Angra do Heroísmo.

Foi nessa noite a sessão no Recreio dos Artistas. Cerca de 130 pessoas preparavam-se para ouvir os camaradas quando entra na sala um grupo de 60 a 70 indivíduos que, em bloco, ocupam as últimas filas das cadeiras e começam a gritar, mesmo antes do início da sessão. Batendo com os pés, em atitude que não destoaria com aquela que por vezes tomaram os grupos do PPD e do CDS na Assembleia da República, impediram, por várias vezes, que a primeira intervenção tivesse lugar.

Que fizeram as autoridades?

Avisadas da sessão pela Organização local do Partido, as autoridades não intervieram, apesar de se manterem ao corrente do que se passava na sala e de se ter sabido mais tarde que a PSP tinha agentes à paisana dentro da sala. Estoiraram petardos e, quando Carlos Brito se preparava para tomar a palavra, foram lançadas pelos arruaceiros três granadas que produziram abundante fumarada. Os fascistas traziam as granadas dentro das camisas e não foram impedidos de fazer rebentar duas delas, enquanto que a terceira não produziu efeito.

A PSP, em vez de intervir, procurou persuadir os organizadores a sair por uma porta das traseiras e, ante a recusa destes mandou por fim evacuar a sala, onde quase toda a gente ficou até final, registando-se a indignação de muitos dos presentes. Uma senhora luso-americana dirigiu-se aos assaltantes protestando e foi agredida por estes, salvando-a a ajuda de camaradas.

Carlos Brito fez questão de afirmar que o que se estava a passar era a demonstração clara de que no arquipélago não existiam as condições mínimas para a campanha eleitoral e imputou as responsabilidades ao governo de Mota Amaral e às autoridades policiais de Angra do Heroísmo. Estas declarações foram acentuadas a alguns jornalistas estrangeiros que assistiram à sessão.

Quem são alguns dos arruaceiros

Conhece-se a identidade de alguns dos "fla's" que mais activos se mostraram no boicote à sessão: Jorge Toste, um comerciante de fazendas de Angra; João Paím, da mesma profissão; Brito Simas, funcionário da Direcção Geral de Contribuições e Impostos; Raul Pamplona, funcionário da Câmara de Angra; Pedro da Luz Brito do Rio, funcionário da Caixa de Previdência. Junto à porta, dando instruções, encontrava-se Duarte Rocha Alves, engenheiro técnico agrícola, funcionário público e conhecido ex-ANP.

Estes arruaceiros a mando da reacção pretenderiam talvez que a visita de Carlos Brito fosse um insucesso. Mas logo a seguir à provocação, o dirigente comunista participou numa reunião no Centro de Trabalho. E, no dia seguinte, depois de apresentar cumprimentos no Gabinete do Ministro da República a quem relatou os acontecimentos da véspera, prosseguiu a visita, tendo almoçado com pescadores, na Freguesia de São Mateus, num clima de confraternização e amizade.

No Faial foi depois recebido no aeroporto da Horta por largas dezenas de democratas, em manifestação de solidariedade. À noite realizou-se um encontro com todos os candidatos da APU às intercalares e autárquicas, tanto do Faial como do Pico, numa reunião em que parciparam cerca de 70 amigos.

No dia 10, como já referimos, houve sessão de esclarecimento, durante a qual o Dr. Decq Mota, cabeça de lista da APU, muito ovacionado, lembraria:

Talvez alguns estranhem que eu me encontre aqui pelo facto de aqui ter estado há três anos a apelar ao voto do PS. Eu não mudei, continuo a crer o socialismo em Portugal, mas convenci-me de que esse objectivo não será alcançado com o PS mas só poderá ser alcançado com a Aliança Povo Unido.

Depois da sessão, em que também participou com as suas canções Adriano Correia de Oliveira, Carlos Brito regressou a São Miguel onde, ainda nessa noite, efectuou nova reunião no Centro de Trabalho APU, regressando ao continente na manhã do dia seguinte.

A APU nas autarquias locais

● 54 127 candidatos

A Aliança Povo Unido apresenta às próximas eleições para as autarquias locais um total de 54 127 candidatos, concorrendo a trezentas Câmaras e duzentas e noventa e nove Assembleias Municipais. A APU apresenta listas em 63% das Assembleias de Freguesia onde se realizam eleições, abrangendo 88% do eleitorado do total das Assembleias de Freguesia.

Nos quadros que hoje publicamos é bem visível o extraordinário avanço da APU em todo o país, com particular relevância para os concelhos do Norte do país. Nunca será demais salientar que a «simples» apresentação de listas em muitos daqueles concelhos constitui já uma vitória das forças democráticas. A comparação ente os números de 1976 e 1979 fala por si...

Para melhor compreensão dos dados apresentados chamamos a atenção para o quadro n.º 1, onde na coluna «número de freguesias» são incluídas todas as freguesias de cada concelho, ou seja, contando com as que têm menos de 200 eleitores.

O número de listas APU referidas não inclui no entanto as freguesias com menos de duzentos eleitores, uma vez que o respectivo executivo só será escolhido depois de 16 de Dezembro, em plenário de cidadãos eleitores.

Quanto às Câmaras e Assembleias Municipais, num total de 305 a APU só não se candidata em cinco concelhos da Região Autónoma dos Açores (St.ª Cruz, da Graciosa; Velas, de S. Jorge; Calheta, de S. Jorge; St.ª Cruz, das Flores e Corvo) e à Assembleia Municipal de Lajes, nas Flores, embora se apresente à respectiva Câmara.

A percentagem do eleitorado abrangido pelas listas APU para os órgãos municipais (99,8%) dispensa no entanto quaisquer comentários.

Embora os elementos agora divulgados não possam ser ainda considerados como totalmente definitivos, as eventuais alterações que se venham a registar em nada modificam a certeza de que a APU é uma presença viva e actuante em todo o país.

Quadro 1

ELEIÇÕES PARA ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA
Intervenção da APU em 1976 e 1979

DISTRITO REGIÃO AUTÓNOMA	NÚMERO DE FREGUESIAS	Eleições 1976 LISTAS APU	ELEIÇÕES 1979			
			Freguesias com mais de 200 eleitores	LISTAS APRESENTADAS		
				APU	GCE(b)	TOTAL
Aveiro	198	40	194	124	5	129
Beja	90	88	89	89	-	89
Braga	511	71	479	258	5	263
Bragança	298	18	235	55	-	55
C.Branco	156	29	155	86	-	86
Coimbra	193	34	189	139	-	139
Évora	77	74	75	75	-	75
Faro	71	61	71	70	1	71
Guarda	332	18	254	68	-	68
Leiria	131	23	130	121	-	121
Lisboa	190(a)	137	190	190	-	190
Portalegre	82	74	81	81	-	81
Porto	382	187	377	375	2	377
Santarém	165	72	165	155	-	155
Setúbal	54	52	54	54	-	54
Viana Castelo	288	37	243	101	3	104
Vila Real	264	32	233	70	1	71
Viseu	366	48	320	140	5	145
Açores	141	9	135	34	2	36
Madeira	53	13	50	34	-	34
Total	**4042**	**1117**	**3719**	**2319**	**24**	**2443**

(a) Em 1976 eram 183
(b) Grupos de Cidadãos Eleitores

Quadro 2

FREGUESIAS EM QUE HÁ ELEIÇÕES EM 16 DE DEZEMBRO
(Freguesias com mais de 200 eleitores)

		Freguesias	Eleitores
N.º de Freguesias		3 719	6 727 545 eleitores
Listas	APU	2 319	5 901 029 eleitores
	GCE	24	19 179 eleitores
	Total:	2 343	5 920 218 eleitores
	% :	63,0%	88,0%

Quadro 3

Eleições para Câmaras e Assembleias Municipais

N.º de Câmaras e AM:		305	6 775 111 eleitores
Listas APU	AM:	299	6 760 841 eleitores
	CM:	300	6 762 344 eleitores
	%		99,8%

Nota da Comissão Política sobre os incidentes nos Açores

1. As provocações ontem lançadas em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada por bandos de arruaceiros separatistas contra iniciativas e instalações da APU mostram à evidência que na Região Autónoma dos Açores continua a não estar minimamente assegurado o exercício das liberdades democráticas e que, se não forem tomadas medidas urgentes para estabelecer a legalidade e a ordem democrática, a dignidade e seriedade dos próximos actos eleitorais naquela Região Autónoma se encontram gravemente comprometidas.

2. Em Angra do Heroísmo, uma sessão de esclarecimento que contava com a presença dos candidatos da APU e a participação de Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP, foi boicotada desde o seu início e continuamente durante duas horas por umas dezenas de arruaceiros, dirigidos por conhecidos separatistas, que provocaram os elementos de mesa, lançaram bombas de fumo e procuraram por todos os meios impedir que a sessão decorresse normalmente.

Em Ponta Delgada, cerca de duas dezenas de arruaceiros dirigiram-se para a sede de apoio à candidatura da APU, partiram os vidros das janelas e arrombaram a porta só não tendo consumado o assalto e saque da sede em virtude da firme resistência dos democratas que se encontravam no seu interior.

3. Estes incidentes assumem um significado político preciso: as forças reaccionárias temem o dinamismo e a acção esclarecedora da campanha da APU nas Regiões Autónomas; temem a denuncia firme e corajosa dos seus métodos antidemocráticos, da sua corrupção, da sua incompetência na governação das Regiões Autónomas; temem a força da verdade, a combatividade democrática e a atitude patriótica que marcarão a campanha eleitoral da APU. As forças reaccionárias – PPD/CDS – querem conservar o seu domínio terrorista sobre as populações, procurando amordaçar e intimidar os democratas das Regiões Autónomas.

4. O PCP protesta vigorosamente contra o comportamento assumido pelas forças policiais perante os incidentes de Angra do Heroísmo. Apesar de ter sido informada de imediato do que se estava a passar, a polícia mostrou uma total passividade e uma escandalosa complacência perante as provocações, só tendo aparecido duas horas depois do início da sessão e mesmo nessa altura, em vez de – como era seu dever – fazer frente aos arruaceiros, procurou sobretudo convencer os candidatos e elementos da mesa a sair pelas traseiras e às escondidas o que foi obviamente recusado.

A campanha eleitoral da APU prosseguirá nas Regiões Autónomas dos Açores, sem hesitações nem desfalecimentos. É às autoridades que cumpre tomar as medidas adequadas para garantir a liberdade de propaganda eleitoral, a tranquilidade e a segurança dos cidadãos.

5. A opinião pública nacional, à luz destes incidentes e provocações, pode mais uma vez compreender com clareza o que aconteceria às liberdades democráticas se Portugal viesse a ser governado pelas mesmas forças – os partidos da aliança reaccionária – que nos Açores patrocinam e comandam politicamente estas repugnantes violências contra legítimos direitos dos cidadãos e das organizações políticas.

6. A Comissão Política do CC do PCP reclama dos órgãos de soberania, da CNE e das autoridades em geral, firmes garantias e medidas para que nas Regiões Autónomas, como em qualquer outra parte do território nacional, os partidos e forças políticas possam fazer as suas campanhas eleitorais ao abrigo de provocações, agressões, ameaças e violações das liberdades democráticas.

7. Saudando os militantes comunistas e todos os democratas das Regiões Autónomas que, apesar das ameaças e provocações da reacção, se dispõem corajosamente a participar activamente nas próximas batalhas eleitorais em defesa da liberdade, o PCP renova a sua profunda confiança num significativo sucesso da intervenção eleitoral da APU nas Regiões Autónomas e na vitória democrática nas próximas eleições.

9 de Novembro de 1979

A CGTP-IN e as eleições

● Haverá pessoas que, com boa intenção, consideram que as eleições são "questões de política" e que os Sindicatos devem ficar de fora.

● É um conceito errado. Tudo o que se decide nos órgãos de poder tem consequências naquilo que é tarefa fundamental dos Sindicatos: **a defesa dos interesses dos trabalhadores**

Num Manifesto dos Trabalhadores sobre as Eleições, o Secretariado Nacional da CGTP-IN reafirma que "não pode ser indiferente para os trabalhadores a natureza de classe do poder político e das forças políticas em que esse poder se apoia". Lembrando que há "uma escolha fundamental" a fazer nos próximos actos eleitorais, a direcção da Central unitária salienta que "é necessário votarmos", pois "não é desistindo que se resolvem os problemas. É lutando. Se a CGTP-IN e os trabalhadores não tivessem lutado, a vida hoje estaria muito pior", sublinha o Secretariado acrescentando que "votar é, nestas circunstâncias, uma importante forma de luta". Mas "é preciso votarmos bem. A CGTP-IN, tendo sempre presente a necessidade de prosseguir com a defesa consequente dos interesses dos trabalhadores e de reforçar a unidade do Movimento Sindical, entende que o voto dos trabalhadores deverá recair nas listas de candidatos a deputados que mais garantias dêem de defender os seus interesses de classe, expressos no Caderno Reivindicativo e no Programa de Acção da CGTP-IN".

A extrema importância dos próximos actos eleitorais para todos os trabalhadores é a tónica geral do Manifesto. O resultado das eleições intercalares de 2 de Dezembro para a Assembleia da República "determinará a natureza e a política do Governo". Dentro dos limites constitucionais, a nova composição parlamentar saída das eleições terá poderes para aprovar, alterar e revogar legislação como a que regulamenta os despedimentos, os contratos a prazo, a contratação colectiva, a lei sindical, as rendas de casa. A importância dessa e doutra legislação é indiscutível para os trabalhadores.

É preciso derrotar a Aliança Reaccionária

Para os trabalhadores, apesar da ofensiva que agravou o seu nível de vida e que atenta contra os seus direitos, regalias e conquistas, o balanço do 25 de Abril é inegavelmente positivo. Todos o vemos e sentimos – afirma a CGTP-IN desmascarando mais uma vez, a política de direita e as suas graves consequências, que os trabalhadores suportam hoje e que não resultam do 25 de Abril, mas da política seguida pelos seus inimigos quando instalados no poder. Foi essa política que nomeadamente se traduziu em repetidos pacotes de aumentos de preços, nas leis impopulares dos despedimentos e dos contratos a prazo, no boicote à contratação colectiva, na repressão nas empresas, na lei Barreto e do arrendamento rural, na lei de delimitação dos sectores público e privado e em tantos outros apoios e estímulos à degradação permanente do nível de vida das classes trabalhadoras, às tentativas sistemáticas de destruir as organizações representativas dos trabalhadores nas empresas e de desprestigiar o Movimento Sindical Unitário, afectando a sua capacidade de defesa dos interesses vitais das massas trabalhadoras.

É preciso usar a arma do voto, de modo seguro e certo, para derrotar a Aliança Reaccionária. **Os interesses defendidos pela Aliança do PPD/CDS/PPM são os interesses dos grandes patrões e de todos os grupos económicos, sociais e políticos ligados ao imperialismo, que foram o sustentáculo do fascismo,** salienta a CGTP-IN, recordando que "é necessário combater a propaganda da chamada "Aliança Democrática", que visa fazer crer que "isto está pior que antes do 25 de Abril". Pior estará, de facto, para "os donos dos bancos e dos seguros, dos latifúndios, das cimenteiras, da siderurgia, dos transportes e de outras grandes empresas". Mas não para os trabalhadores. Apesar da ofensiva da direita, que tanto agravou as suas condições de vida e de trabalho, **os trabalhadores têm muito que defender** e esse muito foi conquistado com o 25 de Abril. **Por isso** – apela a CGTP-IN **– há que lutar. E lutar, nas eleições, é participar e votar.**

Um voto para uma vida melhor

"Qualquer voto na 'Aliança Democrática' é um voto contra os trabalhadores, contra o 25 de Abril e contra a esperança de uma vida melhor", adverte a CGTP-IN. **O voto dos trabalhadores deve ser dado a quem dê garantias da sua utilização na defesa dos seus interesses de classe, da Constituição, do Portugal de Abril.**

A CGTP-IN não faz como os divisionistas. Não assume, como a UGT, a falsa figura de Pilatos, lavando daí as suas mãos. É preciso que fique bem clara a posição dos divisionistas e de todos os amarelos relativamente às próximas eleições. Desmascarando esse "lava-mãos" a CGTP-IN afirma: **A falsa neutralidade da UGT significa uma clara cumplicidade em relação à aliança patronal da "AD" e aos seus objectivos reaccionários. Outra coisa não era de esperar de uma organização que considera a CGTP-IN como inimigo principal. A presença de meia dúzia de dirigentes da UGT, incluindo o seu presidente Camolas Pacheco, na lista da "AD", ao lado de Casqueiro da CAP e de outras figuras da CIP e da CCP, é bem elucidativa de que aquela organização está identificada com os interesses dos inimigos dos trabalhadores.**

"Com perfeito conhecimento do grau de consciência dos trabalhadores", a CGTP-IN manifesta neles a sua total confiança. Sabe que continuarão a defender a sua unidade em torno da Central única dos trabalhadores portugueses e que "derrotarão a reacção, defendendo os seus direitos e interesses e consolidando o regime democrático iniciado em 25 de Abril".

Derrotar a coligação do grande patronato

Nas próximas eleições põe-se ao eleitorado uma escolha fundamental entre:

– **"As forças democráticas** que, numa perspectiva geral, reconhecem a necessidade de salvaguardar os direitos e garantias dos trabalhadores, de melhorar o seu nível de vida, de consolidar as suas conquistas revolucionárias, de defender as liberdades democráticas, de respeitar a Constituição e de viabilizar o seu projecto político e social, iniciado com o 25 de Abril.

– **"E as forças de direita,** reaccionárias, fascistas e fascizantes, a principal das quais é a Aliança Reaccionária entre PPD/CDS/PPM, publicamente apoiada e subsidiada pelo grande patronato organizado na CIP, CAP e CCP.

"Por tudo isto, as responsabilidades conscientemente assumidas pela CGTP-IN perante os trabalhadores exigem da nossa parte uma atitude clara com vista a:

"1.º – Promover a participação dos trabalhadores na batalha eleitoral e no voto;

"2.º – Derrotar a coligação do grande patronato – CIP, CAP e CCP – concretizada na aliança reaccionária e monárquica PPD/CDS/PPM".

Artistas e intelectuais apoiam APU

Destacadas figuras da vida intelectual, cultural e artística portuguesa vão participar, na próxima segunda-feira, num jantar de apoio à candidatura da Aliança Povo Unido. O jantar realiza-se a partir das 20 e 30 no restaurante "O Peixe", em Belém, encontrando-se já inscritas dezenas de pessoas.

A iniciativa parte de um grupo de personalidades que integra escritores, músicos, jornalistas, encenadores e actores de teatro, pintores, destacando-se conhecidos democratas independentes.

As inscrições para esta iniciativa estão abertas no Centro Vitória do PCP, na Avenida da Liberdade, ou na sede do MDP/CDE, na Rua Artilharia Um.

Agressões, provocações, etc. Desespero da reacção no Norte

Gorilas agrediram barbaramente um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do distrito do Porto e a economista Ilda Figueiredo, candidata da APU, quando aguardavam o início de uma reunião com o dr. Lança Ferreira, representante do Estado na «Abel Alves Figueiredo», no passado dia 7 do corrente.

A deslocação à empresa, escandalosamente desintervencionada pelo Governo Nobre da Costa, do sindicalista e da economista visava a participação numa reunião, expressamente convocada pelo Lança Ferreira. No entanto, o desenrolar dos acontecimentos desde a chegada da delegação sindical à fábrica apontam para a existência de um plano pré-concebido, no qual teve papel de relevo o representante do Estado na «Abel Alves de Figueiredo».

Pouco depois da sua chegada, começaram os representantes do Sindicato a ser alvejados por pedras atiradas por «gente» ligada ao patrão. Dentro das instalações foram alvo de provocações e a uma «espera» de cerca de meia hora. Pouco depois de ter saído da empresa um dos gorilas do patrão, entraram vários marginais que agrediram e espancaram o dirigente sindical e Ilda Figueiredo, tendo sido ambos assistidos no hospital.

Émulo do juiz Barata

Um militante do partido foi condenado a uma multa de cerca de cinco contos ou a trinta dias de prisão por ter colado cartazes de propaganda em Vila do Conde. A sentença deste julgamento, que já tinha sido adiado várias vezes, foi imposta pelo Juiz Antunes, recentemente nomeado para aquela comarca.

Recordando que o Partido Socialista aguardou a transferência do magistrado que estava colocado no Tribunal de Vila do Conde para pôr em vigor a portaria fascista aprovada pela Câmara onde dispõe de maioria, um comunicado da Comissão Concelhia do PCP considera o «juiz Antunes digno dos «Baratas» deste país, por ter ignorado o teor do Artigo 37.º da Constituição, onde está consagrada a liberdade de informação e propaganda.

«Serão estas as liberdades que o PS defende?», pergunta o documento do PCP, que acusa a Câmara de ultrapassar a própria postura fascista, ao mandar arrancar os cartazes e panos, e ao destruir propaganda alusiva ao Ano Internacional da Criança.

Reacção ignora a lei e provoca no Porto

A Aliança Povo Unido impugnou no distrito do Porto vários candidatos da Aliança Reaccionária, devido às suas comprovadas ligações com o regime fascista. Em Lousada, o «cabeça» da lista da reacção é o Amílcar Neto, do PPD, que em 24 de Abril de 1974 era Presidente da Câmara.

Na Maia, o currículo do Vieira de Carvalho, 1.º candidato da AR para a Câmara é esclarecedor: membro da Comissão Política Nacional da ANP; Presidente da Câmara antes do 25 de Abril; ligações ao ex-Partido do Progresso; fundadas suspeitas de ligação com o ELP. Por último, em S. Pedro da Cova, o «cabeça de lista» da AR para a Assembleia de Freguesia era Presidente da JF em 25 de Abril de 74.

Depois de há dias, um grupo de apaniguados do Sá Carneiro ter insultado o dr. António Macedo, dirigente do PS, e se ter refugiado na sede do PPD de Paranhos, registaram-se incidentes no final do comício da AR, no Porto. Além de terem apedrejado a sede da UJC, na Ramada Alta, a montra de uma livraria no Padrão, os arruaceiros provocaram incidentes na Praça Filipa de Vilhena.

Junto da sede da UJC, na Ramada Alta, um bando de meia centena de díscolos, armados de matracas e com os habituais capacetes integrais, tentaram arrombar as portas da sede. Compareceu no local uma força da PSP, que não chegou a intervir. Os autores do apedrejamento e da tentativa de arrombamento ficaram impunes, não obstante populares os terem indicado aos elementos da polícia.

Na tribuna do comício-bicéfalo salientava-se a presença de caras conhecidas da polícia privada do patronato, «FIDELLIS», cuja actuação foi particularmente sentida pelos trabalhadores da «Jacinto», «Tripla» e de outras empresas. Uma presença que se vai tornando habitual nas iniciativas da AR. Em Vila Real, mesmo ao lado de Carneiro, estava um «jagunço» perfilado com uma grande matraca nas mãos...